

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

DAMOSIEL LACERDA DE ALENCAR
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Chicão da Silveira - PDT
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank - PMN
Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Remídio Monai - PR

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz - PV
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Flamarion Portela - PTC

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Jean Frank - PMN

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Suplentes:
1º - Deputado Sargento Damosiel - PRP
2º - Deputada Aurelina Medeiros - PSDB

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Chicão da Silveira - PDT

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Marcelo Natanael - PRB

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Dhiego Coelho - PSL

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Sargento Damosiel - PRP
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Soldado Sampaio - PC do B

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Remídio Monai - PR

Atos Administrativos

Resoluções de Afastamentos nº 652 a 654/2011 2

Atos Legislativos

Projeto de Lei nº 079/2011 2

Projeto de Lei nº 080/2011 2

Projeto de Lei nº 085/2011 2

SUMÁRIO

Atos Legislativos - Atas de Sessões Plenárias

Ata da 2043ª Sessão Ordinária 3

Ata da 2049ª Sessão Ordinária 3

Ata da 2059ª Sessão Ordinária 4

Ata da 2032ª Sessão Ordinária na Íntegra 6

Ata da 2033ª Sessão Ordinária na Íntegra 12

Ata da 2036ª Sessão Ordinária na Íntegra 17

Ata da 2039ª Sessão Ordinária na Íntegra 23

Ata da 2043ª Sessão Ordinária na Íntegra

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

EXPEDIENTE

 Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
 Telefone: (95) 3623-6665

 ELÂNDIA GOMES ARAÚJO
 Gerente de Documentação Geral

 VICTOR TAVARES PIRO
 Diagramação

MATERIAS PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS ADMINISTRATIVOS
RESOLUÇÕES DE EXONERAÇÃO E NOMEAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 652/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE
AUTORIZAR o deslocamento dos servidores **SEBASTIÃO TOMAZ VASCONCELO DOS SANTOS**, Assessor Parl. FS-7 e **WETLAS VASCONCELOS DE MACEDO**, Assessor Parl. V, para o município de Bonfim, no período de 07.11 a 16.11.2011, aonde os mesmos reunir-se-ão com as lideranças e comunidade daquele município, com ônus para este Poder.

Palácio Antônio Martins, 07 de novembro de 2011

 Deputado **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

 Deputado **JALSER RENIER PADILHA**

1º Secretário

 Deputado **REMÍDIO MONAI MONTESSI**

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 653/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE
AUTORIZAR o deslocamento da Excelentíssima Senhora Deputada **FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA**, para a cidade de Brasília-DF, no período de 09.11 a 11.11.2011, aonde a mesma participará de reunião com a Comissão Especial em Defesa do Pacto Federativo, com ônus para este Poder.

Palácio Antônio Martins, 07 de novembro de 2011

 Deputado **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

 Deputado **JALSER RENIER PADILHA**

1º Secretário

 Deputado **REMÍDIO MONAI MONTESSI**

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 654/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE
AUTORIZAR o deslocamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **JANE JOSÉ DA SILVA**, para a cidade de Manaus-AM, no período de 08.11 a 11.11.2011, aonde o mesmo participará do Seminário de Direitos Humanos na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, com ônus para este Poder.

Palácio Antônio Martins, 07 de novembro de 2011

 Deputado **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

 Deputado **JALSER RENIER PADILHA**

1º Secretário

 Deputado **REMÍDIO MONAI MONTESSI**

2º Secretário

ATOS LEGISLATIVOS
PROJETODE LEI
PROJETO DE LEI Nº 079 DE 30 DE SETEMBRO DE 2011

Dispõe sobre o Plano Plurianual – PPA, para o quadriênio 2012/2015.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, faço saber que a Assembléia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Palácio Senador Hélio Campos, 30 de setembro de 2011.

José de Anchieta Júnior

Governador do Estado de Roraima

PROJETO DE LEI Nº 080 DE DE DE 2012.

“Estima a Receita e fixa a Despesa do Estado para o Exercício Financeiro de 2012.”

O GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA:

Faço saber que a Assembléia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 30 de setembro de 2011

JOSÉ DE ANCHIETA JÚNIOR

Governador do Estado de Roraima

PROJETO DE LEI Nº 085/2011

“Dispõe sobre a reorganização do Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira e de Cargos e Salários dos Servidores da Defensoria Pública do Estado de Roraima, e dá outras providências.”

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Assembléia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Palácio Senador Hélio Campos, 27 de outubro de 2011.

José de Anchieta Júnior

Governador do Estado de Roraima

ATAS PLENÁRIO - SUCINTA
ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO SEGUNDO PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às nove horas do dia trinta de agosto de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quadragésima terceira Sessão Ordinária do quadragésimo segundo Período Legislativo da sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quorum regimental, a Senhora Presidente em exercício, Deputada **Aurelina Medeiros**, declarou aberta a Sessão, solicitando ao Senhor Segundo Secretário, Deputado **Remídio Monai**, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, que foi lida e aprovada, com retificação. Em seguida, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, Deputado **Jalser Renier**, proceder à leitura do Expediente: **RECEBIDO DOS DEPUTADOS**: Memo nº 085/11, de 25/08/11, justificando sua ausência à Sessão Ordinária do dia 24/08/11. Projeto Indicativo de Lei s/nº, do Deputado Soldado Sampaio, dispondo sobre o assédio moral no âmbito da administração pública estadual direta, indireta, fundacional e autárquica. **EXTERNO**: Comunicado nº AL076076/11, de 23/08/11, do Ministério da Educação. Ofício nº 112/11, de 25/08/11, da OAB, encaminhando entendimento jurídico deliberado e aprovado pelo plenário do Conselho Seccional de Roraima, relativo ao exercício de advocacia.

GRANDE EXPEDIENTE: O Senhor Deputado **Flamarion Portela** iniciou lendo um trecho da carta de uma aluna de 16 anos da Escola Airton Senna encaminhada ao Senhor Deputado Brito Bezerra, na qual manifesta sua opinião negativa a respeito da classe política e destaca que, por conta da ganância dos políticos, a vida miserável da população não muda. Prosseguindo, reportou-se aos contratos de algumas empresas com o Governo do Estado para manutenção e construção de estradas. Inicialmente, falou do contrato com a empresa CMM para a restauração da BR-210, num total de mais de setenta e sete milhões de reais, ressaltando que, restam apenas seis meses para o fim do prazo e a situação da estrada é cada vez pior. Prosseguindo, informou que essa mesma empresa é detentora de um contrato para manutenção da BR-401, no valor de mais de seis milhões de reais, chamando a atenção para o fato de que, por conta das fortes chuvas, um trecho da estrada foi rompido, no entanto, a empresa que executou a recuperação foi a Construtora Araújo. Empresa essa que, segundo o Senhor Parlamentar, foi contemplada com um contrato para manutenção da BR-433, no valor de mais de seis milhões de reais, tendo terceirizado o serviço pelo valor de quinhentos mil reais. Em seguida, informou que a empresa Araújo tem também um contrato para manutenção da estrada que liga a Vila Central à Felix Pinto, ressaltando que já existe um contrato do DENIT com a empresa TESCON para reconstrução do mesmo trecho, no valor de sessenta e cinco milhões de reais, inclusive, com ordem de serviço já emitida pelo DENIT. Após, deu conhecimento aos Senhores Deputados de um documento recebido do DENIT em resposta ao relatório enviado pelo Parlamentar, informando sobre a execução das obras da BR-174, no trecho Boa Vista/Manaus, onde aquele órgão reconhece o atraso do cronograma, que deveria estar com cinquenta por cento dos serviços executados, haja vista que o prazo é de dois anos. Finalizou criticando o fato de que, enquanto existem empresas com até cinco contratos, o 6º BEC, que é uma instituição com relevantes serviços prestados em Roraima, tendo sede no Estado, com infraestrutura e mão de obra qualificada, não tem nenhuma oportunidade de trabalho, executando suas obras nos Estados vizinhos. **ORDEM DO DIA**: A Senhora Presidente em exercício, Deputada **Aurelina Medeiros**, anunciou para a pauta da Ordem do Dia a discussão e votação em primeiro turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 004/11, que dá nova redação ao artigo 20-D, acrescenta e altera parágrafos do artigo 101-A da Constituição Estadual e dá outras providências, de autoria Governamental. Em seguida, suspendeu a Sessão, pelo tempo necessário, para que as bancadas pudessem chegar a um entendimento com relação à Proposição constante da pauta. Após o tempo necessário, o Senhor Presidente em exercício, Deputado **Coronel Chagas**, reabriu a Sessão, informando aos Senhores Deputados que, por não haver entendimento com relação à matéria, que tranca a pauta da Ordem do Dia, fica a mesma transferida para a próxima Sessão. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**: Não houve. E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente encerrou a Sessão, convocando

outra para o dia 31, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Ângela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Ionilson Sampaio, Jalser Renier, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai e Sargento Damosiel.**

Aprovada em: 31/08/11

ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA QUADRAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO SEGUNDO PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às nove horas do dia quatorze de setembro de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quadragésima nona Sessão Ordinária do quadragésimo segundo Período Legislativo da sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quorum regimental, a Senhora Presidente em exercício, Deputada **Aurelina Medeiros**, declarou aberta a Sessão, solicitando ao Senhor Segundo Secretário, Deputado **Remídio Monai**, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, que foi lida e aprovada na íntegra. Em seguida, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, Deputado **Jalser Renier**, proceder à leitura do Expediente, no que foi informado não haver Expediente para ser lido. **GRANDE EXPEDIENTE**: O Senhor Deputado **Rodrigo Jucá**, inicialmente, deu conhecimento de uma matéria publicada no Jornal O Estado de São Paulo sobre um estudo realizado pelo IBGE que faz o mapeamento das pessoas que vivem em situação de extrema miséria, ressaltando que os números do Censo mostram uma realidade triste e preocupante em relação ao Estado de Roraima: nove por cento da população é formada por pessoas que vivem em extrema pobreza, famílias que sobrevivem exclusivamente de programas sociais governamentais. De acordo com o Senhor Parlamentar, esse número pode parecer baixo, mas corresponde a quarenta mil pessoas vivendo sem nenhum tipo de renda própria no Estado, num contexto onde nem as prefeituras municipais nem o Governo Estadual suportam mais absorver a mão de obra existente em Roraima. Prosseguindo, lembrou que o maior desafio que Roraima enfrenta é o de criar emprego e renda, razão que o levou a lançar a proposta para criação da Frente Parlamentar das Micro e Pequenas Empresas, destacando que tem se empenhado na construção de propostas para o fortalecimento desse tipo de empresa, responsável por sessenta por cento dos empregos gerados na iniciativa privada. Na opinião do Senhor Deputado, qualquer política de desenvolvimento econômico deve ter como prioridade os empreendedores individuais e as micro e pequenas empresas, ressaltando a importância de esta Casa apoiar e criar instrumentos para que os empresários tenham condições de se desenvolver e sobreviver em um mercado altamente competitivo, com uma carga tributária justa e tratamento diferenciado, para que possam gerar os empregos que o povo de Roraima precisa. Continuando, pediu o apoio dos seus Pares para que elejam os representantes da Frente Parlamentar das Micro e Pequenas Empresas, uma pauta prioritária para discussão em prol de projetos que gerem emprego no Estado. Após, destacou que Roraima não possui uma única política de geração de emprego e desenvolvimento econômico e que está na hora deste Poder parar de brincar de fazer economia e trabalhar sério, com uma política industrial bem planejada e uma política agrícola bem executada, para que possa oferecer dignidade à população. Em seguida, informou que, em breve, esta Casa receberá o Plano Plurianual para o exercício de 2012 a 2015, dizendo acreditar que esse PPA deixará bem claro as prioridades do Governo para os próximos quatro anos, que prioriza o seu investimento na iniciativa privada, o desenvolvimento econômico e a geração de renda, bem como, quais os rumos da política roraimense. Após, informou que o Conselho Nacional de Administração Fazendária está instituindo um convênio que regulamentará os mecanismos de incentivos fiscais e industriais criados pelos Estados à margem da Legislação Tributária Brasileira, ressaltando que o único Estado do Brasil que não tem uma norma a ser convalidada nesse convênio é Roraima. Para o Senhor Parlamentar, este é o momento de se oferecer vantagens importantes que possam atrair empresas e investimentos para o Estado, sendo inaceitável, em sua opinião, perder essa oportunidade, uma vez que Roraima passa por sérias dificuldades e a população clama por oportunidade de emprego. Dando continuidade, chamou a atenção dos empresários de Roraima para a aprovação do Convênio ICMS nº

71, onde são favorecidos com mais uma vantagem em relação à Área de Livre Comércio, que poderão aproveitar os créditos do ICMS de produtos pagos em outro Estado. Finalizando, ressaltou a importância da articulação feita para a aprovação desse convênio pelo Governador José de Anchieta e o Senador Romero Jucá, que, pessoalmente, negociaram com os Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, os únicos que se opunham à matéria, destacando que, no CONFAZ, a matéria tem que ser aprovada por unanimidade. O Senhor Deputado **Remídio Monai** iniciou manifestando sua insatisfação com a postura de alguns Parlamentares que, segundo o Senhor Parlamentar, usam de privilégios junto ao Governo para apresentar projetos nesta Casa, alegando serem de urgência urgentíssima, e, com tapinhas nas costas, pedem apoio aos seus Pares, que, muitas vezes, desconhecem seus conteúdos. Prosseguindo, defendeu a importância de um líder do Governo nesta Casa, pois, essa ausência, em sua opinião, tem permitido que alguns Deputados apadrinhem e direcionem projetos segundo seus interesses pessoais. Continuando, lembrou que foram feitas promessas em várias campanhas eleitorais para a conclusão da obra do hospital do Município de Rorainópolis, que, inclusive, já foi licitada no valor de quatro milhões de reais, ressaltando que a empresa Blocos, responsável pela obra e detentora de oitenta milhões de reais em contratos com o Governo, apesar de estar na localidade, não tem realizado o serviço. Após, pediu o apoio dos seus Pares para que os problemas cheguem ao conhecimento do Governador, uma vez que há outras obras já licitadas, inclusive com as ordens de serviço emitidas, bem como, outras promessas de campanha para serem cumpridas, como a construção do prédio do Corpo de Bombeiros, o IML e o Parque Aquático naquele Município. Em seguida, reportando-se às decisões da Mesa Diretora, informou que, apesar de fazer parte da sua composição, não tem participado das decisões, destacando que só continuará apoiando suas ações se tiver oportunidade de discuti-las, caso contrário, continuará tornando públicos seus atos. Finalizou manifestando seu apoio aos Procuradores do Estado com relação à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 004/11. O Senhor Presidente, Deputado **Chico Guerra**, informou que neste Parlamento não existe Deputado de primeira, segunda ou terceira categoria, e que o Deputado novo de hoje será o velho de amanhã, ressaltando que, como Presidente desta Casa, dispensa tratamento igualitário a todos membros do Poder, procurando sempre orientar os novos em alguns aspectos, para que possam desempenhar melhor sua função. Finalizando, lamentou o fato de que existem Deputados que firmam acordo em reuniões privadas e, quando chegam no Plenário, tomam outra posição, de modo que, mesmo como Presidente, não pode intervir nessas decisões, uma vez que esta é a Casa do povo e está aberta a todos os segmentos. **ORDEM DO DIA:** O Senhor Presidente anunciou para a pauta da Ordem do Dia a discussão e votação em primeiro turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 004/11, que dá nova redação ao art. 20-D, acrescenta e altera Parágrafos do art. 101-A da Constituição Estadual e dá outras providências, de autoria Governamental; e, em turno único, do Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 028/11, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2012 e dá outras providências, de autoria do Poder Executivo. Continuando, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura da Emenda Modificativa nº 001/11 à Proposta de Emenda Constitucional nº 004/11 Colocada em discussão e votação, a Emenda foi rejeitada. Após, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura da Emenda Modificativa nº 002/11 à Proposta de Emenda Constitucional nº 004/11, sendo rejeitada. Em seguida, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura da Emenda Modificativa nº 003/11 à Proposta de Emenda Constitucional nº 004/11, sendo aprovada. Dando continuidade, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura da Emenda Modificativa nº 004/11 à Proposta de Emenda Constitucional nº 004/11, sendo aprovada. Prosseguindo, colocou em discussão e votação em primeiro turno a Proposta de Emenda Constitucional nº 004/11, com as Emendas, sendo aprovada. Em seguida, o Senhor Presidente informou aos Senhores Deputados que o Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 028/11 foi transferido para a pauta da Ordem do Dia da próxima Sessão. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS:** O Senhor Deputado **Marcelo Natanael** parabenizou os advogados e procuradores presentes em plenário. Em seguida, criticou a Presidência da OAB por não ter se manifestado com relação à questão dos procuradores poderem ou não advogar na iniciativa privada. Prosseguindo, afirmou que esta Casa está de portas abertas para receber qualquer segmento da

sociedade, destacando que, como essa questão ainda não foi solucionada, os advogados não devem esperar pela inércia da Presidência da OAB, devendo se manifestar em outra oportunidade. O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** ratificou as palavras do Senhor Deputado **Marcelo Natanael** com relação à ausência dos advogados em buscarem seus interesses, afirmando que esta é a Casa do povo. Prosseguindo, parabenizou os procuradores pela sua articulação, lamentando que a Presidência da OAB tenha ficado em cima do muro com relação à questão. Finalizou cobrando do Governo do Estado que envie a esta Casa, o quanto antes, Projeto de Lei Complementar para regulamentar o subsídio dos procuradores, bem como, a dedicação exclusiva. A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** informou ao Senhor Deputado Rodrigo Jucá que esta Casa tem debatido, trabalhado, inclusive buscando subsídios junto à Câmara Federal, ressaltando, entretanto, que existem matérias que fogem da competência deste Poder e que necessitam do apoio dos representantes federais. Finalizou destacando que, ontem, o Jornal Nacional veiculou matéria sobre o Estado, fruto de um trabalho realizado pela Assembleia Legislativa. O Senhor Deputado **Rodrigo Jucá** convidou os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final para uma reunião, após a Sessão Plenária. O Senhor Presidente em exercício, Deputado **Coronel Chagas**, comunicou, com pesar, o falecimento do Senhor Pedro de Oliveira Filho, mais conhecido como Brasa. E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente em exercício encerrou a Sessão, convocando outra para o dia 15, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Ângela Á. Portella, Aurelina Medeiros, Célio Wanderley, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Gabriel Picanço, Jalsen Renier, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá e Soldado Sampaio.**

Aprovada em: 15/09/11

ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA QUINQUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO SEGUNDO PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às nove horas do dia treze de outubro de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quinquagésima nona Sessão Ordinária do quadragésimo segundo Período Legislativo da sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente em exercício, Deputado **Chicão da Silveira**, declarou aberta a Sessão, convidando o Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** para atuar como Primeiro Secretário *ad hoc*. Em seguida, solicitou ao Senhor Segundo Secretário, Deputado **Remídio Monai**, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, que foi lida e aprovada na íntegra. Prosseguindo, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário *ad hoc* proceder à leitura do Expediente: **RECEBIDO DOS DEPUTADOS:** Ofício nº 003/11, de 11/10/11, do Gabinete do Deputado Marcelo Cabral, justificando sua ausência à Sessão Ordinária do dia 11/10/11. Indicação s/nº, de autoria do Deputado Francisco Assis da Silveira, ao Governador do Estado, solicitando a recuperação das estradas das Vicinais 7-A e 7-B do PA Nova Amazônia, região do Cauamé. Projeto de Decreto Legislativo s/nº, do Deputado Jean Frank, concedendo a comenda Orgulho de Roraima à senhora Francisca Cristina Rocha de Alencar e ao senhor José de Alencar. Moção de Aplausos, de autoria dos Deputados Jean Frank e Coronel Chagas, aos integrantes da Polícia Militar do Estado de Roraima. Moção de Aplausos, de autoria dos Deputados Jean Frank e Coronel Chagas, aos integrantes do Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Roraima. Moção de Aplausos, de autoria dos Deputados Jean Frank e Coronel Chagas, aos integrantes da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Roraima. Moção de Aplausos, de autoria dos Deputados Jean Frank e Gerson Chagas, aos integrantes do 5º Distrito Regional da Polícia Rodoviária Federal no Estado de Roraima. Moção de Aplausos, de autoria dos Deputados Jean Frank e Gerson Chagas, aos integrantes do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Roraima. Moção de Aplausos, de autoria dos Deputados Jean Frank e Gerson Chagas, aos representantes dos Departamentos Estaduais de Trânsito presentes no "I Simpósio de Trânsito: - Pela sua, pela minha, pela nossa vida". Moção de Aplausos, de autoria dos Deputados Jean Frank e Gerson Chagas, ao Dr. Faruk El-Katib, criador do programa de conscientização no trânsito "Se essa rua fosse minha". **EXTERNO:** Ofício nº 282/

2011, de 20/09/11, da Frente Parlamentar Mista de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, convidando para reunião, no dia 25/10/11. Ofício nº 287/2011, de 20/09/11, da Frente Parlamentar Mista de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, convidando para Sessão Solene em comemoração ao Dia Mundial do Lions Club, no dia 25/10/11. Ofício nº 170/2011, de 05/10/11, da União Nacional dos Legislativos Estaduais, encaminhando cópia do manifesto da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul encaminhado aos Senadores e Deputados Federais, sobre a apreciação do veto ao art. 64 da Lei 12.351/10. Ofício nº 003/2011, de 06/10/11, da Associação dos Aprovados no Concurso Público da Assembleia Legislativa de Roraima, informando sobre o resultado da Audiência Judicial sobre o referido concurso. **GRANDE EXPEDIENTE:** Não houve orador. **ORDEM DO DIA:** O Senhor Presidente em exercício anunciou para a pauta da Ordem do Dia a discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 067/11, que altera o Anexo IV da Lei nº 773, de 04 de maio de 2010, que “dispõe sobre a Instituição do Centro de Tecnologia de Informação Fazendária – CETIF”; e do Projeto de Lei nº 058/11, que “Autoriza o Poder Executivo do Estado de Roraima a conceder os serviços de remoção, depósito e guarda de veículos, sucatas e similares envolvidos em infração de trânsito, ilícitos penais e acidentes de trânsito com vítimas, de competência do Estado, e dá outras providências”, ambos de autoria do Poder Executivo. Em seguida, o Senhor Presidente informou a retirada das matérias da pauta da Ordem do Dia, para que as Comissões em conjunto pudessem analisar e emitir parecer às referidas propostas. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS:** O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** manifestou-se contrário à criação de comissões especiais com o objetivo de analisar projetos que, em sua opinião, podem ser discutidos e analisados pelas comissões permanentes. Após, questionando a existência das comissões permanentes, destacou que, quase todas as vezes que se pretende aprovar projetos, que são de sua competência, tem que se criar uma comissão especial. Em seguida, comunicou aos membros da Comissão de Educação que está marcada e confirmada a reunião com o reitor da Universidade Estadual, para quarta-feira, às 13 horas. Prosseguindo, informou que está confirmada também a reunião da Comissão de Educação com a Secretária de Educação, para o dia 20, às 8 horas, na sala de reuniões. Continuando, convidou os membros da Comissão de Saúde para uma reunião, com o objetivo de encaminhar o orçamento de 2010 para que o Tribunal de Contas do Estado analise as receitas e despesas da Secretaria Estadual de Saúde. Finalizando, parabenizou o Senhor Deputado Flamarion Portela pelo seu aniversário, desejando-lhe sucesso e saúde. O Senhor Deputado **Soldado Sampaio**, ratificando o posicionamento do Senhor Deputado Joaquim Ruiz, reforçou que as comissões permanentes devem funcionar efetivamente, analisando os projetos, sem a necessidade de se criar comissões especiais para isso. Prosseguindo, observou que alguns projetos chegam às comissões e não avançam, porém, quando interessam ao Governo, são criadas comissões especiais, para que sejam votados logo. Em seguida, informou a realização da Conferência Estadual do PC do B, no dia 15, na ESCOLEGIS, com o objetivo de eleger a nova diretoria do partido para os próximos dois anos, convidando a todos para prestigiarem o evento. Finalizou convidando os Senhores Deputados para participarem de um grande Ato Público, no dia 14, no Km 100, Município de Amajari, onde serão debatidas as necessidades das comunidades indígenas, principalmente nas áreas da saúde, educação e segurança. O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** iniciou fazendo coro às colocações do Senhor Deputado Soldado Sampaio com relação à criação de comissão especial para analisar projetos que podem ser analisados pelas comissões permanentes. Na opinião do Senhor Parlamentar, a não participação dos membros das comissões permanentes às reuniões é que torna necessária a criação de comissões especiais. Finalizando, parabenizou o Senhor Deputado Flamarion Portela pelo seu aniversário, desejando-lhe muitos anos de vida. O Senhor Deputado **Flamarion Portela** agradeceu aos seus Pares pelo afeto recebido. Em seguida, reportando-se à criação de comissão especial para analisar o Projeto que autoriza o Poder Executivo de Roraima a conceder os serviços de remoção, depósitos e guarda de veículos, sucatas e similares envolvidos em infração de trânsito, ilícitos penais e acidentes de trânsito com vítimas, aliou-se ao posicionamento dos Senhores Deputados que o antecederam. Na opinião do Senhor Parlamentar, não existe nenhuma característica para que o referido Projeto seja votado em regime de urgência, destacando que, além de não ter

parecer da Consultoria Jurídica, a matéria carece de um estudo na Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, para que se vote com consciência. Finalizando, destacou a importância de se valorizar as comissões permanentes, onde os projetos podem ser analisados minuciosamente, seguindo os trâmites normais, até que estejam prontos para votação. O Senhor Deputado **Brito Bezerra** mostrou-se surpreso com a afirmação do Senhor Deputado Flamarion Portela de que o Projeto constante da pauta da Ordem do Dia não apresenta parecer da Consultoria Jurídica, sendo, portanto, um atentado à democracia. Na opinião do Senhor Parlamentar, o referido Projeto é um tremendo golpe de algum político influente contra o contribuinte deste Estado, ressaltando que ele será uma fábrica de multas, que beneficiará o DETRAN. Finalizando, fez um apelo aos seus Pares para se posicionarem contrários à matéria, afirmando que mobilizará a sociedade para que também seja contra. A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros**, reportando-se à discussão em torno da criação de comissões especiais, justificou que, de acordo com o Regimento Interno, excetua-se os casos em que os projetos são apresentados em regime de urgência urgentíssima, o que, de acordo com a Senhora Parlamentar, não cabe a todos os projetos que chegam a esta Casa, não justificando, portanto, a fábrica de comissões especiais existente, uma vez que existem comissões específicas para cada caso. Continuando, sugeriu que seja feito um levantamento nas comissões para ver a quantidade de projetos que estão parados, para que se possa fazer uma melhor avaliação. Finalizando, parabenizou o Senhor Deputado Flamarion Portela pelo seu aniversário, desejando-lhe muitas felicidades. O Senhor Deputado **Célio Wanderley** argumentou que o Projeto do DETRAN foi encaminhado em regime de urgência porque as comissões permanentes não funcionam, destacando que, de outra forma, a matéria passaria um ano ou mais para ser votada só nas comissões. De acordo com o Senhor Parlamentar, a Mesa Diretora precisa punir os membros que não participam das reuniões das comissões, pois, assim, evitaria a criação de comissões especiais. O Senhor Deputado **Naldo da Loteria** ratificou as palavras do Senhor Deputado Flamarion Portela com relação ao Projeto do DETRAN, ressaltando que ele deve ser apurado antes de ser votado, por ser um projeto polêmico, por gerar mais despesas para o usuário, beneficiando poucos, e por ser um projeto que já nasce com denúncia de favoritismo. Após, referindo-se ao fato de as comissões não se reunirem por falta de quorum, sugeriu que os presidentes das comissões convoquem os membros e punam os faltosos. Finalizando, parabenizou o Senhor Deputado Flamarion Portela pelo seu aniversário, reconhecendo a sua contribuição para o desenvolvimento deste Estado. O Senhor Deputado **Remídio Monai**, referindo-se às reuniões das comissões permanentes, opinou que os presidentes das comissões deveriam marcar as reuniões e comunicar à Mesa Diretora sobre os faltosos, para que ela tome as providências. Finalizando, reportou-se à denúncia do Senhor Deputado Brito Bezerra, solicitando que ele cite o nome do verdadeiro responsável, para que a culpa não sobrecaia em todos os Parlamentares. O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** também opinou não haver necessidade de o Projeto do DETRAN ser votado em regime de urgência urgentíssima. Em seguida, denunciou a falta de compromisso do Estado com os alunos do interior, uma vez que, de acordo com o Senhor Parlamentar, existem escolas que estão sem aula por falta de energia e de transporte, destacando que fatos como esse é que devem ser considerados de urgência, para que providências sejam tomadas. Após, informou sobre a situação do Hospital de Caroebe, cuja reforma, segundo o Senhor Parlamentar, está caminhando muito lentamente, e, enquanto isso, o povo está sendo atendido em uma sala pequena e sem conforto. Com relação às reuniões das comissões, afirmou que está faltando cobrança da Mesa Diretora, pois ela é responsável pelo andamento dos trabalhos desta Casa. Prosseguindo, cumprimentou o Senhor Deputado Flamarion Portela pelo seu aniversário, desejando-lhe muitos anos de vida para que possa fazer muito mais por este Estado. Finalizou parabenizando todos os professores pelo seu dia. O Senhor Presidente em exercício solicitou à assessoria da Assembleia que encaminhe a todos os gabinetes informações sobre o autor, o relator e a comissão que está analisando todos os projetos de lei que tramitam nesta Casa, bem como, se passaram pela Consultoria Jurídica e pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, para poder tramitar nas outras comissões. Em seguida, parabenizou o Senhor Deputado Flamarion Portela pelo seu aniversário. Finalizou registrando o falecimento de Dona Clea Cassamo Palermo, sogra do Presidente da Casa. E, não

havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente em exercício encerrou a Sessão, convocando outra para o dia 18, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Dhiego Coelho, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai e Soldado Sampaio.**

Aprovada em: 18/10/11

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

ATA DA 2032ª SESSÃO, EM 02 DE AGOSTO.
 41º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.
 = ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICO GUERRA.

Às nove horas do dia dois de agosto de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima trigésima primeira Sessão Ordinária do quadragésimo primeiro período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Remídio Monai**) - (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – Proceda à leitura do Expediente.

Era o que do Expediente Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**)- Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que faça a chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** – Bom-dia a todos, Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, membros da imprensa, população em geral.

Nós viemos na realidade dar boas-vindas aos nossos colegas na reabertura dos trabalhos nesta Assembléia. Quero chamar atenção para as dificuldades que o nosso Estado está passando. Nós ainda estamos em estado de calamidade, decretado pelo governo do estado. Os problemas das enchentes ainda não foram resolvidos, as vicinias deste Estado estão praticamente intransitáveis, a situação das várias pontes caídas e ainda não foram resolvidas.

Venho à tribuna para sugerir fazermos uma espécie de reflexão a respeito de todos nós, quanto à responsabilidade na solução desses problemas, no encaminhamento da Lei Orçamentária, quando formos votar ainda este ano a distribuição dos recursos deste estado, para o ano que vem. É por isso que nós estamos aqui conclamando a todos, situação e oposição, para ajudarmos a amenizar o sofrimento das pessoas atingidas.

Lamentamos a não realização da reunião na semana passada, dia 26, terça-feira, para a qual a Assembléia Legislativa haverá convidado toda nossa bancada federal de senadores, Deputados Federais para debatermos os problemas do Estado, para momento em que a população pudesse cobrar dos nossos representantes em Brasília os investimentos necessários, e ouvi-los sobre as suas prioridades de investimentos e os que planejam trazer para o nosso Estado. Enfim, mas talvez, por agenda ocupada da nossa bancada, que a reunião foi adiada, mas eu faço o apelo a Mesa Diretora da Casa para que remarque essa reunião para que refaça essa agenda, para que a gente possa trazer um debate positivo para o Estado de Roraima, porque ultimamente nós temos visto muitas notícias desagradáveis a respeito da classe política do País como um todo, inclusive do nosso Estado. Nós vemos programas de rádio e bolgs que agridem. Deputado **Ruiz** é preciso que façamos com que a sociedade entenda que nós temos muito que fazer e nós temos que realmente trabalhar em prol da população do Estado. Recebi esta semana no meu gabinete, um e-mail do Senador que me

deixou muito feliz Deputado Chagas, informando que o Senador havia aprovado a criação do colégio militar para o nosso Estado. É uma notícia bastante importante, interessante, em tramitação na Câmara, visando a sua concretização, nos pede para falarmos com os nossos representantes pedindo apoio ao projeto. E eu acredito na sua aprovação, pela importância pela dimensão. São essas ações que agente precisa resgatar na nossa classe política, São esses trabalhos efetivos que demonstram que realmente a classe política está representando as pessoas que nos elegeram.

Através do programa de um radialista local, na semana passada, ouvi que tinha saído nos meios de comunicação a divulgação sobre a Senadora que mais havia gasto recursos de sua verba de natureza indenizatória, que é legal. A verba de natureza indenizatória que nós temos na Assembléia Legislativa é para custear as despesas de gabinete, passagens aéreas de Brasília para Roraima, materiais e de divulgação na gráfica do Senado. Enfim, a notícia veiculava como isso fosse ilegal. Ainda ontem, em conversa com a Senadora Ângela confirmávamos não haver nenhuma ilegalidade, no entanto tentam dar uma ampla dimensão a uma questão perfeitamente legal. Ela utilizou apenas 88% daquilo que ela tinha direito com gasto em viagens aéreas de Brasília para Boa Vista, com divulgação dos seus planos de trabalhos, com utilização de espaço na internet, nos meios de comunicação. Portanto, não cometeu nenhuma irregularidade. Quero deixar a minha solidariedade à Senadora Ângela Portela, inclusive, soubemos agora, pela manhã, que o Deputado Flamarion já está a par dessa questão de arrombamento do escritório da Senadora na madrugada de hoje. A polícia já está apurando o roubo do computador e do notebook. Então, referente à questão da segurança do nosso Estado, se faz necessário trazer a esta Casa o Simpósio de segurança, sobre o trânsito.

Aparte concedido do Senhor Deputado- **Mecias de Jesus**- Deputado Ionilson, parablenizo Vossa Excelência, e abraço a todos os colegas, ao retornamos hoje ao Plenário da Casa, quero cumprimentar os amigos da imprensa, servidores desta Casa, por quem tenho muito apreço e muito carinho, os amigos que nos visitam, me solidarizar também junto a Vossa Excelência pela Senadora Ângela Portela. A Senadora está incomodando, a Senadora está trabalhando, está mostrando trabalho e por isso ela incomoda. E como ela não tem rádio, não tem canal de televisão para se defender, é natural aos que têm medo do trabalho, e que se ocupam da maldade, usando o poder que tem para difamar os outros. É natural que eles façam esse tipo de ação. Mas há um ditado popular: quem cospe para cima cai na cara. E, com certeza, tanto a Senadora Ângela, como nenhum de nós está com medo dessas decisões. A Senadora Ângela não deve, e quem não deve não teme, é uma mulher séria, trabalhadora, e vem cumprindo com muita dedicação o mandato de Senadora que o povo de Roraima lhe confiou.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Coronel Chagas** - **Quero** cumprimentar o nosso colega Deputado **Ionilson**, também, os demais parlamentares, desejando a todos, um semestre de muito trabalho em prol da sociedade Roraimense. Mas, eu pedi o aparte, Deputado **Ionilson** para me congratular com um ponto destacado em seu pronunciamento, referente ao colégio militar. Toda instituição de ensino que for instalada no nosso Estado, quem ganha com isso é o cidadão, a família roraimense, então ficamos muito feliz em saber que projeto do colégio militar apresentado pelo Senador **Mozarildo Cavalcanti** foi aprovado no Senado, e agora vai para a Câmara dos Deputados, só depois ir para a sanção.

Vamos propor aos Deputados desta Casa que cheguem com seus Deputados Federais para cerrarem fileiras visando a aprovação do Projeto de Lei, porque quem ganha é o Estado, independente de qualquer posicionamento político, pois quem apresentou o projeto está pensando na educação deste Estado, e nós o defendemos, porque a educação prepara o jovem para o futuro. Nesse sentido nós também estamos trabalhando para criar o Colégio Militar da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros deste Estado, já apresentamos o Projeto aqui, mas por ser uma ação de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo, a quem ao apresentarmos o projeto encampou a idéia e o projeto já passou pela PROJE com Parecer favorável, já estive na SEPLAM tenho a nota de impacto orçamentário, fui à Secretária de Educação para definir apenas alguns detalhes, tivemos reunião com o Presidente do Conselho Estadual de Educação, enfim, o projeto está andando, acredito que, até o final deste mês, o Governador estará encaminhando o Projeto de Lei que Cria o Colégio Militar aqui no Estado. Imagine Deputado **Ionilson** temos nosso colégio estadual e colégio das forças armadas, nosso Estado vai estar contemplado com

duas unidades de ensino de excelente qualidade no país, e quem ganha com isso é a família, sociedade roraimense, nossos jovens que vão ter oportunidade de estudar num colégio com projeto pedagógico diferenciado, e isso é muito bom. Faça este aparte louvando a informação que Vossa Excelência nos trouxe, obrigado.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** continua. Obrigado, Deputado Chagas, e quero parabenizá-lo pela luta na implantação do colégio militar do Estado, com certeza todos os Deputados nesta Casa lhe darão apoio necessário e devido para que a nova instituição educacional realmente venha se concretizar, e precisamos fortalecer nossas instituições de ensino, melhorar a questão de educação para que as pessoas tenham outra qualidade de vida, e só através de educação que se consegue essa transformação. Obrigado e bom-dia a todos.

O Senhor Deputado **Flamarion** – Eu queria dar boas-vindas a todos os Senhores Parlamentares, que tenhamos um semestre legislativo bem profícuo, que assuntos relevantes e importantes para a sociedade roraimense sejam realmente debatidos neste Poder. Da mesma forma, um semestre muito produtivo aos servidores desta Casa que dão grande suporte para que o nosso papel dentro do Poder Legislativo se desenvolva conforme toda a sociedade espera que tenha mos um semestre bem profícuo.

Queria comunicar a Casa, algo indesejável e lamentável, pois hoje cedo fui comunicado do arrombamento do escritório político da Senadora **Ângela Portela**, na Rua Santos Dumont, uma avenida muito movimentada próxima ao bairro 31 de março. Embora uma rua de muito movimento, o escritório, infelizmente, foi arrombado pelos fundos, levaram dois notebooks, uma impressora. Diante do ocorrido, pessoalmente, liguei para o General **Monteiro** esperando que as providências sejam tomadas. Comuniquei à Polícia federal, por tratar-se de uma Senadora, que se busquem esclarecimentos sobre isso, pois é muito ruim a gente ter dúvida sobre as coisas e jamais queremos ser levianos. Espero que o mais rápido possível tenhamos esclarecimentos sobre isso, e quando obtiver trarei à Tribuna deste Poder.

Volto, mais uma vez, cobrar o pagamento do vale-alimentação. Ontem, na entrega das mil casas, em meia a uma festa muitas pessoas apelavam para o vale-alimentação. Já estamos no oitavo mês do ano e existe orçamento para o vale, é um programa institucional, não é um programa do Governador, institucionalizado desde 2002. Portanto há nove anos que o vale-alimentação é pago às famílias carentes do Estado. É lamentável vermos os nossos alunos do 3º ano do ensino médio que também tem um programa, criado pelo Brigadeiro **Ottomar Pinto**, chamado Estágio Remunerado, mas não é pago, da mesma forma a Bolsa Universitária, e o restaurante popular.

Deputado **Célio Wanderley**, que acaba de chegar, faço um apelo a Vossa Excelência. O fato é que no mês de junho, fiz um requerimento convidando o Secretário de Fazenda vir a esta Casa. E, neste momento, apelo para a vinda, também, da Secretária do Trabalho e Bem-Estar Social explicar por que essa caixa preta a respeito do vale-alimentação. Por que não esclarecem quais são os critérios? Como está esse cadastramento? Quantas pessoas vão ser cortadas? Quando é que vai ser pago o vale-alimentação? Não se justifica, já no oitavo mês do exercício financeiro do Estado, e não temos nenhum esclarecimento sobre isso. Isso é inconcebível. É injustificável nós não termos clareza do que efetivamente está acontecendo. E fica aqui a pergunta mais uma vez, Deputado Célio, para onde foram os mais de sessenta milhões de reais que deveriam ir para o bolso das famílias de Roraima, para a alimentação das famílias de Roraima.

Cadê o Pró-custeio do nosso homem do campo? Está na hora de pelo menos haver clareza, informação do não é pagamento. Deixo, mais uma vez esse apelo. Ontem, eu até me surpreendi, Senhor Ivo Som, ex-Deputado, quando as pessoas me diziam: Por favor, Deputado! Cobre o pagamento do vale. E, Vossa Excelência que anda tanto na periferia sabe o quanto isso está fazendo falta para as famílias carentes. Então, mais uma vez Deputado **Célio Wanderley**, faço esse apelo para que a gente traga para a Comissão de Finanças o Secretário da Fazenda e a Secretária de Bem-Estar Social para esclarecer o que efetivamente está acontecendo com o dinheiro destinado aos programas sociais. Programas de distribuição de renda que vêm diretamente beneficiar as famílias saem dos cofres públicos e vão direto para as famílias quer sejam aqui na zona urbana ou rural que vão para as mãos do produtor da agricultura familiar. Realmente já há algum tempo sem nenhuma explicação para esse corte no pagamento.

Outro assunto, Deputado **Guerra**, li a matéria nos jornais, e confirmei com o Deputado Brito, pois ele é empresário, e no recente lançamento do Programa, “Liquida Roraima”, o Deputado Brito foi

designado pelo Poder Legislativo para representá-lo numa solenidade, pelo fato do Deputado Brito não ser aliado do Governador, simplesmente ele não foi chamado para compor a Mesa. Isso não é um desrespeito ao Deputado **Brito**, isso é uma grosseria para com o Poder Legislativo. Na posse do Desembargador **Gursen de Miranda**, achei importante uma parte do seu discurso que pedi uma cópia. O Desembargador citou um trecho da teoria de **Rousseau**: “O Poder Legislativo é o Poder do povo”. Diz mais: “todo Poder emana do povo, e o legislativo é um dos verdadeiros e legítimo Poder do Estado”, diz Gursen de Miranda no seu discurso e Vossa Excelência estava presente. Diz ele mais: “É certo que o Executivo tem a chave do cofre, mas a administração pública é regida pelo princípio da legalidade”. Diz ainda: “todos os atos devem ser de acordo com a lei”. Esse poder do dinheiro no Estado, no Executivo, lamentavelmente tem atrofiado a democracia”, fecho aspas para o Doutor Gursen de Miranda.

Portanto, fica registrado aqui, Presidente, esse desagravo, essa descortesia com o Poder Legislativo, pelo fato de ter designado o seu representante, se apresenta à organização do evento como representante, mas simplesmente não é chamada à mesa. Tenho dito aqui, a arrogância, a prepotência, não faz bem a ninguém. Portanto, o processo democrático é a perfeita convivência, entre o contraditório, entre as partes divergentes, entre aquilo que apóia e que critica, e a quem diga, feliz daqueles que entendem aqueles que criticam, porque evitam que ele cometa erros, muito mais importante do que aqueles que o bajulam permanentemente.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Deputado **Flamarion Portela**, obrigado por Vossa Excelência ter falado a respeito desse lamentável episódio. Mas, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, creiam, não saí daquele evento diminuído, saí engrandecido, fui representar a Casa, por solicitação de Vossa Excelência, porém não me convidaram a fazer parte da Mesa. Acredito que diminuídos ficaram aqueles que promoveram o evento e faziam parte daquela Mesa, por não convidarem o representante desta Instituição. A Instituição é que foi desrespeitada, não o Deputado Brito. Saí me sentindo engrandecido, por conta de sermos um país democrático de direito e que as pessoas ali presentes por entenderem que tem um pensamento que não coadunam com os pensamentos políticos. O fato de não me convidarem, talvez imaginando que eu poderia reagir com palavras críticas ou dissesse algo contrário ao que eles imaginam, mas desconhecer a minha educação, meu nível de procedimento, que jamais seria descortês em um evento de natureza empresarial, através do qual possa manifestar um pensamento que venha somar ao engrandecimento da classe empresarial do nosso Estado.

Mas, foi lamentável, toda a falta de cordialidade, após recebi várias ligações, as redes sociais comentaram o assunto. Sugiro, pois, a Vossa Excelência que, para as próximas oportunidades, ao nomear qualquer um dos nossos Deputados que for representar este Poder que os organizadores do evento fossem, no mínimo, corteses com os representantes da Casa. Muito obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Mecias de Jesus** – Em primeiro lugar lamento o triste episódio, conforme Vossa Excelência comunica, o ocorrido nesta manhã o arrombamento do escritório da Senadora **Ângela Portela** em Boa Vista. É lamentável, é triste, é doentia essa prática. Espero ter sido efetivada por meliantes, desempregados, na procura de algo para vender, para ganhar dinheiro, e não arrombamento de caráter político. Espero sinceramente nisso. Lamento profundamente que este tipo de prática acontece no nosso Estado. Faça das palavras de Vossa Excelência as minhas. Estive, ontem, junto com Vossa Excelência, na inauguração, na entrega das mil casas à população de Roraima no Bairro Cruviana e, como Vossa Excelência, também ouvi os mesmos clamores da população carente do nosso Estado que há mais de oito meses não recebe o tão sonhado direito, líquidos e certo em lei, ao dinheiro, reservado no orçamento do Estado para pagar o vale-alimentação, ou seja, os programas sociais do Governo. É justo pelo que as pessoas clamam, por isso, como bem disse Vossa Excelência, são mais de 60 milhões que desapareceram, o dinheiro não tomou o destino para o qual foi previsto, programado não foi para o bolso das pessoas. Então, concordo com Vossa Excelência neste aspecto. Parabenizo a Caixa Econômica Federal e o Prefeito **Iradilson Sampaio** pela entrega do conjunto, trata-se de um belo conjunto, casas de boa qualidade, extensivo, inclusive, aos construtores que construíram as casas, empregando material de boa qualidade, também são adaptadas para portadores de necessidades

especiais. Há uma situação que merece registro. Trata-se da nota na coluna da jornalista Shirley Rodrigues sobre a postura ética e moral do vice-governador Chico Rodrigues, esteve lá, se portou gentil, com fineza, dedicado, companheiro, cortês, abraçou a todos, deixando uma boa impressão, mas nem todos apresentam essas qualidades como disse Shirley Rodrigues, isso vem de berço. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Flamarion Portal** continua. – Obrigado, Deputado **Mecias**, eu iria citar esse exemplo em relação ao Brito. A atitude do Vice-governador **Chico Rodrigues** é de uma pessoa fidalga, sabe conversar com as pessoas aliadas ou não. Considero isso importante no exercício da democracia, conforme o Vice-governador tem demonstrado publicamente, não só ontem, mas em outras ocasiões. Ontem mesmo ele voltou a insistir para que o Deputado **Gabriel** e eu visitássemos uns campos que estão começando a produzir, que é produtivo para o Estado. Estamos disponíveis para ir, porque nos causa satisfação ver aquilo que contribui para o crescimento e desenvolvimento do Estado e consequentemente favorável ao povo. Então, estamos aqui para apoiar e aplaudir aquilo que é certo, desde que seja de interesse coletivo, desde que seja de interesse do conjunto da sociedade.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Naldo da Loteria** – Quero só me juntar ao Deputado Brito, uma vez que pessoas que fazem parte da Associação Comercial se preocupam muito em puxar o saco, esquecendo que mais tarde poderão estar puxando carroças. Então, seria aconselhável agir com o bom senso, não passar por cima dos Poderes, porque puxar saco não vai levar a nada. E falando em vale-alimentação, estamos entrando nesta casa com projeto de lei, não só para que o governo do estado fique só com o vale-alimentação, mas lance projetos de alternativas, possibilitando às pessoas migrarem do programa vale-alimentação, para um programa de micro e pequeno empresários. Vários Estados oferecem as chamadas economias informais, as empresas de fundo de quintal, é o que falta ao Estado para poder alavancar o desenvolvimento, não simplesmente inscrever gente em vale-alimentação, sem dar oportunidade para as pessoas optarem por uma profissão melhor. Obrigado.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** continua. Obrigado aos Deputados que me antecederam, era o que tinha para hoje.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Nós iremos publicar uma nota de repúdio contra esse destempero com relação ao Deputado Brito, não com o Deputado, e sim, com o Parlamento, a gente só vai onde é convidado, mas quando chegam lá, as portas estão fechadas. Primeiro, não teve educação quem fez isso, segundo, é uma falta de respeito com o poder. Estamos trabalhando de forma tal para que cada dia o poder seja respeitado, e não vamos aceitar essa atitude, todo convite encaminhado para Assembleia, para representá-la, temos o cuidado de mandar um Deputado pra não dizer que o Poder Legislativo faz descaso perante toda associação civil desse Estado, portanto, sempre estaremos cumprindo com nossa parte, esperamos a parte de lá.

Com a palavra o Senhor Deputado **Brito Bezerra**.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhor Presidente, membros da Mesa, Senhoras e Senhores Deputados, senhores aqui presentes, bom-dia.

Boas-vindas a todos os colegas, desejando um segundo semestre com muito trabalho, atuação política voltada aos interesses do povo do nosso Estado.

Senhor Presidente, trago a esta Tribuna a Revista de Distribuição, expedida semestralmente pela Associação dos distribuidores e atacadista em nível de Brasil. Essa revista, Deputados **Flamarion** e **Joaquim Ruiz**, traz o rank de crescimento de todos os distribuidores atacadistas e supermercadistas a nível nacional. Podemos observar que os segmentos de distribuição de atacado e varejo vêm crescendo em todo Estado da Federação, exceto em nosso Estado de Roraima, onde a grande maioria de produtos comercializados pelos distribuidores, atacadistas, varejista, são gêneros alimentícios, ou seja, quando se deixa de comprar gênero alimentício, imagine os outros produtos que são comercializados por outros segmentos não menos importantes, mas que não são de primeiras necessidades como a alimentação. Gostaria de ressaltar que esse segmento de distribuição de atacado e varejo é um dos maiores geradores de empregos, porte de trabalho em nosso país, e não deixa de ser assim em nosso Estado de Roraima, entretanto, atualmente estamos com a economia desaquecida nas empresas, principalmente do ramo do varejo, estão fechando suas portas, estão demitindo, quando deveriam estar crescendo, ampliando, gerando portes de trabalho. Mas a classe empresarial deste Estado está

se reunindo, unindo esforços e buscando espaços para as eleições de 2012, Deputado **Gabriel Picango**. Alguns dias, atrás estivemos em uma reunião com representantes do setor produtivo, representantes do setor industrial e setor comercial deste Estado, pessoas que geram porte de trabalho, pessoas compromissadas e comprometidas com engrandecimento deste Estado, pessoas que formam a musculatura econômica do universo da produção, industrialização e comercialização do Estado de Roraima, e todos muito insatisfeitos, Deputado **Sampaio**, com os rumos que tem tomado administração pública neste Estado. Querem, agora, intervir na política, lançar nomes para participar do pleito de 2012, surgiram empresários candidatos a Vereadores, Prefeito, para que possam fazer parte da administração pública deste Estado. É lamentável quando todos os segmentos dizem, em uma só voz, que nós da classe política deste Estado, sobretudo aqueles que vêm anos a fio tomando frente do Poder Executivo, mas não conseguem tirar o nosso Estado da situação de calamidade pública que hoje se encontra. É lamentável porque todos nós, do leigo ao doutor, do mamando ao caducando, sabemos que o Estado de Roraima hoje enfrenta uma situação lamentável de calamidade pública.

Deputado **Flamarion Portela**, quando Vossa Excelência cobra o vale, com toda legitimidade, como Parlamentar, também dias atrás cobrei, através da Folha, não só o vale, mas todos os programas assistenciais que fazem parte do corpo do executivo, que não estão sendo cumpridos, bolsa universitária, estágio remunerado, e, ainda mais, o maior estelionato deste governo, quando prometeu em balanço público que o pró-custeio passaria de quinhentos reais para um mil e quinhentos reais, nem o de quinhentos foi distribuído, imaginem elevar para mil e quinhentos reais. O homem do campo se encontra em tal abandono que se produzisse, hoje, não teria como escoar essa produção, praticamente sem estrada, pois não tem acessibilidade. Nós não temos um projeto de Governo para cuidar da infraestrutura deste Estado. Nós deveríamos ter estradas, ter uma matriz energética confiável, nós devíamos estar com instalação de indústria, com linhas de créditos para incentivar a instalação de indústrias para produção em alta escala. Desta forma, passaríamos a comercializar produtos produzidos e industrializados no Estado, só assim iríamos aquecer a economia. E, a partir dos anos vindouros estaríamos com essa revista no rank nacional com empresas crescendo no Estado de Roraima, gerando postos de trabalhos.

Deputado **Ionilson Sampaio**, não adianta nos tornarmos um estado universitário, pois temos a maior proporção de universitário em facultades, mas não temos a competência para gerar postos de trabalhos para que essas pessoas após concluírem seu curso superior consigam acesso ao mercado de trabalho.

Venho aqui conclamar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, para juntos contribuir com um projeto de Estado para alavancar ou voltar ao trilho do desenvolvimento o Estado de Roraima. Percebe-se, que, ninguém está aguentando essa situação. O empresário está fechando suas portas, não gera postos de trabalho. A economia está desaquecida, os direitos fundamentais não são atendidos, como: educação, saúde e segurança pública. É de responsabilidade nossa, homens públicos, diante dos reclames da população que vem, aqui nos colocar porque confiam nas nossas propostas e na nossa competência de ajudar a mudar este Estado. Então, nos compete traçar um plano de desenvolvimento para o Estado, intervir desde já com programas para atender as necessidades do nosso povo, e intervir nas próximas eleições lançando pessoas compromissadas. E a classe empresarial, mesmo diante da precária situação do Estado, está atuando no fortalecimento, gerando postos de trabalho, como exemplo, dez grandes empresários deste Estado estão montando um frigorífico chamado “Frigo 10” para abate de animais, e exportar carne para o estado de Manaus, para outros países, pois o Estado contará com o serviço de inspeção federal internacional, enquanto o estado, hoje, tem um frigorífico industrial atrelado à Companhia de Desenvolvimento de Roraima, sem condições técnicas, sanitárias e operacionais de abate e de exportação. O matadouro frigorífico encontra-se em péssimas condições, inclusive, de higiene, não oferece condições de comercializar a carne de animais abatidos no matadouro frigorífico, onde inexistente o serviço de inspeção federal que permita exportar para outros países. É preciso ter essa consciência e que, apesar das nuvens e dos temporais, nós consigamos andar e seguir em frente, Implantarmos a cultura do otimismo, acreditar que Roraima tem jeito a partir do momento em que pessoas sérias e compromissadas tomem as rédeas da administração pública deste Estado e o coloque nos trilhos do desenvolvimento.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Obrigado pelo aparte Deputado **Brito**. Primeiramente, queria cumprimentar todas as Senhoras e Senhores Deputados e desejar que façamos um segundo semestre mais produtivo do que o primeiro, e que possamos promover audiências públicas, ouvir os trabalhadores, votar projetos importantes não só do executivo, mas projetos de autoria dos Deputados, pois há vários tramitando nesta Casa e me parece que apenas o de Vossa Excelência foi aprovado no primeiro semestre. Eu espero que consigamos, no segundo semestre, uma discussão ampla que traga o povo para dentro desta Casa.

E, queria ratificar a sua fala no que diz respeito a este caos no Estado, que não é em virtude das chuvas, visto que o estado já estava em Estado de calamidade bem antes. A saúde já estava em Estado de calamidade e continua até hoje. Se fomos ao Hospital Geral nós vamos perceber o abandono, pessoas nos corredores tomando soro em pé porque não têm uma cadeira para sentar e serem atendidos. Nós já demos um voto de confiança ao Secretário de saúde e até agora, nada foi resolvido. Eu vou estar aqui cobrando permanentemente uma posição do Secretário de Saúde, Doutor **Leocádio**, que é um técnico, mas, que até então, não fez diferença no meu ponto de vista, pois acabei de receber uma mensagem sobre a situação em que ainda se encontra o Hospital Geral. Nem me refiro aos hospitais do interior que estão numa precariedade só. Essa ausência de políticas públicas resulta na violência. Nós temos percebido como tem aumentado a violência no nosso Estado, pois os jovens que estavam recebendo o Estágio Remunerado, não o recebem, mas, jovens que perderam a oportunidade de fazer uma faculdade por falta de condições financeiras e, estão indo para o caminho da criminalidade. O nosso sistema penitenciário, hoje, está abarrotado de presos, jovens que caíram no mundo da criminalidade. E, o sistema de segurança que está em estado de calamidade não consegue dar conta e acompanhar o aumento da criminalidade. Recentemente, tivemos um grande assalto no banco de Baliza. Durante o recesso, estive visitando o sul do Estado, visitando todas as delegacias e, no Baliza há dois policiais, mas não há viaturas. Em Caroebe o Sargento **Camilo** e o Sargento **Josafá** são quem comandam toda aquela região, inclusive Caroebe e Entre Rios.

Quero chamar a atenção das autoridades para o Município de Nova Colina, pois lá está acontecendo uma situação grave. Chegam muitas pessoas de todo o canto do Brasil para trabalhar nas madeireiras, inclusive, muitos foragidos da justiça, e só há um policial. Diante dessa falta de políticas sociais, precisamos que o Governo pague o quanto antes o Vale-Solidário, mas, que atrele ao Vale-Solidário uma política séria, para que quem receba este benefício tenha a oportunidade de criar uma empresa própria e levar seu filho para a sala de aula. É preciso que o Governo esqueça o calote que deu no povo, pois prometeu elevar o Vale-Solidário para cento e cinquenta reais, e até então, não cumpriu. Quero chamar a atenção das autoridades deste Parlamento para que possamos criar, no segundo semestre, novas políticas públicas.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** continua – Quero dizer as Vossas Excelências que tudo isso é consequência da péssima administração do governo do Estado. A falta de trabalho gera violência, gera todos os problemas sociais que hoje enfrentamos. Quero me unir ao Deputado **Flamarion** e convidar o presidente da Comissão de Orçamento para que possamos trazer a esta Casa a Secretária de Trabalho e Bem Estar Social, o Secretário da Fazenda e o Secretário de Planejamento para virem prestar conta de onde estão os 60 milhões de reais que são destinados a esses programas sociais que já estavam contemplados no orçamento de 2010. Esse dinheiro está no bolso de quem? Pagaram advogados ou pagaram a quem? Precisam vir aqui prestar esses esclarecimentos. Nós temos a legitimidade de convocá-los e eles devem ser convocados. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, ilustres pessoas presentes no nosso auditório, quero abordar alguns problemas que vem ocorrendo no nosso Estado. O primeiro problema que eu vi, pois estive neste final de semana no sul do Estado é como funciona o governo federal no nosso Estado. O Deputado **Brito** fala aqui em desenvolvimento, em oportunidades, geração de empregos, eu vou lá para o pequeno, vem o Ministério da Pesca e financia 40 pescadores para que eles melhorem a produção do peixe artesanal, para que, ao irem pescar, pesquem mais peixes para melhorar a renda familiar. Vem o Instituto Chico Mendes e cria um monte de regras. O pescador que mora nas vicinais de Rorainópolis não pode ir pescar no rio Anauá, porque de um lado é área de preservação ambiental, e do outro lado é o projeto PRONA. Ele só pode pescar se for ao meio. Lá há a fiscalização e se ele sair do

meio, é multado. Então, não há como o sujeito ficar acertando todo tempo o meio do rio, a não ser que fizessem um balizamento. Aí, resolveram que eles podem pescar no Barauana. Nessa história toda, está vencendo os financiamentos que o governo federal fez, e o próprio governo federal proíbe dar oportunidades para as pessoas melhorarem as suas rendas. O pescador tem que ir para o Barauana, mas, para ir para lá ele gastam 60 litros de gasolina. Em que pese o preço da gasolina já ter baixado aqui na capital, lá continua 2,99. Então, é bonito nós irmos aqui para a Tribuna falarmos sobre os grandes que não precisam do Estado e os pequenos sequer são ouvidos pelo Estado. Quando eu digo o Estado, não é o governo de Roraima, é o Estado Nacional que inviabiliza o crescimento de Roraima com as grandes demarcações de áreas indígenas. Não há governador nenhum, seja ele quem for, para fazer mágica e criar um projeto de desenvolvimento para Roraima do jeito que o Estado é tratado pelo Governo Federal. Uma hora é área de preservação ambiental, daqui a pouco tem o triângulo do mal que é o IBAMA, o Chico Mendes e o Incra que só criam dificuldades para o povo de Roraima. Esse é o projeto do Governo Federal. Não estou falando agora do Governo da **Dilma** não, pois o governo Federal não tem interesse de criar um projeto de desenvolvimento para Roraima, porque desde o Governo do **Fernando Henrique** vêm se criando todas as dificuldades para que não possamos criar um projeto de desenvolvimento e, eu não conheço nenhum projeto de desenvolvimento que não passe pela terra. Foi assim que um dia começou o Estado de São Paulo, está na história do nosso Brasil, foi produzindo, saindo da terra para que depois viessem as grandes indústrias. O Pólo industrial de Manaus, com o discurso do pólo que não polui, gera cem mil empregos, mas o interior do Amazonas tem indicativo hoje, está aí na pesquisa do IBGE, como o pior dos indicativos do Norte. Outro ponto que quero abordar aqui, pegando um gancho do Deputado **Brito** sobre o Estado universitário que virou Roraima, posso dizer que isso é uma indústria, uma indústria intelectual que gera sim empregos, professores que se qualificam, que fazem Mestrado, Doutorado, cria-se novas oportunidades em todos os segmentos da educação de terceiro nível e chegou a hora do Estado, através da sua Universidade Estadual, Deputada **Aurelina Medeiros**, criar o curso de medicina e extinguir o curso, por exemplo, de Comércio Exterior, visto que se o jovem se formar nesta área, terá que ir para Manaus, que tem um pólo industrial forte, que tem o sétimo PIB do País, porque aqui não tem mercado de trabalho. Então, estamos formando jovens para irem para lugar nenhum, para estudarem para o nada. Esse curso tem que ser extinto. O Curso de Administração existe em todas as faculdades particulares e na Federal. O Estado tem que colocar a sua mão para beneficiar aquilo que não existe. Se nós extinguirmos cinco cursos na nossa universidade e criarmos o curso de Medicina, aí sim estaremos criando oportunidades para as pessoas daqui terem o seu emprego garantido, porque há deficiência de médicos em Roraima. Vamos pegar o modelo do Amazonas, da Universidade Estadual do Amazonas, onde 50% das vagas do curso de medicina são para alunos dos Municípios do interior do Amazonas. O vestibular no interior é feito no mesmo dia em que é feito na capital, mas para os estudantes dos nossos municípios é obrigatório, depois de formados, passarem dois anos no seu Município. Vi uma índia de Tabatinga, lá na fronteira com a Colômbia, fazendo o curso de medicina. Isso não é nenhuma discriminação, é um orgulho para nós que somos brasileiros. Mas, não vi só uma, vi várias. Conversei com alguns estudantes de Tefé que disseram para mim: o meu maior sonho é, depois de formado, voltar para o meu município e ajudar os meus parentes. É essa oportunidade que temos que dar aqui para que façamos com que amanhã, como disse o Deputado **Brito**, não se faça política para quatro anos, mas políticas públicas para o futuro. Essa é a contribuição que temos que dar aqui. Amanhã estarei entrando com uma indicação e peço o apoio dos Senhores para que assinem junto comigo uma solicitação ao Governo do Estado pedindo a criação do curso de Medicina.

Aparte concedido a Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Deputado **Joaquim Ruiz**, muito obrigada. Gostaria de parabenizá-lo pelo seu discurso com rumo certo. A gente cobra muito de um Estado em que 80% dos recursos que tem os vêm de fora. Um Estado de pires na mão que não tem muito que dar. Esquecemos de cobrar do INCRA, da FUNAI com seus depósitos improdutivo de terras, do IBAMA com sua Lei ambiental que não permite a ninguém produzir, do MDA com sua política de crédito pequeno que isola todo mundo do processo, da Universidade Federal que não tem nenhum curso interiorizado neste Estado, e não cobramos isso. Estamos esquecendo até da nossa responsabilidade como Parlamentar. Ouvi, ainda há

pouco, o Deputado **Brito** dizer que a responsabilidade é nossa e eu me preocupo porque nós não executamos, nós fiscalizamos. O nosso poder e a nossa autonomia de gerar processos são restritos. A Constituição nos tirou isso. Eu me preocupo quando escuto a angústia do Deputado **Brito** em dizer que temos que exportar carne, mas não temos o serviço de inspeção federal. Nós temos, o que não temos é a carne para exportar. Nós não temos produção. Nós somos um Estado recém-saído da condição de território, massacrado pelas instituições federais, pelo Governo Federal, um Estado de pires na mão que não tem condições de dar 600 mil de Vale-Alimentação para 300 mil pessoas, se temos uma população de 450 mil, dar 500 reais de pró-custeio, como se isso fosse salvar a vida do produtor. Então, me preocupa muito sairmos dessa picuinha politiqueria e buscar, realmente, condições para o Estado produzir e sair debaixo das asas das instituições federais que, a cada dia, pisam no pescoço do povo roraimense. Parabéns Deputado pelo seu discurso.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Deputado quero somar e me solidarizar a sua indicação ao pedir a criação do Curso de Medicina nesta cidade. Conte com a gente. Mas, quero, também, acrescentar ao seu discurso a participação efetiva do Governo Federal em Roraima. Sabemos que as demarcações, as áreas ambientais, as reservas legais, as áreas de fronteira, inviabilizam a produção no nosso Estado. É um preço que Roraima paga e paga alto por causa das pressões internacionais, por entendimento do Governo Federal. O Governo Federal, o qual eu apoiei, oriundo do PT, para o qual vendi camisetas, estrelas do PT para ajudar a eleger a Presidente e, hoje me decepciono com a forma em que o governo do PT tem administrado o País. Tenho que admitir que avançamos em algumas questões em relação à programas sociais, mas me decepciono bastante, principalmente, com a forma com que o governo Federal vem engessando os movimentos sociais, os sindicatos no Brasil como um todo. Não temos hoje uma UNE atuante como tínhamos, um MST atuante, uma CUT, uma força sindical defendendo as classes trabalhadoras como deve ser. Mesmo com essas entidades apoiando o Governo Federal, o governo do PT, não podemos permitir que elas sejam engessadas, e aí, percebemos que esse engessamento se dá através de trocas, de indicações em cargos públicos de primeiro, segundo e terceiro escalões e, isso vem inviabilizando os trabalhadores do Brasil. Mas, também, quero que façamos um pouco de justiça. Nós, hoje, sabemos que o Estado de Roraima, depende de 80% das verbas federais, mas recebe duas vezes, a renda per capita, transferência de rendas do Governo, da União, e que o segundo colocado, que é o Acre, é um reduto eleitoral do PT. A história do Chico Mendes lá faz com que o PT comande as várias eleições do Governo do Acre e Roraima recebe duas vezes a mais repasses do Governo federal do que o próprio Acre, que é o segundo colocado. O que tem faltado, também, é uma política séria, é transparência na gestão. Recentemente, tivemos o caso da BR 174, que não sei quantos milhões vieram para essa BR e, inclusive, fez parte da queda do Ministro Alfredo Nascimento, porque está lá a questão da BR 174 como desvio de verbas, obras que foram começadas, mas não foram terminadas, e quantas obras e repasses foram feitos para o Estado de Roraima que estão no mesmo sentido. Então, precisamos cobrar do Governo Federal que faça o dever de Casa que é fiscalizar, que é cobrar, pois Roraima tem sido, ultimamente, um palco de denúncias sobre as verbas federais que estão vindo para o nosso Estado. Precisamos por a mão na consciência e fazermos essa cobrança. Nós, como órgão fiscalizador, temos esse papel de fiscalizar atentamente a aplicação desses recursos federais que estão sendo direcionados para o nosso Estado. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** continua – Deputado, se Vossa Excelência entrar no portal de transparência do Governo federal, verá que o Estado de Roraima é o penúltimo que mais recebe recursos. O Acre recebe muito mais recursos do Governo Federal para infraestrutura que o Estado de Roraima. Eu vejo, toda a semana, o Portal de Transparência do Governo Federal, nós só perdemos para o Amapá, onde está o Presidente do Senado **José Sarney**, somos o penúltimo na fila.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Célio Wanderley** – Deputado quero me reportar mais especificamente sobre a questão da nossa Universidade Estadual. Eu fiz parte da Comissão que coordenou a criação da universidade aqui, junto com a Deputada Marília e outros, e, nas audiências públicas, tivemos muita discussão a respeito da criação dessa universidade, até porque grande parte dos educadores do Estado não concordavam com a criação porque já tínhamos as universidades particulares e mais a Universidade Federal. O nosso principal objetivo,

juntamente com o Governador Ottomar, com a criação dessa Universidade, foi exatamente para que nós pudéssemos dar aos familiares daquelas pessoas que moram no interior, que não tinham condições de estudar nesta capital, a mesma oportunidade que essas pessoas que moram aqui em Boa Vista. Então, era a interiorização das ações da UERR e, também, para que fossem supridas as necessidades do nosso Estado como, por exemplo, não se justificava a criação de cursos já existentes em outras universidades, pois o que nos adiantava era a criação de cursos como Engenharia Florestal, e, principalmente, as licenciaturas para que a gente pudesse formar um corpo docente, visando dar ao interior do Estado uma educação de melhor qualidade, através da qualificação profissional no interior. Até então, quando foi criada, o objetivo era esse e, depois que o Governador saiu, entrou um outro Reitor que pulverizou de cursos a universidade sem nenhuma infraestrutura básica para comportar esses cursos.

Quanto ao seu posicionamento sobre a criação do curso de Medicina que é extremamente caro. Só para terem uma idéia, na Universidade do Estado do Amazonas, o curso de medicina representa 50% dos gastos da universidade. Então, o que temos que fazer é direcionar a faculdade para os objetivos com os quais ela foi criada, melhorar a infraestrutura que hoje já está sendo montada em pólos em São João, Alto Alegre e em outros Municípios para que a universidade possa ser criada de fato.

Quando criamos a universidade aqui, sabe qual era o meu sonho? Era doar o conjunto dos executivos para a UERR, para que tivéssemos uma estrutura adequada. Agora, ao invés de pedirmos que seja criado o curso de Medicina de imediato aqui no Estado, nós poderíamos pedir para a Universidade Federal ampliar o número de vagas, porque esta oferece apenas vinte vagas para o nosso Estado e lá já existe uma estrutura montada. Se nós ampliássemos o número de vagas para sessenta, já estaríamos ganhando. Eu acho que esse seria o caminho para que pudéssemos formar esses profissionais, porque a pessoa que faz medicina irá lidar com vidas e se não for bem formado, amanhã pode ser você que chegue à emergência e ele estará lá no pronto-socorro. Então, na realidade precisamos que esses profissionais tenham uma boa formação. De imediato, eu acho que a Universidade Estadual não tem estrutura, recursos e nem docentes para formar profissionais na área de saúde, principalmente, no curso de medicina.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** continua – Deputado Célio, medicina é a sua área e não a minha, mas, fiz um levantamento, nós temos cinco doutores médicos aqui em Roraima e a Universidade Federal só tem um e, os cinco são funcionários do Governo do Estado. A Universidade Federal oferece vinte vagas e das vinte não há cinco estudantes daqui do nosso Estado porque eles cumprem a regra do ENEN e parece que o país voltou a ser o Brasil colônia, quem tem oportunidade são os Estados mais ricos, cuja renda per capita é melhor do que a nossa, que dá uma qualificação de ensino melhor do que a dada aos nossos filhos. O pessoal que mora no Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina vêm usar as nossas vagas, levam a sua formação para seu Estado e nada fica aqui em Roraima.

Em relação ao curso de medicina da Universidade Federal, amanhã vou trazer aqui uma denúncia grave, já que o Reitor não quis me ouvir no dia em que estava aqui, no Simpósio da UNIVIR, denunciei o que estava acontecendo, lamentavelmente, as denúncias foram parar na justiça e, amanhã vou abordar o assunto em relação ao curso de Medicina da Universidade Federal de Roraima.

Gostaria de encerrar falando o seguinte: “O Deputado Brito falar sobre o problema do crescimento de 152 bilhões na arrecadação dos distribuidores e atacadistas do comércio brasileiro”. Todo mundo que está me escutando sabe que nós temos duas cidades que nos cercam, Lethen e Santa Helena, que dependem exclusivamente dos brasileiros e em que pese o tratamento que recebemos em Santa Helena, eles dependem exclusivamente do que nós vamos comprar naquelas cidades. E, o que os brasileiros compram lá, 90% são gêneros alimentícios e materiais de limpeza para suas casas. Isso sim afeta o comércio aqui. Agora, o comércio precisa ser mais competitivo porque nós temos as isenções, através do Decreto Lei nº 288, que criou e estendeu os benefícios da zona franca.

Em relação ao caso que ocorreu com o Deputado Brito, quero me solidarizar com Vossa Excelência, mas eu acredito piamente que isso não saiu da cabeça do Governador. Eu já assisti a cerimoniais aqui na nossa Casa em que houve falhas e vou lhe dar um exemplo, pois tenho um documento em minhas mãos em que o Governo, na época das enchentes, mandou priorizar as cargas da distribuidora Parima porque eram produtos de primeira necessidade, para que atendessem a

nossa população. Então, eu não acredito que isso partiu da cabeça do Governador, não estou aqui fazendo a defesa de ninguém. Essa ação, Deputado Naldo, foi dos Diretores Logistas e não da Associação Comercial de Roraima. E, essas falhas de cerimonial ocorrem, agora, não podemos jogar toda a culpa para o governante.

Com relação à situação caótica em que se encontram as delegacias, colocada pelo Deputado Sampaio, é verdade. Estive no sul do Estado visitando as unidades policiais e faço um apelo, pois nós temos três Deputados, aqui, policiais e, se pegarmos as emendas de Vossas Excelências, em conjunto com a minha, iremos recuperar no próximo ano todos os postos policiais do interior do Estado, tanto da Polícia Militar quanto as delegacias da Polícia Civil. Muito obrigado.

O Senhor Deputado (**Chicão da Silveira**) – A Mesa Diretora registra com muita honra a presença em nossas galerias do ex-Deputado **Ivo Som**.

Não há mais oradores inscritos e nem matéria para Ordem do Dia.

Informo aos Senhores Deputados que se encontra sobre a Mesa a Resolução da Mesa Diretora que cria a Comissão Especial Externa para, nos termos dos artigos 269 e 271 do Regimento Interno, analisar a indicação do nome do Senhor **Rodolfo de Oliveira Braga** para o cargo de Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Roraima – IPER e sabatiná-lo, composta pelos seguintes Deputados: **Aurelina Medeiros, Ângela Portela, Flamarion Portela, Ionilson Sampaio e Gean Frank**.

Passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Em Explicações Pessoais, gostaria de dar boas-vindas aos nossos Deputados, visto que estamos iniciando este semestre. Eu sei que a maioria dos Deputados permaneceu aqui, permaneceram nas suas bases, muitos aqui na Casa. As nossos incansáveis servidores que não têm recesso e que continuam aqui gostaria de desejar mais uma dose de coragem e disposição muito grande para que possamos dar continuidade ao trabalho que a Assembleia sempre faz. A Mesa tem trabalhado uma reforma administrativa ampla na Casa. Eu sei que, muitas vezes, as pessoas nos param nos corredores, mas tenhamos a certeza de uma coisa, nós, que estamos aqui, não temos a intenção de fazer coisa alguma para prejudicar a Assembleia e sim para melhorá-la, para solidificar melhor as nossas ações.

Quero me solidarizar ao Deputado Brito por não ter sido chamado para compor a Mesa na reunião da CDL, e dizer que, como os demais, eu considero um desrespeito ao Poder Legislativo. Concordo plenamente com a nota de repúdio.

Quero registrar o falecimento de uma pessoa que nenhum de vocês conheceu, mas que eu perdi nesse mês, o meu pai **Aurélio Girão Medeiros**. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu venho me solidarizar com o Deputado Brito pela forma com que foi tratado no evento da CDL. Quero dizer que nessas situações a Casa tem que, efetivamente, sempre tomar uma posição.

Também gostaria de convidar os Deputados que fazem parte da Comissão Especial Interna para analisar e dar Parecer a Proposta de Emenda a Constituição nº 04, para uma reunião logo após o término da Sessão.

O Senhor Deputado **Remídio Monai** – Senhor Presidente, gostaria de dar boas vindas aos nossos colegas e dizer a todos que agora com as baterias recarregadas, temos mais um período pela frente e, também, como membro da Mesa Diretora, quero colocar aqui algumas questões, por exemplo, sobre a oposição está registrando com bastante propriedade os problemas do Estado. Queria aproveitar aqui para pedir que a gente pudesse dar oportunidade aos Secretários de Estado que já estão convidados a virem a esta Casa, para que viessem até aqui. Temos o Secretário de Saúde, Doutor **Leocádio**, que já teve bastante tempo para avaliar a situação da saúde e, tenho certeza que ele deve ter novidades para dar um alento a nossa população. Da mesma forma o Secretário de Obras com relação às estradas, as vicinais, as pontes que estão bastante deterioradas. Tenho certeza que o Governo do Estado tem um projeto em andamento para que possamos ter uma solução para esses problemas do Estado. Então, eu acho que seria bastante oportuno a nossa assessoria agendar com os secretários que já foram convidados para que eles pudessem vir aqui fazer uma explanação, a fim de surgir uma luz que possa melhorar as coisas no nosso Estado.

Senhor Presidente, nós temos, aqui, uma coisa que já foi debatida antes, que é a vinda dos Deputados Federais e os Senadores para falar sobre a Reforma Política. O tempo está aí se exaurindo,

pois estamos chegando quase em setembro que é o prazo final. As coisas estão acontecendo em Brasília e eu, particularmente, gostaria de ter informações. Então, como presidente de partido, gostaria de saber para que pudéssemos ir pensando nas eleições municipais do ano que vem.

Quero falar, também, sobre a criação dos Municípios. Nossas comissões foram criadas e precisamos acelerar essa questão da criação de novos Municípios. Nós conseguimos, através de uma comissão da região sul, nos reunir na Vila de Nova Colina e Novo Paraíso, mas me perdoe as outras comissões, pois creio que se houve uma reunião, foi apenas uma. Nós precisamos avançar nessa questão porque já foi prorrogada, o prazo está para vencer e temos que definir se queremos resolver essa situação. Proponho até que o Presidente reúna os Presidentes das Comissões e relatores para buscarmos uma agenda para acelerar a questão da criação de novos municípios. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, só para registrar, no recesso estive visitando a Câmara dos Deputados em Brasília. O Deputado **Aldo Rebelo**, reforçando o convite para discutirmos, através de Audiência Pública a reforma do Código Florestal, mesmo tendo emitindo o relatório, que já foi aprovado na Câmara, este ainda irá passar pelo Senado, mas acho que ainda há tempo para fazermos uma discussão nesta Casa, até para tomarmos um posicionamento e cobrar dos Senadores algo que não foi contemplado para beneficiar Roraima nesse Código Florestal.

Estivemos, também, no Ministério da Justiça discutindo o Bolsa Formação, da SENASP, que criou uma bolsa para os policiais civis, militares e bombeiros que fazem curso a distância. Tivemos uma visão diferente no tocante a essa bolsa e, também, visitamos alguns Deputados da bancada federal de Roraima, no sentido de buscar apoio na aprovação do piso salarial, na Câmara Federal em segundo turno. Temos o Deputado **Edio** que é o relator da Comissão Especial.

Estivemos, ainda, visitando o Deputado Sargento Aragão, em Tocantins, que faz parte da Comissão de Segurança Pública, no intuito de montarmos uma Frente Parlamentar, composta por Deputados Estaduais das 27 unidades da federação, a exemplo do que já existe na Câmara Federal e, quero estender o convite aos Deputados desta Casa, especialmente aos Deputados **Chagas, Sargento Damosiel e Dhiego**, para que façam parte dessa Frente, para que possamos pressionar politicamente quanto à votação do piso salarial dos policiais e bombeiros.

Vistamos, também, a Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Maranhão, composta pelos Deputados Raimundo Louro e Luciano Leitoa e, no dia 04, acontecerá uma audiência pública, pois aquele Estado passa por um problema similar no que aconteceu no Rio de Janeiro e em Roraima, que é o não cumprimento do acordo feito com a categoria por parte do governo, e haverá uma grande Audiência Pública com a Comissão de Segurança Pública e a Bancada Federal para discutirmos aquilo que foi acordado com os trabalhadores da segurança pública, e que o governo da Roseane Sarney não está cumprindo.

Então, era isso que eu gostaria de deixar registrado e, mais uma vez, quero prestar solidariedade ao Deputado Brito, pelo recente episódio que aconteceu, não com o Deputado, mas com esta Casa. Muito obrigado.

A Senhora Deputada **Ângela Portella** – Bom dia a todos. Quero dar boas-vindas a todos e cumprimentar os servidores desta Casa que têm sido incansáveis em nos dar apoio nos nossos trabalhos, para manter o funcionamento da nossa Casa Legislativa, a imprensa que tem dado visibilidade aos nossos trabalhos e convocar os colegas para que, realmente, nós possamos ter aí um semestre bem produtivo, continuarmos lutando pelas causas e mantermos a qualidade de vida da nossa população.

Com relação ao Poder Legislativo, é importante que sejamos vigilantes em reconhecer a soberania do nosso Poder, enaltecer esse grande guardião da democracia. É importante que reconheçamos e possamos convidar os servidores em especial e, também, a comunidade para que usufruam dos cursos ofertados pela ESCOLEGIS, cursos presenciais e também à distância, uma importante ferramenta de construção de conhecimento e aperfeiçoamento profissional e, a partir de segunda-feira, também estaremos ofertando o curso preparatório para o cargo de Agente Carcerário. Nós estamos contribuindo também para que as pessoas possam ter êxito no concurso a custo zero. E, quero convocar a Comissão da Família para, logo após o término da sessão, nos reunir, os Senhores Deputados **Mecias, Jânio, Aurelina e Dhiego Coelho**. Muito obrigado a todos pela atenção

O Senhor Deputado **Chico Guerra** - Quería agradecer a todos os Deputados presentes. É sempre uma alegria termos a Casa cheia. Temos uma série de Audiências Públicas que foram solicitadas e que estão guardadas nas gavetas. Gostaria de fazer um convite para que fizéssemos um esforço concentrado para no dia 15 realizarmos a Audiência Pública Raposa/Serra do Sol e, no final do mês, a Audiência Pública com relação à violência contra a criança. Portanto, gostaria de pedir o empenho dos Senhores Deputados para que possamos fazer essa Audiência no dia 15, numa segunda-feira, e contarmos com a participação de alguns Senadores nossos e Deputados Federais. Este seria um dia ideal para se fazer essa Audiência Pública.

O Senhor Presidente **Chicão da Silveira** - A mesa Diretora quer associar-se ao sofrimento da Deputada **Aurelina** pela perda de seu pai. Quero dizer que domingo passado foi a missa de um ano do falecimento do meu pai e a dor até hoje é muito grande, imagino a de Vossa Excelência.

A Mesa Diretora quer dar boas-vindas a todos os colegas Deputados, desejando que seja profícuo e com muito êxito os trabalhos desse segundo semestre.

O primeiro semestre foi de muito proveito, e não tenho dúvidas que o segundo também será.

E, não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente Sessão, convocando os Senhores Deputados para a próxima, no dia 03, à hora regimental.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Ângela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Jalsler Renier, Jean Frank, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**
 Aprovada Ata Sucinta em: 03/08/2011

ATA DA 2033ª SESSÃO, EM 03 DE AGOSTO.
41º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.
 = ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICO GUERRA.

Às nove horas do dia três de agosto de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima trigésima terceira Sessão Ordinária do quadragésimo primeiro período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) - Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Remídio Monai**) - (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) - Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalsler Renier**) - Proceda à leitura do Expediente.

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

- Indicação s/nº, de autoria do Deputado **Coronel Chagas**, ao Governador do Estado de Roraima, "solicitando instituição de seguro de vida e de acidentes pessoais para policiais militares, bombeiros militares, policiais civis e agentes penitenciários do Estado de Roraima."

- Projeto de Lei, s/nº, do Deputado **Coronel Chagas**, dispondo sobre consignações facultativas em folha de pagamento de servidores públicos das parcelas referentes a financiamento ou consórcio de imóvel, e dá outras providências.

- Projeto de Lei, s/nº, do Deputado **Coronel Chagas**, dispondo sobre a instituição da Semana Cultural das Fanfarras e Bandas no Estado de Roraima.

- Projeto de Decreto Legislativo, s/nº, do Deputado **Coronel Chagas**, concedendo a comenda Orgulho de Roraima ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Roraima, e dá outras providências.

- Projeto de Decreto Legislativo, s/nº, do Deputado **Coronel**

Chagas, concedendo a comenda Orgulho de Roraima a Polícia Militar do Estado de Roraima, e dá outras providências.

- Requerimento nº 001/11, da Comissão Especial Externa, requerendo prorrogação de prazo por igual período desta Comissão Especial, composta por alguns Deputados que analisa a Proposta de Emenda Constitucional nº 003/11, que "Modifica o art. 174 da Constituição do Estado de Roraima".

RECEBIDOS DO PODER EXECUTIVO:

- Mensagem Governamental nº 31, de 01/08/11, comunicando o veto do Projeto de Lei nº 028/2011, que "dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para Exercício de 2012 e dá outras providências".

EXTERNO:

- Ofício Circular nº 013/2011-DIPLE/TCERR, de 22/07/11, do Tribunal de Contas do Estado encaminhando cumprimento de deliberação do TCERR.

- Ofício Circular nº 014/2011-DIPLE/TCERR, de 27/07/11, do Tribunal de Contas do Estado encaminhando cumprimento de deliberação do TCERR.

- Ofício Circular Externo/MDS/SNAS/DEFNAS/CGEOF/nº 45/2011, de 22/06/11, da Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando a transferência de recursos destinados à manutenção dos Serviços de Ação Continuada.

- Ofício/DPG nº 357/2011, de 07/07/11, da Defensoria Pública do Estado de Roraima, agradecendo o irrestrito apoio na aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 015/11.

- Ofício Circular Externo nº 016/2011-CLP, de 07/07/11, da Comissão de Legislação Participativa, convidando para as atividades de comemoração dos 10 anos da Comissão de Legislação Participativa.

- Carta Presi-2011/204, de 21/07/11, da Associação dos Funcionários Aposentados do Banco do Nordeste do Brasil, parabenizando pelo competente e incessante trabalho em defesa do povo do Estado de Roraima.

- Ofício nº 415/11 PRES/CMS, de 22/07/11, do Conselho Municipal de Saúde de Boa Vista, convidando para participar da 4ª Conferência Municipal de Saúde de Boa Vista, que será realizada nos dias 03, 04 e 05 de agosto de 2011.

- Ofício/CEDCAR nº 138/2011, de 01/08/11, do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Roraima, agradecendo pelo apoio de duas Servidoras no CEDCAR.

Era o que constava do expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) - Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalsler Renier**) - Proceda à chamada.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e senhores servidores desta Casa Legislativa, quero cumprimentar também todos que nos escutam através da rádio Anauá de Rorainópolis, a todos que estão assistindo também através do sinal da UNIVIRR em todos os municípios do interior deste Estado, quero cumprimentar também aos alunos das escolas aqui representadas hoje, também os representantes do Conselho Estadual da Cultura, Senhor **Júnior Brasil**, colunista e jornalista deste Estado, o Presidente da Associação das Fanfarras do Estado, Professor **Magdiel**; Presidente da Federação das Bandas do Estado de Roraima; Capitão **Valderi** coordenador das fanfarras do Estado, Senhor **Mário Fernandes**, agradecer também a presença dos Diretores e professores dos alunos e dos regentes das fanfarras das seguintes escolas, aqui presentes hoje, Maria dos Prazeres Mota, Costa e Silva, Escola Major Alcides, Hélio Campos, Airton Senna, Barão de Parima, Antonio Ferreira, Jaceguai, Jesus de Nazareno, Caranã, Tancredo Neves, Lobo D'Almada, João Rogério, de Caracará, e Monte Conde de Mucajaí. A todos vocês alunos, professores, diretores, regentes, o nosso cordial bom-dia.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, hoje o nosso plenário está lotado de jovens estudantes. Estudantes que estudam a música e que contribuem para a cultura do nosso Estado.

Venho a tribuna hoje meus amigos e amigas para informar que apresentamos um projeto de Lei que tem por finalidade dispor sobre a Instituição da Semana Cultural das fanfarras e Bandas no Estado de Roraima, o objetivo desse projeto de Lei, como falei é instituir a semana cultural na última semana de novembro, de forma que essa semana passa a integrar o calendário oficial de eventos no Estado de Roraima.

É um projeto de lei que tem por finalidade de valorizar ainda mais esse movimento tão importante para cultura, para os jovens e para família roraimense.

Digo isso porque a música, isso consta na nossa justificativa, a música é uma prática social e que institui instância privilegiada de socialização, onde é possível exercitar a capacidade de ouvir, compreender e respeitar o outro.

O presente projeto de lei visa instituir a semana cultural das fanfarras e bandas, passando a integrar o calendário oficial de eventos do Estado de Roraima, na intenção de unir esforços para a valorização do movimento artístico-cultural do nosso Estado.

As ações culturais a serem realizadas no evento, visam por meio de intercâmbios com outros profissionais, o aperfeiçoamento de instrumentistas e de regentes, bem como, a formação de novos músicos que, assim, contribuirão no fortalecimento da cidadania por meio da música.

O evento que se busca oficializar por meio da presente proposição trará grandes benefícios, pois fortalecerá a integração da ordem sócio-econômica, permitindo o crescimento das crianças, dos adolescentes e adultos por meio da música, evitando possíveis desvios e ociosidades, principalmente de jovens proporcionando uma oportunidade de desenvolver e aprimorar a sensibilidade das pessoas, com relevante e importante crescimento cultural e valorização de auto-estima.

Nesse sentido a nossa Constituição federal no seu artigo 23, assim consagra: “ É competência comum da União, dos Municípios, do Distrito Federal e dos Estados:

Inciso V – Proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e a ciência”.

Estudos e pesquisas mostram que aprendizagem musical contribui para o desenvolvimento cognitivo, psicomotor e efetivo, e principalmente, para a construção de valores de pessoas e sociais de crianças e jovens.

A música também se constitui em campo específico de atuação profissional. Pelo seu potencial para desenvolver diferentes capacidades mentais, motoras, efetivas, sociais e culturais de crianças, jovens e adultos, a música se configura como veículo privilegiado para se alcançar muitas outras finalidades educacionais almejadas.

A música quando bem trabalhada desenvolve o raciocínio, criatividade, e outros dons e aptidões. Por isso, deve-se aproveitar essa tão rica atividade.

Vislumbra-se também através da Instituição da Semana da Fanfarras e Bandas a adoção de ações articuladas entre as escolas, fanfarras, bandas e a comunidade, facilitando a sua integração.

Assim Senhoras e Senhores Deputados, esses são os motivos determinantes da propositura do presente projeto de lei, através do qual e por esse motivo, é que eu peço de cada integrante desta Casa Legislativa, o apoio para que possamos provar ainda nesse semestre esse projeto de lei para que agora no mês de novembro, possamos ter a Semana Cultural de Fanfarras e Bandas no Estado de Roraima.

Senhor Presidente, temos um tempo de 30 minutos para falar sobre esse projeto, tem muito a se falar, mas nós temos aqui a presente de duas fanfarras, que vieram prestigiar o anúncio desse projeto, e se Vossa Excelência permitir, pediria que nós pudéssemos ouvir pelo menos a apresentação de um banda de música, já que eu disponho ainda de 21 minutos, acho que não vamos ocupar todo esse tempo.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Gostaria de pedir aos Senhores Deputados, uma quebra de protocolo, parta que a gente possa apreciar a apresentação da fanfarras da Escola Maria das Dores Brasil.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** continua. – Enquanto os alunos que integram essa fanfarras, gostaria de salientar que a Semana Cultural de Fanfarras e Bandas tem por objetivo estimular a criação de Bandas e Fanfarras no Estado, hoje Senhor Presidente já temos 25 fanfarras, 19 na Capital, 06 no interior, tem por objetivo também mediante competições sadias promover o intercâmbio dos integrantes, incentivar as corporações musicais e o aprimoramento de métodos de técnicas, e contribuir para o desenvolvimento do pensamento cívico, do espírito de corporação da auto-disciplina e do civismo, necessários a formação integral dos cidadãos.

Durante a semana cultura de fanfarras nós vamos ter a realização de concurso de fanfarras, então vamos ter uma semana estabelecida para daqui para frente todos os anos da última semana de novembro.

Então, agora com todos os Senhores e Senhoras a fanfarras

para fazer a sua apresentação.

(Apresentação da fanfarras).

O Senhor Deputado (**Coronel Chagas**) – Gostaria de encerrar o meu pronunciamento, agradecendo mais uma vez a todos os alunos, a todos os regentes de fanfarras, agradecer a presença de todos, quero registrar a presença da Escola Antonio Carlos Natalino e especialmente agradecer o Presidente da Associação de Fanfarras, Senhor **Madiguel**, por ter nos dado essa oportunidade de apresentar esse projeto, ao Coordenador Estadual, o Senhor **Mário Panqueca** e todos que fazem parte desse movimento cultural importante para nosso Estado, conte conosco e Assembleia Legislativa, tenho certeza que todos Deputados aqui vão dá apoio a esse projeto que é importante para cultura para que as nossas fanfarras e bandas continue desfilando nos eventos e levando alegria e a musica a todos os cidadãos roraimenses. Muito obrigado a todos.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio**- Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputado bom dia, gostaria de cumprimentar a todos da galeria, senhores da imprensa, professores e alunos que se faz aqui presentes das escolas Maria dos Prazeres Mota, Costa e Silva, Major Alcides, Helio Campos, Airon Sena, Barão de Parima, Antônio Ferreira, Jesus de Nazareno, Caraná, Tancredo Neves, a escola do município de Caracará João Rogério e demais escolas aqui presentes a qual eu não citei o nome estes sintam- se cumprimentados e sejam bem vindos a essa Casa, onde é a representação legítima da sociedade, pois é Poder Legislativo que representa a sociedade roraimense. Sejam bem vindos.

Senhor Presidente, Senhores Deputados venho a esta Tribuna para pedir apoio no Projeto, que nós demos entrada recentemente nesta casa, do qual dispõe: Sobre a criação do plano de carreira único, por meio de progressão funcional para os militares oriundos do quadro dos policiais do extinto território de Roraima. Esses policiais, são servidores da união no qual estão cedidos ao Estado de Roraima, como servidor pela emenda constitucional. Esse Projeto a intenção dele, é fazer justiça, Senhores Deputados, para com os policiais do extinto Território de Roraima, policiais esses, que há décadas vem prestando segurança a sociedade roraimense nos quatro canto da cidade, eles vem sendo injustiçados há muito tempo, a idéia desse projeto é nós termos a oportunidade de corrigir e de fazer justiça para com estes policiais, esses que são servidores da união, onde estão incluídos também polícias do estado de Rondônia, Amapá e Distrito Federal, e, pasmem Senhores um soldado da polícia militar a lei de remuneração é a mesma, no Distrito Federal ganham hoje em torno de cinco mil reais, e o mesmo soldado. Na mesma lei de remuneração no Estado de Roraima ganha em torno de dois e quinhentos, três mil reais, então essa distorção, essa injustiça vem sendo cometida há algum tempo, e temos uma lei federal aprovada no congresso e sancionada pelo Presidente Lula em 2007, que delega poderes ao Governo do Estado competência para administrar e gerir sobre qualquer ato administrativo sobre esses polícias, basta que seja firmado um convênio, do ano anterior ao orçamento em vigor para ser contemplada, mas por questões políticas e por falta de vontade política esses policiais tem sofrido e tem acumulado essa perca salarial muito grande, e o que é pior, policiais do ex território de Roraima têm deixado de receber suas promoções, suas progressões funcionais, simplesmente inércia de algumas entidades e da classe política do Estado Roraima em não reconhecer e valorizar esses trabalhadores. A nossa proposta é fazer com esses polícias tenham progressões funcionais, bastando cumprir os interstícios, Eles retornaram para o quadro de origem deles e basta cumprir os interstícios automaticamente serão promovidos dentro de seus quadros funcionais ou seja nenhum ex policial do ex território será aposentado como foi antigamente. Um soldado após trinta anos de serviço, entrava soldado e se aposentava como soldado. Isso nós estamos garantido que todo soldado, no mínimo iria para casa como sub tenente para ter condições reais, para dar melhor condição de vida a sua família, em quanto tivesse em atividade do qual ele precisa ser bem remunerado porque é quando ele passa a sentir o peso da idade, a sofrer as mazelas adquiridas no decorrer do tempo em virtude da atividade policial militar, então esse projeto é de suma importância peço apoio ao Deputado **Coronel Chagas, Sargento Damosiel** que fazem parte da frente parlamentar de segurança pública, o Deputado **Jean** membro da comissão de segurança publica que façamos as adequações que tem que ser feita, mas que possamos não perder a oportunidade de aprovar esse projeto e que façamos justiça para com esses guerreiros, esses heróis, que na década de 60, 70,80 faziam segurança no nosso Estado com todas as dificuldades existentes naquela época, hoje não é fácil Deputado

Gabriel, você conhece muito bem o interior do nosso Estado, você imagina o que era na década de 70 o policial ser deslocado lá para Entre Rios, Água Fria, Uiramutã, Santa Maria do Boi Açu e era esses policiais que iam, principalmente os praças que estava lá fazendo a segurança daquele povo, defendendo a sociedade Roraimense. Policiais que por muitas vezes Policiais que por muitas vezes era a única autoridade que representava o Estado nos cantos mais longínquos do nosso Estado. Lá o policial era padre, professor, enfermeiro porque não tinha outro, apenas o policial militar para cumprir essa missão.

O Deputado Flamarion enquanto Governador fez justiça aprovou uma lei, que mandou para esta casa e foi aprovada concedendo uma promoção a mais, ao policial que ia para reserva depois de 30 anos muitos soldados na época foram para casa como cabo, os cabos foram como sargento independente de vaga seriam promovidos, essa lei foi revogada pelo Governador **Ottomar**, mas nós temos a oportunidade de fazer essa correção, fazer justiça para com esses servidores. Eu peço apoio aos Senhores peço apoio ao CCJ que analise com carinho, para que possamos fazer as correções para adequar ao texto e aprovar essa lei, porque estaremos fazendo justiça para com esses companheiros policiais e bombeiro do ex território. Quero pedir esse apoio.

Venho com este mesmo sentimento de fazer justiça com praças da policia militar, venho trazer a esta Tribuna um lamentável fato, que mais uma vez vem envergonhar a nossa corporação, sabemos que há varias ações na justiça e denúncias Ministério Publico envolvendo policiais militares, principalmente de alto escalão em desvio de verba publica do nosso Estado, da união, a justiça está cheia de processos, desvio de dinheiro da saúde do policial e bombeiros que estará em breve sendo julgado, alguns coronéis que desviram, sendo justiça recursos da saúde dos praças, já foi condenado um soldado que pegou 12 anos de prisão, cumpriu oito anos de prisão e está em liberdade condicional, mas até então foi o único que foi condenado, os sete coronéis que tiveram a prisão preventiva e sequer foram julgado, está indo para o Tribunal de Júri esses dias, espero que seja condenado e devolva mais de um milhão que foi desviado do sistema de saúde, SAS, sistema de saúde esse que tira mais de seis mil pessoas da rede pública que são atendida pelos SAS, dinheiro exclusivamente pago pela mensalidade do associado, policial militar paga 70 reais para ter atendimento ambulatório, odontológico, e foi constatado pelo Ministério Público essa denúncia mais de um milhão e meio desfiado desses recursos dos SAS para os policiais e familiares. Espero que seja feito justiça, tanto no sentido penalizando de acordo com a lei, bem como seja devolvido esses recursos aos cofres do SAS para que possamos implantar um Sistema de Saúde eficiente aqueles policiais e bombeiros que tanto precisa da saúde para desenvolver sua atividade. Trago mais uma denúncia envolvendo um Oficial da Polícia Militar, Coronel Maia, esteve preso, foi preventivado, está sob liberdade condicional e vai ser julgado breve pelo Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, oficial esse que representa hoje a associação nacional dos policiais do ex-território, ele é Presidente da Associação Nacional, a documentação está aqui, à disposição para quem tiver interesse, é simplesmente uma Lei Federal aprovado em 2009, que garante aos policiais do ex-território da união que ao interar 30 anos de serviços, se ele não tiver gozado suas férias na plenitude, tem direito uma licença de seis meses, esse policiais a união ressarcia, indeniza esses policiais por esse tempo de férias não gozada e pela essa licença especial, isso faz uma diferença, esses policiais na goza essas férias, licença, para quando ir para reserva poder colocar um comércio, chácara, sítio, e ter uma vida mais confortável na sua inatividade, vários policiais deram entrada e o que estranha é que esse Coronel da Polícia Militar, tem ido na Corporação, identifica os policiais que estão indo para reserva, e vai na casa e induz esse policial dá uma procuração dizendo que o direito dele só será reconhecido se ele recorrer a justiça. Conversei com vários policiais que foram prejudicados, e sequer nunca viram esse advogado, esse Coronel está advogado administrativamente em nome dos companheiros, esses policiais assinam, é uma procuração simples, basta pegar a lei e a GRA não tem colocado nenhuma dificuldade para reconhecer esse direito dos servidores e trabalhadores, e esse Coronel usa desses artifícios, induz essas pessoas e foram mais de 50 trabalhadores que foram prejudicados, estamos falando em valor auto de recursos, em torno de mais meio milhão de recursos, Coronel esse que ainda tem a cara de pau, de ir para uma igreja evangélica e que está sendo abençoado por Deus, que consegui comprar HILUX, mais na verdade é estelionatário o que está fazendo com os praças, ele tem o dever enquanto a associação de orientar essas pessoas gratuita, ele é Presidente

de uma entidade, além disso tem outra entidade que a associação do ex-território que coloca advogado a disposição dos policiais, que tem feito uma campanha intensa dentro da corporação orientando os policiais a não assinar essa procuração, que basta procurar a entidade, vou encaminhar esse documento ao Ministério Público Federal, OAB. Conselho de Ética, representar esse advogado que nenhuma das pessoas sequer conversaram com ele, e que é um simples requerimento e qualquer aluno de primeiro ano faz esse requerimento, associação do ex-território tem um advogado a disposição para fazer esse tipo de requerimento, está a disposição sem pagar nada, associação do qual Coronel preside, tem um dever, mais ainda como Presidente da Associação Nacional para apresentar os interesses, e tá uma das quais que um policial de Brasília ganha 5000,00 de salário enquanto o soldado ganha 2.500,00, atitude desse tipo vem prejudicando esses policiais da policia militar, inclusive, nesse momento vários policiais, inclusive oficiais estavam na reserva estão desavibrando o seu tempo de serviço para requerer essa licença, isso é a apropriação indébita do dinheiro público, tem Coronel que recebeu 300 mil reais de indenização, enquanto isso o praça tanto do quadro Estadual e Federal vem sofrendo as mazelas. Recentemente, estive em Caroebe e Entre Rios e temos dois policiais, Sargento **Camilo**, está há 25 anos fazendo policiamento, e passou no concurso público de sargento, e disse que foi reprovado, e que não fez o curso na época 20 e poucos anos atrás porque era caboclo, e na época o caboclo não poderia ser promovido na época para terceiro sargento. Esse tipo de comportamento é que não admitimos, esse mal exemplo, o professor tem que dá bom exemplo, pai de família tem que dá bom exemplo, os oficiais, coronéis da policia que tanto arrota a famosa disciplina, hierarquia que julga o praça, que pune, que tem dá bom exemplo, aqui está exemplo de um bom Coronel quando militar, enquanto Comandante e não tem nada contra ele na justiça, existem outros coronéis pessoas integras que merece respeito, mas tem uma meia dúzia e nesse processo, Coronel **Chagas**, o Senhor conhece muito bem a história que o Coronel **Maia** é um dos coronéis tem mancha negra, que nos envergonha enquanto oficial da policia militar que tem se aproveitado de recursos dos SAS e tem se aproveitado recentemente dessa atitude de induzir pessoas, ele tem o dever enquanto associação de orientar, encaminhar de maneira gratuita os policiais receber os recursos, indenização, do qual o Congresso Nacional, Presidente da República aprovou essa lei como forma de benefício para que esses policiais ao ir para reserva possa construir uma renda complementar com seus familiares, e pessoas como essa desfruta de 20%, 30% desses recursos. Estão aqui todos os processos, temos aqui um processo em que um policial fez pela associação e três dias depois o Coronel foi na casa desse policial e disse: "Olha aquele Requerimento que você fez pela entidade, não irá receber. Se você quiser receber faça por mim, que você irá receber. Então, o policial fez só uma cópia da anterior e quando saiu o pagamento o Coronel já estava na porta do banco querendo receber sua parte.

Então, isso é vergonhoso, entristece os policiais e a sociedade. Desacredita a nossa corporação e, o Comando da Policial Militar tem conhecimento disso, já foi levado ao comando e disseram que não podiam fazer nada. O Tenente Coronel Lhamas que era ajudante geral abandonou o Coronel e pediu que ele se retirasse do quartel porque estava cometendo atos irregulares. Ele não se retirou por ser hierarquicamente superior, o Comandante da Polícia Militar já tem conhecimento disso, pois a Associação levou ao conhecimento do comandante que não tomou nenhuma providência.

Então, eu vou reiterar esse documento ao Comandante, ao Ministério Público Federal a OAB e vamos acompanhar de perto, inclusive, na GRA para que não se apropriem de recursos de pessoas que trabalharam durante trinta anos e ao irem para casa ainda aparece um espertalhão que usa até o nome de Deus para dizer que está sendo abençoado nesse momento.

O Senhor Deputado **Sargento Damosiel** pede uma Questão de Ordem – Ouvindo atentamente o seu discurso quero parabenizá-lo pela preocupação e por defender os direitos dos policiais militares, mas antes de entrar na discussão do seu principal tópico do discurso já que Vossa Excelência iniciou parabenizando os estudantes que aqui estiveram e fizeram sua apresentação através da solicitação do Coronel **Chagas**.

Queria dizer que o Governo do Estado está desvalorizando nos últimos anos a questão do esporte educacional no nosso Estado. Não existem mais jogos escolares, pois vem se definindo a cada ano. No ano passado houve jogos escolares timidamente porque era ano eleitoral. E nesse ano não se fala em jogos escolares e a nossa

preocupação e pelo avanço das drogas e da criminalidade. Nós sabemos que o esporte é um instrumento necessário para moldar o caráter do jovem e da criança.

O segundo tópico da sua fala, queria dizer que de maneira nenhuma nenhum de nós concordar com o que o Coronel **Maia** vem fazendo e Vossa Excelência tem documentos em mãos que comprova isso. Ele é um representante de classe e se ele quer ajudar algum policial que foi injustiçado durante a sua carreira que o faça sem ônus para o policial. Sabemos que o policial ao completar dez anos de serviço, o Policial Militar garante seis meses de licença especial. Quando ele se aposenta leva esses seis meses e transforma em um ano. E se ele tem 20 anos de serviço e seis meses de licença especial que não gozou, ele tem o direito de com um ano a mais na sua aposentadoria. A Lei faculta a possibilidade de mais tarde se ele quiser entrar com um Requerimento e dizer que quer ser indenizado por aquele ano e não quer que conte o tempo para tempo de aposentadoria. Isso a lei faculta e isso é legal. Mas o que não pode é o Coronel de aproveitar da falta de esclarecimento dos policiais que é uma coisa simples, um requerimento simples. Você pode reverter essa situação. É o Coronel se aproveitar estando no posto que ele está, representando uma classe e pegar 20% dos policiais que precisam do serviço já que ele está lá justamente para ajudar esta classe.

Então, Deputado **Soldado Sampaio** eu queria parabenizá-lo pelo seu discurso e dizer que da mesma forma, eu e o Coronel Chagas nos coagulamos com algum tipo de desvio de conduta. Tanto faz ser coronel, sargento ou soldado. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** continua. Obrigado, Deputado Damosiel pela contribuição. Concedo a palavra ao Deputado **Coronel Chagas**.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Obrigado, Deputado **Soldado Sampaio**. Apenas para dizer que essa denúncia que Vossa Excelência trouxe para esta Casa hoje. Ela, para ser verdadeira é grave. Eu acredito que em razão das informações que Vossa Excelência trouxe deverá haver uma apuração quanto a isso. Quero crer que não seja verdadeiro porque o Coronel Maia é uma pessoa que tem ajudado muito os Policiais Militares ao longo dos anos, quer na presidência da Associação dos Policiais, quer na presidência da Associação Nacional dos Policiais Militares e Bombeiros Militares, integrantes desses órgãos e do ex-território Federal de Roraima. Agora, se efetivamente houve alguma ação dessa natureza eu, junto com Vossa Excelência e o Deputado **Sargento Damosiel** seremos os primeiros a exigir uma apuração dos fatos, se comprovados que o Coronel seja responsabilizado. Mas se não comprovado nós fazemos uma restauração da honra do nome do coronel que neste momento está sendo maculado com denúncias desse tipo. Eu acredito que Vossa Excelência deva estar aí cercado de indícios de provas substanciais para fazer a denúncia. Mas eu tenho um receio muito grande, principalmente no plenário, quando não estiver bem cercado e pisando em solo firme quanto a isso porque se não a gente lança, coloca o nome da pessoa sem que haja uma condenação e depois para recuperar isso é muito difícil. Mas é importante a informação que Vossa Excelência traz e vou cobrar do comando da PM a apuração disso, muito embora isso me parece que não tem nada a ver com a administração policial e sim uma questão judicial. Se efetivamente aconteceu, deve ser um crime de natureza comum de competência da Polícia Judiciária viu a apuração e do Ministério Público a sua denúncia. Mas tenha certeza que vou correr atrás de mais informações e a apuração disso. Queira Deus que não proceda porque se não proceder com certeza o responsável deverá ser indiciado o inquérito, ser ouvido, ser oportunizado a ampla defesa para que a justiça tome uma posição sobre esse assunto. Muito obrigado e conte comigo.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Chicão da Silveira** – Muito obrigado a Vossa Excelência. Todas as vezes que Vossa Excelência usa esta tribuna me surpreende. Não só pela contundência, pela bravura, pela coragem, mas pela veracidade dos fatos que toda as vezes que usa esta tribuna Vossa Excelência traz à tona. Pela atitude de Vossa Excelência, nós poderíamos através de um pedido de informação requerer essas informações imediatas, que é muito grave o que Vossa Excelência está falando. Nesses dias eu entrei em defesa de Vossa Excelência, inclusive até uma pessoa da alta patente da Polícia Militar, dizendo que Vossa Excelência estava Deputado, mas na hora que deixasse de ser Deputado ia continuar sendo soldado. Eu não agüentei a forma das palavras agressivas que foram proferidas, com aquele ar de vingança dizendo que na hora que ele deixar de ser Deputado eu vou pegá-lo. Olhem que o **Soldado Sampaio** que fala pela voz dos mais fracos, dos mais indefesos. Mas eu queria que Vossa Excelência continuasse nessa

linha da ficha limpa. Se tem que ter ficha limpa para político, para Coronel será que não tem que ter ficha limpa? Eu queria que Vossa Excelência tramitasse um pedido de informação sobre as suspeitas dessas promoções indevidas que foram feitas e sobre esses acúmulos de denúncias, pegar os poucos recursos que, às vezes, entra para ter uma melhor qualidade de vida e poder agradecer sua família e, às vezes são desviados em função indevida. Que Vossa Excelência continue nessa conduta. Eu queria me associar a Vossa Excelência, pois o que Vossa Excelência traz é com contundência, com provas para que nós possamos proibir e dar um chega para lá nisso aí. Parabéns a Vossa Excelência pelo seu pronunciamento.

O Senhor **Soldado Sampaio** continua. – Obrigado Deputado **Chicão da Silveira**. Senhor Presidente, Senhores Deputados, todas as documentações necessárias são quase 51 processos administrativos que foram intermediado pelo então Coronel Maia, tirando proveito próprio. Como bem falou o Deputado **Sargento Damosiel**, é um representante de classe, ele teria mil e uma formas de ajudar de maneira gratuita, sem tirar proveito desses policiais. É preciso apurar. Acabei de receber aqui, Senhor Presidente, neste momento, um servidor da Casa, ex-policiais escrito com a própria letra. Eu fui lesado em 20%, 14 mil reais o Coronel Maia me lesou. **Coronel Chagas** me permita discordar de Vossa Excelência na história do Coronel Maia da Polícia Militar. É uma história vergonhosa. É uma história que não serve de exemplo para ninguém. Basta consultar o Ministério Público das denúncias oferecidas. Então, eu tenho plena convicção do que eu estou falando. Espero que seja apurado esses fatos e que não se repita. E de imediato, que se pare com essa atitude. Que a gente possa orientar os policiais a procurar a associação dos policiais ou procurar um advogado particular se não acredita na associação. Mas não podemos permitir que um representante de classe tire proveito, induza as pessoas e tire vantagem pessoal, como está acontecendo. Foram muitos recursos. São quase 50 processos do qual eu tenho cópia da grande maioria e falei pessoalmente com vários policiais que foram lesados e nenhum deles se sente intimidado de depor e falar da forma como foram enganados, simplesmente porque houve má fé nesse processo. Então, era isso, Senhor Presidente. Quero reiterar o pedido de apoio para que façamos justiça e vamos encaminhar a justiça, ao Ministério Público, a OAB essa denúncia contra esse policial militar que vem manchando a briosos Polícia Militar. Muito obrigado, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Ordem do Dia. Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Requerimento nº 044/11 assinado pela maioria absoluta dos Senhores Deputados solicitando a convocação do Secretário de Estado da Fazenda, para que em data a ser fixada pela Mesa Diretora prestar esclarecimentos junto à Comissão de Orçamento e Fiscalização, Tributação e Controle sobre a destinação dos recursos alocados ao Vale Alimentação, Pró-custeio, Restaurante Popular, Estágio Remunerado e Bolsa Universitária.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – Lido o Requerimento.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) - Em discussão o Requerimento.

O Senhor Deputado Jalser Renier – Senhor Presidente existe um termo que foi utilizado no Requerimento que é convocação, e a convocação obriga que o Secretário compareça imediatamente a Assembleia Legislativa, no dia seguinte após a Sessão ou se for na última Sessão da semana será ouvido na primeira Sessão da próxima semana. Nesse caso seria um convite.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Nós entendemos que pode ser convocado para depor na Comissão de Finanças.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Eu assinei esse Requerimento apesar de entender que a execução orçamentária do Estado quem deve ter na ponta da língua é a Assembleia Legislativa como órgão fiscalizador que é, até porque ela tem acesso e sabemos também que existem os expedientes de reformulação orçamentária de uma série de coisas, o orçamento não é fixo, ele é reformulado quando não é usado, ele muda de rubrica, ele muda de tudo e a Assembleia Legislativa tem acesso a essa análise a hora que quiser. Eu voto pelo convite.

O Senhor Deputado **Sargento Damosiel** – Aprovamos várias vezes nesta Casa a convocação, para Secretário eu entendo que seja convocação. O convite é para quem não tem obrigação em vir a Assembleia Legislativa.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Continua em discussão. Não havendo mais nenhum Deputado que deseje discutir,

em votação. A votação será simbólica os Parlamentares que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura da Moção de Pesar nº 018/11, pelo falecimento do Senhor Aurélio Girão Medeiros, ocorrido em Morada Nova, Estado do Ceará, no dia 12 de julho do corrente ano.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – Lida a Moção de Pesar nº 018/11.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Em discussão a Moção de Pesar nº 018/11. O Senhor Aurélio Girão Medeiros é pai da Deputada **Aurelina Medeiros**.

O Senhor Deputado **Chicão da Silveira** – Senhor Presidente, Deputada **Aurelina Medeiros** é com muito respeito que eu quero externar as minhas condolências a Senhora e aos seus familiares, tenho certeza absoluta que seu coração ainda está apertado pela perda do seu pai. As vezes o tempo quer nos ensinar a conviver com algumas adversidades na nossa vida, só quando a gente perde um ente querido é que sabemos o tamanho da dor, eu peço que Deus lhe dê conforto e tudo de bom para sua família para que possam dar segmento a vida.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Continua em discussão. Não havendo mais nenhum Deputado que deseja discutir em votação. A votação será simbólica, os Deputados que concordam permaneçam como estão. Aprovada a Moção de Pesar.

Explicações Pessoais:

O Senhor Deputado **Remídio Monai** – Senhor Presidente eu quero aqui pedir a Vossa Excelência, nós temos na Casa alguns projetos dos Deputados Estaduais que estão em tramitação a algum tempo, alguns até da legislatura passada, como as Comissões infelizmente estão tendo dificuldades para se reunirem para aprovar eu queria pedir para fazermos um mutirão, pedir à assessoria para que pudéssemos colocar esses projetos para votação para que possamos aprova-los ou não com a mesma celeridade que é dispensada ao Executivo.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** - Senhor Presidente eu quero me somar ao Deputado Remido, eu já tenho dito aqui algumas vezes com muita humildade que a gente é célere quando é para aprovar projeto do TCE, do MP, do Executivo, Defensoria Pública e quando são projetos dos próprios Deputados não há vontade do Poder, o Poder não faz fluir nas suas Comissões os projetos dos Deputados. Eu acho que é boa a idéia do Deputado de fazermos um mutirão e aproveitarmos as Sessões que não tem matérias relevantes para que se debata, discuta os projetos dos Deputados. Também é papel do Deputado, apresentar proposições legislativas, criar instrumentos legais para dar condições de melhorias da qualidade de vida da nossa gente. Eu apelo aos nobres Pares para que realmente a gente enfrente esta questão e faça andar os projetos dos colegas Parlamentares.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Em primeiro lugar gostaria de agradecer aos meus Pares pela aprovação da Moção de Pesar pelo falecimento do meu pai. Eu gostaria de solicitar a nossa superintendência legislativa, a Dena, que ela tem a quinta, sexta e segunda feira para fazer um levantamento de todos os projetos dos Parlamentares que tramitam na Casa já convocando para terça feira uma comissão geral para que possamos analisar todos esses projetos. Eu queria dizer que todos sabem, até porque foi amplamente divulgado na imprensa, no Diário Oficial que a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa está promovendo um trabalho de reformulação administrativa, não é de corrigir erros é de se adequar, a cada ano a realidade muda, cada grupo de Deputados que chega tem uma realidade diferente, a cada momento exige uma programação diferente e a estrutura da Assembleia Legislativa atualizações, adequações, modificações. Eu não acredito que tenha sido palavras de nenhum Parlamentar até porque essas modificações se resumem a estrutura da Casa, os gabinetes têm direção própria dos Deputados e o objetivo não é mexer com ninguém e eu lamento que as vezes saem notícias desse porte na imprensa, a gestão da Assembleia Legislativa pelo regimento Interno é da Mesa Diretora, existe um Presidente que é o chefe dessa Mesa e as decisões são tomadas a fim de atender aos anseios da nossa sociedade. O que a Mesa tem buscado é adequar sempre melhor a Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Senhor Presidente gostaria de convidar os Deputados **Ângela Portella**, **Ionilson Sampaio**, **Coronel Chagas**, **Sargento Damosiel**, **Aurelina Medeiros**, para uma

reunião após o término da Sessão.

A Senhora Deputada **Ângela Portella** - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, eu quero comunicar que no dia 20 de agosto estará acontecendo no município de Rorainópolis, no auditório da Universidade Estadual o Seminário de Formação Política, dando continuidade ao seminário que já tivemos aqui iniciativa da Escolégis em conjunto com a Assembleia Legislativa e a Prefeitura municipal de Rorainópolis. Esse seminário ele vem para estimular o debate, a reflexão, no sentido de instigar a participação popular para que as pessoas tenham consciência do seu voto, conheçam as políticas públicas, pois não se faz política pública sem a participação popular. Gostaria muito que a comunidade participasse, alunos, acadêmicos, representantes de movimentos sociais e também os nobres Parlamentares estariam se deslocando até o Município de Rorainópolis para que participassem. Os palestrantes são pessoas que são representantes da nossa sociedade, que tem muito a oferecer. Vai estar palestrando o Vice-Governador, Doutor Aimerê, Doutor Oleno, Deputado Erci de Moraes, Professor João de Carvalho, Cícero Cardoso, que é uma pessoa que tem formação na área de ciência política. Vai ser bem proveitoso, gostaria que se vocês pudessem estar participando, mais uma vez convido a comunidade. Muito obrigada.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Senhor Presidente, eu faço uso da palavra para somar a manifestação feita pelo Deputado **Remídio Monai** que também já teve o apoio do Deputado **Flamarion Portela**, no tocante a nós darmos prosseguimento aos projetos de autoria do próprio legislativo. Nós temos visto aqui que os Projetos de autoria de outros órgãos tem andado dentro do processo legislativo, até com bastante celeridade. Mas no tocante ao projeto de autoria nosso, nós temos visto a mesma velocidade. Quero solicitar aos nobres parlamentares que tenham projetos para pareceres que apresentem no prazo estabelecido e isso, por si só, vai fazer com que o projeto ande. Quero solicitar da Mesa à possibilidade de ser emitido um relatório circunstancial de atuação parlamentar. É comum em todas as Casas Legislativas do País, esse relatório sair a Ada semestre, contendo a frequência dos parlamentares no plenário, nas Comissões, contendo as proposições, os discursos proferidos na Tribuna, os relatórios e pareceres feitos porque isso é importante para que a sociedade veja o trabalho do seus parlamentares, e para que eles deem conhecimento de suas ações. Então, peço aqui da Mesa para que as providências sejam tomadas para que as ações desse primeiro semestre sejam objeto de relatório circunstanciado, pois tenho certeza que a Secretaria Legislativa tem esses dados, para que sejam divulgados para a sociedade. Então, era essa a nossa solicitação Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Senhores Deputados, sobre a Mesa se encontra ainda tem uma resolução e uma nota de esclarecimento.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda a leitura da Resolução que cria a Comissão Especial Externa para analisar e dar parecer ao Projeto de Lei nº 024/11 e ao Projeto de Lei Complementar nº 016/11, ambos de iniciativa do Tribunal de Contas do Estado.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – (Lida a Resolução).

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Senhores Deputados, o episódio que envolveu ontem aqui, gerando uma ampla discussão sobre o Deputado **Brito Bezerra**, que está ausente, nós recebemos aqui uma nota de esclarecimento que gostaríamos de fazer a leitura:

A Câmara de Dirigentes Lojista de Boa Vista, vêm a público esclarecer que por ocasião do lançamento da Campanha Líquida Roraima/2011 e entrega do segundo prêmio Mérito Lojista, na última sexta-feira, que não tomou conhecimento que o Deputado **Brito Bezerra**, presente no evento, que tivesse sido designado para representar o Poder Legislativo. Nessa oportunidade, pedimos desculpas pela falha do nosso cerimonial ao Deputado **Brito Bezerra** e a Associação e a associação dos distribuidores e atacadista do Estado de Roraima da qual esse Diretor Executivo e, muito particularmente, a Assembleia Legislativa enquanto instituição, a CDL lamenta o mau entendimento e todo o constrangimento causado, reiterando todo o nosso respeito, tanto para com o Poder Legislativo quanto para com a pessoa do Senhor Parlamentar. Assinado por Josiel Wanderley (Presidente).

Não havendo mais nenhum Deputado que deseje fazer uso da

palavra no Expediente de Explicações Pessoais, dou por encerrada a presente Sessão, convocando outra para o dia 04, à hora regimental.

Estiveram presentes à Sessão os Senhores Deputados: **Ângela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Jalser Renier, Jean Frank, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 04/08/2011

ATA DA 2036ª SESSÃO, EM 10 DE AGOSTO.
41º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.
 = ORDINÁRIA =
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS.
(Em exercício)

Às nove horas do dia dez de agosto de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima trigésima sexta Sessão Ordinária do quadragésimo primeiro período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Marcelo Cabral**) - Lida a Ata.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

-Indicação s/nº, de autoria do **Deputado Francisco Assis da Silveira**, ao Governador do Estado, “solicitando a recuperação da RR-342, estrada que dá acesso à Colônia do Taiano, no Município de Alto Alegre, numa extensão de aproximadamente 90 km”.

- Indicação s/nº, de autoria do **Deputado Jean Frank**, ao Governador do Estado, “solicitando criação e implantação do Centro de Medicina Tropical do Estado de Roraima.

- Projeto de Lei s/nº, do **Deputado Mecias de Jesus**, dispondo sobre a instalação de câmeras de monitoramento e sistema de vigilância interna e externa nos estabelecimentos comerciais.

- Projeto de Lei s/nº, do **Deputado Mecias de Jesus**, dispondo sobre a comercialização de armas de brinquedo no Estado de Roraima. Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor **Deputado Flamarion Portela** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, eu vou fazer questão de dizer isso porque eu li o livro de Atas, o artigo 146 do Regimento Interno estabelece o término da inscrição e fui olhar quantos Deputados haviam inscritos e, só haviam três. E, agora, há seis. Claro que aqui não estou contestando, só estou dizendo que não estão obedecendo o Regimento Interno.

Ontem, nós tivemos uma longa reunião das Comissões Conjuntas e, a pedido da **Deputada Aurelina**, os projetos dos Deputados foram à pauta e, eu louvo a iniciativa, acho que os projetos dos Deputados devem ser discutidos. Não quer dizer que ao serem discutidos, necessariamente devam ser aprovados. Há dois caminhos a seguir, aprovar ou rejeitar os projetos. Um autorizava o poder Executivo a pagar R\$ 150.00 de Vale-Alimentação e, naquela ocasião, o projeto foi rejeitado. E, eu disse e afirmo aqui que fiz aquele projeto para lembrar o Governo, refrescar sua memória, de que na campanha eleitoral ele havia prometido o valor de R\$ 150.00 reais para as 65 mil famílias beneficiadas por esse programa. E, como nós estamos no 8º mês do ano, o Governo simplesmente ainda não se manifestou sobre o Vale-Alimentação, está acobertado por uma

desculpa chamada recadastramento e as pessoas continuam com suas necessidades, com suas panelas vazias, porque o Vale-Alimentação é um programa de distribuição de renda importante, é um programa que está institucionalizado, há orçamento para a cobertura dessa despesa, inclusive, temos quase 70 milhões de reais para o exercício de 2011. Porém, o Governo até agora não se manifestou sobre o Vale-Alimentação. Mas, ontem, nós tivemos uma boa notícia, o Deputado Marcelo Natanael disse e foi a primeira vez que tivemos informação nesse Parlamento sobre o processamento desse recadastramento, que no mês de agosto o Governo vai pagar R\$ 120.00 reais para 50 mil famílias, através de um cartão magnético do Banco do Brasil. Segundo o Deputado, as pessoas que foram excluídas, é porque não foram localizadas. Contudo, o que nós defendemos é que o critério seja justo, que aqueles precisam que sejam efetivamente beneficiados e que aqueles que avançaram socialmente e economicamente nas suas vidas, sejam excluídos do programa. Então, já que essa notícia eu considero alvissareira porque já que não estava pagando R\$ 80.00 e nem vai pagar R\$ 150.00, pagará R\$ 120.00: Mas, pelo menos a pessoa vai contar dentro do calendário que a cada dia x do mês ela possa ir ao banco sacar esse dinheiro para ir ao supermercado comprar o que quiser.

Aparte concedido ao Senhor **Deputado Gabriel Picanço** – Senhor Deputado, só para lembrar Vossa Excelência, não são oito meses e sim nove meses que estão sem receber. Outra coisa que eu queria lembrar ao Governador é que promessas não são obrigadas a ser ditas, mas, são obrigadas a serem cumpridas. O Governador atual fez uma espécie de leilão na época da campanha e disse que o Vale-Alimentação iria passar para R\$ 150.00. E, nós pedimos que o Governador cumpra a palavra de campanha, porque nós, que somos representantes do povo, temos que ter credibilidade naquilo que falamos, porque senão, todo mundo vai prometer avião para o eleitor votar e depois não vai dar nada para ninguém. Quero ser solidário ao seu pronunciamento e dizer que nós estamos aqui vigilantes e cobrando do Governador que cumpra a promessa e pague os R\$ 150.00 que prometeu ao povo de Roraima.

O Senhor **Deputado Flamarion Portela** continua – Obrigado **Deputado Gabriel** pela lembrança de Vossa Excelência e, espero que a sociedade vá permanentemente analisando e avaliando isso. Daqui há pouco virá o Secretário de Fazenda e irá nos esclarecer para onde foram esses milhões de reais que deveriam ter ido para a sociedade.

Concedo um aparte ao Senhor Deputado Joaquim Ruiz.

Aparte concedido ao Senhor **Deputado Joaquim Ruiz** – **Deputado Flamarion**, Vossa Excelência foi Governador do Estado e sabe como a agente opera o Orçamento Público. Estamos convocando, e fui um dos que assinei e cometi um equívoco, o Secretário da Fazenda para falar sobre o Vale-Solidário e vários itens do orçamento cuja competência não é dele, porque as coisas chegam na Secretária de Fazenda só para fazer o pagamento. Quem faz o acompanhamento orçamentário e financeiro é a Secretaria de Planejamento. Eu acho que foi um equívoco que cometemos e precisamos corrigir, porque o Secretário vai chegar aqui sem ter conhecimento das informações que queremos, pois quem nós deveríamos ter convidado para dar essas informações é o Secretário de Planejamento. Então, eu peço à comissão que faça a correção antes que o Secretário venha até aqui. Muito obrigado.

O Senhor **Deputado Flamarion Portela** continua – Eu concordo com Vossa Excelência em parte, porque se o Secretário de Fazenda quiser, ele pode trazer aqui o QDD atualizado e vai poder nos dizer que dos 65 milhões do Vale-Alimentação só há 40 milhões, pois 20 milhões foi remanejado para outro lugar. O que tinha para o Prê-custeio foi remanejado para outro lugar. Os 2 milhões destinados para o restaurante popular foi para outro lugar. Os 2 milhões e 200 mil que foram destinados ao Bolsa Universitária não há mais, foi para outro lugar. Eu estou aqui com o QDD, se o Secretário de Fazenda não o tiver para nos mostrar e responder algumas perguntas elementares, é lamentável. E, se ele disser que não tem como responder porque não pagou, eu acho que Vossa Excelência tem razão. A gente chama aqui a Secretária de Bem-Estar Social, e eu duvido que ela venha, porque ela se acha acima de todos. Era isso Senhor Presidente. Muito obrigado.

O Senhor **Deputado Erci de Moraes** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, funcionários da Casa, amigos, imprensa, especialmente as pessoas que nos honram nessa manhã com suas presenças nas nossas galerias. Eu quero, Senhora Presidente, começar lembrando a todos que esta Casa é plural. É a Casa do povo, a caixa de ressonância da sociedade. Portanto, é por aqui que devem

transitar e transitam todos aqueles temas que afetam a vida e o cotidiano da sociedade. E, gostaria de trazer ao conhecimento de todos quanto me ouvem que, ontem, tivemos na Justiça Eleitoral mais um capítulo de uma situação que nos envolve e nos diz respeito como consequência da última eleição, por decisão do TSE houve uma determinação daquela corte para que o TRE realizasse a retotalização dos votos em virtude de que um candidato de um determinado partido havia tido o seu registro cassado e os votos anulados naquela corte superior. Assim foi feito e nós fomos beneficiados na retotalização assumindo o mandato. Cinco tentativas de reverter o assunto foram feitas tanto no TRE como no TSE e todas elas foram baldadas. Ocorre que o assunto transitou em julgado. Então, não cabia mais tentativa outras dentro da lei eleitoral de querer ressuscitar a situação. Porém, Defensores, não sei se interessados com propósito sadios ou quem sabe até querendo aproveitar-se da boa fé de outros, entraram com um Mandado de Segurança no TRE há um tempo atrás e, por unanimidade, recusaram a anulação da retotalização. Eis que, de repente, entram com um agravo e não é preciso ser advogado porque todos nós sabemos que um agravo, não pode mudar o essencial do que foi decidido pela corte, e conseguiram que esse agravo fosse submetido a julgamento quase que de repente, pois geralmente não há Sessão na segunda-feira, principalmente, dez horas da manhã e, fiquei sabendo, através de terceiros, que haveria reunião. Dois juízes chegaram alegando que não tinham conhecimento daquela reunião. Parece que queriam pegar de surpresa o colegiado eleitoral do TRE. Houve pedido vista e um juiz teve o bom senso e antecedeu, e ontem aconteceu esse julgamento. E aí entra o que eu quero finalmente dizer, que, apesar de todos os problemas que vivemos nesta terra, através do comportamento, muitas vezes, dos homens públicos e dos Poderes, existem fatos que precisamos trazer para o conhecimento público, para mostrar que algo de bom está acontecendo no Estado de Roraima. O Poder Judiciário, através do TRE, deu ontem uma demonstração plena de que está consciente, maduro e capacitado a julgar os processos que, porventura, pendem ainda na justiça eleitoral com relação ao último pleito. Não tiveram dúvidas aqueles juizes que participaram do julgamento do mandato de segurança, em não aceitar o agravo e recusá-lo através dos votos de 4 representantes daquela Corte. Isso mostra a nós, homens públicos, políticos e a sociedade em geral, que o nosso Tribunal aqui em Roraima, é confiável, tem capacidade, senso de justiça e discernimento para decidir as situações. Acredito até, meus Senhores que o assunto julgado ontem foi uma ação armada diretamente para me atingir, até porque entre o mar e o rochedo quem sempre se quebra é a espuma e, nesse episódio, eu fui a espuma. É de se lamentar que a disputa pelo Poder venha a prejudicar terceiros com o propósito de querer mostrar força, reverter situações irreversíveis. Eu quero dizer aos meus Pares e a todos que me ouvem que continuarei enfrentando novas batalhas que surgirem de cabeça erguida, confiante em Deus, que é o supremo juiz, e nos homens de bem que nos julgam, pois acredito que a justiça sempre prevalecerá. Enquanto assim for, eu quero continuar nesta Casa, coerente como sempre fui nos meus mandatos, para trabalhar em favor da sociedade, dar tudo o que posso para que o povo de Roraima se sinta representado por aqueles que designou para vir a esta Casa. Quando eu tiver que criticar, farei críticas construtivas aos meus aliados, bem como aos meus eventuais adversários. Mais, sobretudo baseado sempre na ética, no respeito, na coerência, lembrando que nós Deputados aqui nesta Casa, independente do partido que pertencemos, somos antes de tudo representantes do povo, estamos comprometidos com essa sociedade que nos elegeu. Acho que é assim que podemos dignificar o nosso mandato e contribuir para que o nosso Estado vença as suas dificuldades, seus problemas e, sobretudo, que os homens públicos que representam essa sociedade sejam um pouco mais tolerantes, sensatos colocando sempre os interesses do nosso Estado acima dos interesses pessoais.

Aparte concedido a Senhora **Deputada Aurelina Medeiros** – Eu queria lhe parabenizar pelas suas palavras bem colocadas, fruto da experiência de uma vida. Eu o conheço como técnico e como colega de trabalho há muito tempo e sempre falo do Senhor como referência nos meus últimos 30 anos de vida. Eu acompanhei de perto tudo isso que Vossa Excelência está relatando. Sempre acreditamos na justiça, nos homens de boa fé e ficamos muito feliz pelo seu valor como técnico, como Parlamentar e pessoa. Seria uma grande perda para a Assembleia Legislativa o Senhor sair daqui. Queremos parabenizar a justiça pelo seu discernimento e dizer que o

Senhor é muito bem vindo e útil nesta Casa.

Aparte concedido ao Senhor **Deputado Gabriel Picanço** – Quero lhe parabenizar pelo pronunciamento. Essa decisão prova que o Senhor teve mais uma vitória na esfera política e o Estado de Roraima, sem dúvida nenhuma, precisa do Senhor como Parlamentar, uma pessoa centrada, com uma vasta experiência de vida pública.

O Senhor **Deputado Erci de Moraes** continua – Sou e serie grato pela solidariedade demonstrada. Isso é um incentivo a mais para que continuemos trilhando caminhos que sejam pautados sempre na elegância, na convivência harmônica, na transparência para que, com isso, possamos fazer desta Casa cada vez mais firmada no conceito junto à sociedade. Continuaremos atuando nesta base, esperando a cada dia podermos contribuir um pouco mais com o Estado que escolhemos para viver com a nossa família, construir amigos, servir ao nosso Deus e tentar ser feliz. Muito obrigado.

O Senhor **Deputado Marcelo Cabral** - Senhor Presidente, uso a tribuna hoje para falar do nosso compromisso, do que o Governo tem feito neste Estado. Ouvi ontem as críticas da oposição. Acho que é importante que se tenham críticas. Fui oposição ao Governo Ottomar e vi o quanto esta é importante, mas que seja uma oposição séria, que ajude o Estado, pois a crítica é construtiva, é importante para qualquer governo.

Quero dizer que, no sábado passado, estive com o Governo do Estado, com o Prefeito do Amajari, na comunidade do Ouro, comunidade indígena, onde o Governo entregou uma escola que foi feita com carinho, respeito aquela comunidade que vive no interior do Estado. E, não foi só escola, vimos também a energia. Os que são do sul do Estado o conhecem mais do que eu. Nasci no norte, conheço o norte de Roraima há trinta e sete anos e posso dizer que o norte do Estado era esquecido nos governos passados, não havia luz, educação, estradas, e Vossa Excelência sabe disso. Hoje, vamos ao Amajari e vemos postes, a luz chegando ao colono, à comunidade indígena, à cada cidadão que mora no interior, dando o conforto que eles precisam, e quem veio do interior não esquece suas dificuldades. Lembro que, há alguns, no Amajari só tinha energia quem tinha gerador próprio, e as colônias não tinham energia, usavam lamparina. Quem conhece a lamparina, lembra das dificuldades que as pessoas passavam nos lotes, nas fazendas, nas comunidades indígenas. As pessoas sempre me perguntavam, Deputado, porque as coisas vão para o sul e para o norte nunca vêm? E, esse ano tudo mudou. O governo Anchieta tem demonstrado isso, e aqui, quero agradecer o Governador Anchieta que tem ajudado o norte do Estado, levando o programa Luz para Todos aqueles que necessitam.

Aparte concedido ao Senhor **Deputado Joaquim Ruiz** – Ontem também ouvi a oposição, como Vossa Excelência colocou, falando sobre os milhões da BR 210 e 174 e, assim como a oposição pesquisou, hoje tive de manhã cedo a oportunidade de pesquisar também. Grande parte dos recursos estão na conta, estão sendo aplicados no mercado financeiro aguardando o término do inverno que está findando gora. Está na hora de começarmos a retomar os trabalhos das BRs, tanto a 210, como da 174. A oposição tenta mostrar para a opinião pública que já se gastou milhões de recursos na BR 174, mas essa oposição esquece que grande parte desses milhões não foi gasto no governo de Anchieta, no atual governo, foram gastos nos governos anteriores. O que o governo Anchieta recebeu, foi 85%, está na conta, as obras estão paradas por causa do inverno rigoroso no Estado. As obras da hidrelétrica de Jatapú ainda não começaram, porque falta a licença ambiental e o termino do inverno, pois lá continua chovendo. Mas, está na hora de retomarmos os serviços. Agora, vem aí o crédito social, 120 reais esse ano e 150 no próximo. O secretário da Fazenda está vindo aqui hoje, e tentei mostrar que ele pouco vai nos fornecer a respeito das informações que dizem respeito a outras Secretarias. O Deputado Flamarion falou em QDD, qualquer Secretário tem QDD, que é um detalhamento de despesas, específico. Quem deveria estar aqui para explicar sobre os recursos que nós estamos abordando, seria o Secretário de Planejamento e a Secretária do Trabalho. O Secretário da Fazenda só pode dizer: Olha! Tinha isso aqui no orçamento e eu paguei isso. O detalhamento de cada secretaria, o Secretário não sabe. No entanto, quero parabenizar Vossa Excelência pelo seu discurso sobre as malocas, a escola que está sendo inaugurada, a energia que está chegando aos que necessitam, os trabalhos que estão sendo realizados no município de Amajari, cujo o Prefeito é o seu irmão.

O Senhor **Deputado Marcelo Cabral** continua. – Obrigado. Queria ressaltar que não é só o Amajari que está sendo beneficiado, mas todo o interior do Estado. Quando visitamos os projetos de

assentamento, as comunidades indígenas, vemos o trabalho do governo do Estado. Há pessoas que realmente precisam e necessitam da energia, da educação. Temos que melhorar? Temos. Temos que fazer mais estradas, e como se falou: o tempo não vai parar. Várias estradas e pontes estão sendo recuperadas, no Amajari, por pedidos meu, seu, do Deputado Célio. E, quero dizer que, realmente, o governo do Estado está preocupado com as pessoas que vivem nesse Estado e, principalmente, com as que vivem no interior.

Quero agora falar, Senhor Presidente, do crédito social. Como bem disse o meu amigo **Deputado Joaquim Ruiz**, o crédito será pago esse mês, através de cartão, o que resultará no fim da humilhação das pessoas que ficam nas filas, no sol quente. Agora, o pagamento será feito através de um cartão e as pessoas poderão pagar seus débitos, sacar o seu dinheiro e comprar o que realmente necessitam. Isso é muito importante, são 120 reais que vão atender mais 50 mil famílias no nosso Estado, que vai gerar uma renda, um aquecimento no mercado de Roraima com mais de seis milhões de reais a cada mês. É importante dizer que é preciso que os filhos estejam estudando, a mãe tem que incentivar o filho a ir para a escola, tem que fazer o pré-natal. Agora o cadastro é único, não há pessoas em dois, três programas sociais recebendo para dar oportunidade a quem mais precisa no Estado.

Aparte concedido ao Senhor **Deputado Ionilson Cabral** – Obrigado Deputado Marcelo. O problema Deputado, é que essa fila, essa quantidade de pessoas que necessitam desse benefício social, só tem crescido nos últimos tempos, só tem aumentado. O governo não cria oportunidade de renda para essas pessoas. Vejam quantas pessoas haviam no vale, há 10 anos que necessitavam do vale, que dizer, o vale tem a porta de entrada e não tem porta de saída. Há o empobrecimento da nossa população, a falta de oportunidade, de emprego, de condições para que essas pessoas deixem de necessitar disso. Nós temos 400 mil habitantes. Isso significa o quê? 15% da população do Estado em situação lamentável, que necessita, nesse momento, do socorro do Governo. O governo não cria nada para tirá-los dessa fila, não cria a oportunidade para essas pessoas deixarem de necessitar dos benefícios sociais. Além desses benefícios sociais do Governo do Estado, há os benefícios do Governo Federal como o bolsa família e etc. Se nós juntarmos tudo, provavelmente vamos chegar a 25% da população do Estado que necessita hoje de socorro imediato porque não tem sequer o que colocar na panela para comer.

O Senhor **Deputado Marcelo Cabral** continua. – Vossa Excelência lembrou bem **Deputado Ionilson**. Os governos anteriores foram passando e aumentou o número de pessoas na fila dos vales. Este ano o governo fez diferente, recadastrou vendo realmente a necessidade das pessoas que mais precisavam e, Vossa Excelência tem um irmão, prefeito da capital, e sabe como é importante os projetos sociais, o PET, o Dedo Verde, o Cabelo de Prata, que ajudam as pessoas nesse município. Os programas sociais são importantes para as pessoas, e o governo do Estado, este ano, mudou o crédito social de que forma? Para ter o crédito social é preciso que o filho esteja na escola, a mãe tem que fazer o pré-natal, visando beneficiar as pessoas que realmente precisam.

Aparte concedido ao Senhor **Deputado Joaquim Ruiz** – Deputado, sei que não cabe regimentalmente um aparte, mas gostaria de comunicar a todos o falecimento do Senhor Abdala Abib Fraxe, um dos fundadores do comércio local. Esta é uma informação do Grão Mestre da Grande Loja de Roraima, pedindo que comunicasse a todos os presentes o falecimento do nosso irmão Abdala Fraxe.

O Senhor **Deputado Marcelo Cabral** continua. – E, para encerrar, quero destacar, Senhor Presidente, o compromisso do Governador Anchieta com este Estado e com as pessoas que realmente acreditaram nele e o elegeram em 2010 com a maioria dos votos. Quero dizer que o Governo do Estado tem feito e está cumprindo com seus programas de governo.

O Senhor **Presidente (Coronel Chagas)** – Gostaríamos de comunicar o falecimento do Senhor Abdala Fraxe, em São Paulo, um dos pioneiros do comércio no nosso Estado e, também, Grão Mestre da Maçonaria. à família e aos amigos os nossos sentimentos de pesar.

O Senhor **Deputado Jânio Xingu** - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, público aqui presente, acabei de ter uma informação muito importante. O prefeito de Boa Vista acabou de comprar o asfalto para recuperar as ruas de Boa Vista, tanto é que mandou 100 toneladas para o município de São João da Baliza de brinde. Eu fico muito feliz com o Prefeito Iradilson porque agora vai

baratear o custo das peças de carro.

Aparte concedido ao Senhor **Deputado Joaquim Ruiz** – O que Vossa Excelência está colocando aqui eu li ontem na matéria do Jornal Folha de Boa Vista, na qual o Deputado Mecias pede que a prefeitura de Boa Vista socorra a prefeitura de São João da Baliza. Creio que essa operação deva começar aqui em Boa Vista. Quero, também, parabenizar o Prefeito por estar atendendo um município carente, pois já fui prefeito e nunca vi isso acontecer antes, e agora eu tenho certeza que as ruas de Boa Vista não vão ficar como a BR-174, a BR-210, visto que não há nenhuma diferença da situação dessas BRs, das dezenas de ruas da nossa capital, mas, como o Prefeito está doando 100 toneladas de brinde para o município de São João da Baliza, com certeza, amanhã começa a operação tapa buraco e as nossas avenidas e ruas não serão diferentes de Miami, porque teremos aqui ruas de qualidade. Parabéns pela lembrança.

O Senhor **Deputado Jânio Xingu** continua – Nós passamos aqui quase seis meses e sabemos que o Deputado Flamarion tem essa marca de sempre abordar sobre o Vale-Alimentação, e ele está certo, pois esse é um programa social que deve ser mantido por qualquer governo, mas eu queria fazer uma retrospectiva de como tudo começou. Em 79, o então Governador Ottomar Pinto, quando construiu o matadouro, homem de espírito público, comprometido com o social, tirava as vísceras dos caprinos, dos suínos e doava para as famílias pobres de Boa Vista e do interior do Estado. Ottomar ficou até 83, depois passou um período fora do governo e no ano de 90 voltou ao governo como o primeiro Governador eleito de Roraima. Ele ampliou essa doação colocando arroz, feijão, óleo, açúcar e transformou isso nas chamadas cestas básicas, indo entregá-lo de mão em mão. Ottomar saiu do governo em 94 e o programa da cesta básica foi assistido pelo governo vindouro; Em 2002 **Flamarion** assumiu o governo do Estado. Naquela época ele era Vice-Governador e assumiu o governo através de um decreto em fevereiro de 2000. Criou o Vale-Alimentação, ou seja, transformou a cesta básica em moeda de papel. De lá para cá o governador **Flamarion** fez um grande trabalho à frente do governo. Depois o Senhor Ottomar ganhou uma ação no TSE em Brasília, voltou a Roraima, e assumiu o governo. Também através de decreto, criou o vale-solidário, transformando somente o nome pois o programa permanece o mesmo. Após, o governador Anchieta continua o programa, mas agora, esse programa ganha uma dimensão nunca visto antes, também através de decreto, o atual governador cria o crédito social, só que de forma diferente. Só para fazer uma correção, não são 50 mil pessoas, são 60 mil pessoas que, dia 17, irão receber 60 mil cartões do Banco do Brasil e, além disso, os beneficiários poderão usar esse programa também na bandeira VISA, ou seja, vai acabar os atrasos no pagamento. Outra coisa que eu acho muito importante é que os atravessadores, os donos de supermercados que pegavam um cambista para levar 10 mil reais para o local da distribuição do vale, onde o cidadão fragilizado, devido a situação financeira, vendia o seu vale de 80 por 50 reais, e o dono do supermercado ia até a SEFAZ receber esse dinheiro, não vai mais existir. O vale será lançado com dois programas paralelos, um profissionalizante e outro de micro crédito, para aquelas pessoas que vão se inserir nessa rede social, que têm vontade de ser empreendedores, de fazer outra coisa na vida. O Estado vai dar oportunidade do cidadão de se profissionalizar. Através da Agência de Fomento vai dar oportunidade para as pessoas criarem um pequeno negócio chamado micro crédito, coordenado pela Agência de Fomento do Estado. Portanto, eu falei do embrião porque as coisas vão evoluindo, se modernizando, e com o vale não seria diferente, ele se modernizou e ficou ainda melhor, ficou mais humano, aquelas filas de duas, três horas em que Dona Maria e Seu José ficavam com crianças, cheias de mulheres doentes para receber um vale de oitenta reais, acabaram. Agora, a população carente irá receber um cartão que vale 120 reais, e o governo vai trabalhar para chegar aos 150 reais, e nós iremos defender isso aqui.

Aparte concedido ao Senhor **Deputado Ionilson Sampaio** – Essa informação que Vossa Excelência trouxe é de uma absoluta inverdade, pois a prefeitura de Boa Vista não tem recursos e nem asfalto para fazer sequer a recuperação de todas as ruas de nossa cidade que estão realmente precisando. Eu não sei de onde Vossa Excelência tirou essa informação, mas eu lhe afirmo categoricamente, até porque liguei nesse instante para o Prefeito Iradilson, se alguém lhe falou isso, é uma inverdade. Por outro lado, não é nenhum mérito para o governo ver crescer de 50 mil para 60 mil o número de pessoas a receber o vale, seria mérito se o número de cartões que estão sendo distribuídos em função do empobrecimento da nossa

população tivesse diminuído. Portanto, não defenda o governo que vem mandar os emissários da sua base dizer na tribuna que nós estamos agora com uma ação de governo fenomenal, vamos distribuir 60 mil cartões. Isso é ruim para qualquer governo, isso não é mérito. O governador deveria se envergonhar dessa quantidade de pessoas que estão necessitando do vale.

O Senhor **Deputado Jânio Xingu** continua – A informação que eu tive é uma informação jornalística, se eu estiver mentindo, o jornal também está. Eu queria dizer para Vossa Excelência que essa rede social ganhou uma dimensão muito maior do que tinha anteriormente, só em as pessoas não ficarem em uma fila, nas mãos de atravessadores, não passarem mais por humilhação, já é o bastante. Eu quero terminar me juntando aqui ao **Deputado Erci de Moraes** e dizer a ele que a justiça foi feita ontem. Vossa Excelência é um grande Deputado, tem uma história de mais de 20 anos de vida pública neste Estado, merece o lugar que está, e enriquece esta Casa com ética, moral, com tudo aquilo que Vossa Excelência tem feito em prol do Estado de Roraima. Estamos solidários, sabemos do seu compromisso com o povo de Roraima. Vou terminar dizendo ao **Deputado Flamarion Portela** e convidando toda a oposição para, no dia 17 participarem do lançamento do crédito social, o qual eu não tenho dúvida nenhuma que será um sucesso e as pessoas que irão receber o cartão vão esquecer toda humilhação que sofriam, em especial dos cambistas que ganhavam dinheiro em cima das famílias pobres do Estado de Roraima. Muito obrigado.

O Senhor **Deputado Brito Bezerra** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, imprensa, todos aqui presentes, bom dia. **Deputado Flamarion Portela**, o Vale Solidário está em evidência, os Deputados da base aliada do Governo se comprometeram aqui, e deve estar registrado nos Anais da Casa, que a partir do dia 17, o Governo distribuirá cartões para as pessoas que fazem parte deste programa social, para que tenham acesso a esse recurso e não mais sofram com a falta de alimentos em sua mesa por conta da inadimplência irresponsável de um Governo que não tem compromisso com esse Estado. Eu gostaria de perguntar, Deputado Xingu, se vai ser adimplido os 9 meses em atraso do Vale-Solidário, vai ser pago o retroativo? É uma incógnita, mas os Senhores da base aliada devem saber. O que me deixa também sobressaltado é a desculpa, o argumento por parte do Governo do Estado que esses 9 meses de atraso foi simplesmente para fazer um recadastramento no Estado que possui somente 480 mil habitantes, que tem 65 mil pessoas inscritas nesse programa social. Imaginem, Senhoras e Senhores, se o Governo Federal com o Programa Bolsa Família, que atende neste país com dimensões continentais, cerca de 34 milhões de famílias, que não atrasou um só mês esse programa social, tivesse que fazer o recadastramento de 34 milhões de famílias. Deputado Flamarion Portela, com os 8 anos do Governo Lula e mais esse ano da Presidente Dilma ainda estaríamos recadastrando as pessoas e nunca terminaríamos. Por que 9 meses no Estado de Roraima para recadastrar 65 mil famílias? Eu só gostaria de enfatizar a necessidade do nosso povo em receber esse programa social e adimplir e este o Bolsa Universitária, o Estágio- Remunerado, o pró-custeio que é necessidade do pequeno produtor, sobretudo da agricultura familiar.

Eu vim aqui hoje, Senhor Presidente, falar que essa semana, na segunda-feira estive visitando as pessoas como é um dever nosso como Deputado e, ouvi tantas reclamações sobre esses programas sociais que hoje estamos cobrando. Se não darmos a oportunidade a essas pessoas de trabalhar, elas vão necessitar sempre desses programas sociais. Deputado Flamarion Portela, as pessoas que necessitam abrir um pequeno negócio, precisam da linha de crédito já existente para que possam gerar mais postos de trabalho ou simplesmente dignidade para sua família. Me cobraram que nós Deputados, o Poder Público pudéssemos através de linha de crédito, Banco Oficiais, fomentar esse desenvolvimento. Mas vejam bem, os bancos oficiais, BASA, Banco do Brasil burocratizam as linhas de créditos existem, mas a burocracia é grande. Imaginei, então, que a Agência de Fomento do Estado de Roraima era o principal responsável para financiar o micro crédito, o pequeno empresário ou o empreendedor individual para que gerisse seu próprio negócio e tivesse recursos e, procurei a Agência de Fomento no dia 08, conversei com o Senhor Diretor Presidente, o Senhor Raimundo Mota e o Diretor de Crédito de Investimento, o Senhor Laerte Ramires. Olhem só, a Agência de Fomento tem o objetivo de fomentar a economia do nosso Estado. Hoje ninguém pode nem falar no médio nem no grande empresário porque eles praticamente não existem em nosso Estado. Os empresários são todos pequenos e outros

ainda nem começaram. Quando indaguei se existiam recursos, a diretoria daquela Agência disse que só existem recursos previstos em orçamentos, mas nunca foi disponibilizado um recurso financeiro sequer para que a Agência de Fomento possa atender aos pequenos empresários. Perguntei àquela diretoria se hoje tivesse um projeto de qualquer segmento da cadeia produtiva, seria esse projeto possível de análise e liberação de crédito? Disseram que não. Veja bem, o Deputado Xingu acabou de dizer que vai ser lançado o micro crédito para o Governo do Estado. E, eles me falaram categoricamente que a Agência de Fomento não possui o manual de procedimento internos comuns às instituições financeiras regulamentado pelo Banco Central. Também não existem condições institucionais administrativas e nem recursos financeiros. Eles estão no maior abandono institucional que um órgão público pode ter. Não existe condição de financiar. Não há linha de crédito e nem sequer possibilidade de analisar o processo. Diga-me como, **Deputado Xingu**, o Governo, através do Banco de Fomento, que me falou na sua direção que só o que fazem hoje é receber 250 mil reais mensais para bancar uma folha de pagamento de 42 colaboradores, que é atualmente, a sua única atribuição no Estado de Roraima tem condição de liberar créditos? E pasmem, nós não temos hoje condições de liberar créditos, de analisar nenhum processo na Agência de Fomento porque não há ainda hoje os manuais internos que necessita uma Agência de crédito. Portanto, a Agência de Fomento não pode liberar nenhum crédito e nem sequer analisar os processos. Agora, Vossa Excelência me diz que o Governo vai lançar o micro crédito. Isso não condiz com o que eu ouvi daquela diretoria. E, que nos próximos três meses, possivelmente, esses manuais estariam prontos, e a partir daí é que receberiam esses projetos e poderiam analisá-los. Só analisar, porque liberação de recursos não existe, pois não há dinheiro no fundo daquela Agência de Fomento, não existe recursos para financiar nem sequer um pequeno ou um micro empreendedor no Estado de Roraima. Então, é lamentável que não haja recursos naquela agência, se existem tantos recursos neste Estado. E, além de outros programas sociais tão debatidos aqui, que não estão sendo atendidos pelo Governo, ainda não há uma porta de saída para o empreendedor que quer gerir o seu próprio negócio e trazer dignidade para a sua família.

Aparte concedido ao Senhor **Deputado Xingu** – **Deputado Brito**, uma Senhora perguntou para um dos maiores Governadores do norte do Brasil, que foi Eduardo Braga: o Senhor disse que vai fazer casa aqui e não tem nem o terreno? Ele disse: o Governo quando quer faz e eu quero fazer. O Governo quer fazer e vai fazer. Então, é preciso entendermos que microcrédito é para aquelas pessoas que estão na rede de programas sociais e que, porventura, querem abrir um pequeno lanche, uma pequena sorveteria. Então, isso pode ser operado através até do próprio **SETRABES**. Agora, o Governo do Estado está compromissado com as pessoas que estão inseridas no programa crédito social, para que eles participem de um programa paralelo do Governo, de profissionalização e de empreendedores, porque nós não podemos colocar uma pessoa para passar o resto da sua vida recebendo benefício social. É preciso, e o Governador quer fazer isso, dar a oportunidade para que as pessoas também tenham o direito de cidadania, que eles possam deixar de ser, Deputados, micro e pequeno empresário, para se transformarem em empreendedores através de um curso profissionalizante, de se transformarem em um bom profissional para melhorar a sua renda, sair do programa e dar a vaga para outro que está precisando.

O Senhor **Deputado Brito Bezerra** continua. Deputado Xingu, obrigado pelo aparte. Entendo que Vossa Excelência queira ver o Banco de Fomento unido a Secretaria de Trabalho e Bem-Estar Social.

Aparte concedido ao Senhor **Deputado Chicão da Silveira** – Só queria acrescentar uma observação no pronunciamento de Vossa Excelência. Aqui, quando se discutia, Deputado Brito Bezerra, junto a este Poder Legislativo a extinção da **CODESAIMA**, eu levantei muitas questões contrárias à extinção pela importância do crescimento do desenvolvimento econômico do Estado, que passaria pela **CODESAIMA**. E, na época, o nosso colega Joaquim era Presidente da companhia, tem conhecimento de causa. Com competência eu e ele pesquisamos, viajamos para o Rio de Janeiro não sei quantas vezes, mas nós levantamos a verdadeira situação da **CODESAIMA** e mostramos para o Governo a volta da existência. Na verdade, hoje, a **CODESAIMA**, ainda não responde a todas as suas funções sociais. A mesma coisa acontece com a Agência de Fomento do Estado de Roraima. Nós precisamos e é necessária a existência da Agência de Fomento. Mas, veja bem, eu falo isso a Vossa Excelência com muita

propriedade de conhecimento. Nós temos uma inadimplência hoje na Agência de Fomento de 80%, uma herança maldita de Governos que passaram por ali e autorizaram o Presidente da Agência. Eu falo com o devido conhecimento de causa que a falência da agência não se deve aos pequenos, mas aos grandes empresários. Muitos empresários, hoje, que se consideram bem sucedidos financeiramente são devedores da Agência de Fomento. E, esse microcrédito que vai ser lançado pela Agência de Fomento é para atender ao pequeno, aquele pai que quer dar o sustento a sua família. Muito obrigado.

O Senhor **Deputado Brito Bezerra** continua. – Obrigado, **Deputado Chicão da Silveira**. Eu gostaria de salientar para Vossa Excelência que entendo perfeitamente que o microcrédito será lançado para atender os pequenos empresários. Eu só quis aqui me opor não ao lançamento do crédito, mas à instituição que seria a gestora desse crédito, porque ela mesma, segundo a diretoria não tem capacidade administrativa e nem financeira para gerenciar. E, a **CODESAIMA** não tem função social, **Deputado Chicão da Silveira**, ela tem função de desenvolvimento econômico do Estado. E nunca em sua essência, desde quando conheço aquela companhia, desenvolveu essas atividades.

Aparte concedido à Senhora **Deputada Aurelina Medeiros – Deputado Brito Bezerra**, o Senhor está certo. A **CODESAIMA** tem a função de desenvolvimento do Estado. E a Agência de Fomento não é um Banco, por isso que ela não é autorizada pelo Banco Central a operacionalizar com as linhas de crédito do Governo Federal que normalmente financiam o Brasil inteiro. Eu não conheço a Agência de Fomento, e praticamente eu não conheço a linha de crédito do Governo. Há a parte social que ele faz e a Agência de Fomento é uma agência de negócio. Então, ela não tem manual de procedimento, justamente porque não está autorizada a lidar com dinheiro do PRONAFE e de FNO que são responsabilidade do Banco do Brasil e do BASA. O que eu acho que a Assembleia Legislativa tem que fazer, e fazemos muito isso, é cobrar, pedir que não voltem todos os recursos que vêm para o Estado. Os Bancos particulares, por lei, são obrigados a destinar recursos para o financiamento e o desenvolvimento do Estado, mas, assim não o fazem. E, a nossa cobrança tem que estar centrada nisso, até porque um governo que vive de FPE não tem como financiar sozinho o desenvolvimento do Estado. Eu estava a pouco conversando com o **Deputado Flamarion**, que sempre tive uma posição muito clara com relação ao pró-custeio, e até digo que esse programa foi criado no governo dele e foi um dos maiores problemas que ele teve, até pela legalidade. Um dia, na secretaria de agricultura, fiz um desafio ao Governador Ottomar. Perguntei: o Senhor vai perguntar se os produtores rurais querem 500 reais de pró-custeio sendo que, muitas vezes, só recebem trezentos quando vão trocar o vale no comércio, ou se eles preferem um hectare de terra preparada para produzir? E, nós nunca encontramos um produtor que dissesse, que prefere o pró-custeio, e não conheço resultado positivo de 7, 8 milhões que se distribui sem nenhum critério como era feito o pró-custeio para os produtores rurais do Estado, ele tem que ser destinado aos projetos. Ontem estava aliado ao Deputado Gabriel, não tenho medo de dizer isso em nenhuma reunião com produtores rurais, porque conheço o produtor rural e sei o que eles querem. Se os desafiaros com esse dinheiro, eles dirão que em três horas poderão cavar um tanque para criar piaba, pois sempre preferiram isso. São coisas que defendemos e não sei o resultado prático de tudo isso.

Aparte concedido ao Senhor **Deputado Joaquim Ruiz – Deputado**, esta é a Casa do contraditório. A **Deputada Aurelina** falou a Vossa Excelência que a **CODESAIMA** não tem função social. Vou relembrar Vossa Excelência foi meu colega na **CODESAIMA**, trabalhamos juntos, a função social da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Roraima era por exemplo, fazer com que o sebo que era vendido antigamente para Manaus fosse, foi através da **CODESAIMA**, subsidiado e vendido para a indústria que gera emprego e paga imposto em Roraima. Essa indústria está no Distrito Industrial. Se o sebo fosse para Manaus não teríamos essa indústria aqui. Manaus insiste em pagar um preço maior para gerar emprego lá. Essa é uma das funções sociais da **CODESAIMA**. Outra é fazer com que, por exemplo, o couro que poderia ir para outro Estado, que Vossa Excelência sabe que é o segundo produto na pauta de exportação do nosso Estado ficasse aqui, bem como a farinha de sangue, que faz parte da composição da ração para o peixe. Vossa Excelência que é da área da iniciativa privada, empresário bem sucedido, rico, graças a Deus, sabe que hoje a produção de peixe aqui é uma realidade; a farinha de carne e osso que serve de ração para o frango, para o peixe, também é subsidiada para que

possamos incrementar esse processo que dá certo aqui. No trabalho do abate também, com a criação de pintos que atende aos pequenos produtores, a **CODESAIMA** fez um pregão, alugou aquela estrutura que beneficia os pequenos produtores. Era apenas para lembrá-lo desse trabalho que nós participamos, visando ressaltar a importância da social da **CODESAIMA**. Muito obrigado.

O Senhor **Deputado Brito Bezerra** continua. Obrigado Deputado Joaquim Ruiz, gostaria de dizer a Vossa Excelência que nenhuma dessas quatro funções da **CODESAIMA** é visto ou caracterizado como função social, é uma flexibilização de preço, para geração de emprego e renda valorizando o empresário local. Então, a função de desenvolvimento é meramente econômico.

Senhor Presidente, agradeço a tolerância e quero dizer aos nobres Deputados que essa pequena observação quanto a Agência de Fomento, quanto a **CODESAIMA**, é simplesmente para que nós possamos ficar atentos para que as instituições públicas não se transformem em cabide de emprego para indicados de políticos da base aliada do governo por ele próprio, como está acontecendo hoje na Agência de Fomento e em outros órgãos públicos como todos temos conhecimento. Obrigado.

O Senhor **Deputado Mecias de Jesus** – Quero relatar um fato ocorrido no dia de hoje, mas, antes, quero esclarecer sobre o asfalto citado pelo Deputado Xingu. Fui informado de que a matéria realmente saiu no jornal.

Ontem o **Deputado Joaquim Ruiz** ouviu quando eu pedi ao **Deputado Gabriel** e ao **Deputado Ionilson** que me levassem ao Prefeito **Iradilson Sampaio**, para pedir rejeito de asfalto, aquele que não serve mais para nada, só para tampar buracos. Se não serve mais para nada, por que não pode ser doado? Eu nem sequer falei com o Prefeito **Iradilson**, então, isso não pode ser imputado ao Prefeito **Iradilson**. Lamentavelmente eu acho que as paredes têm ouvidos, pois essa matéria foi publicada pela imprensa, e eu tinha feito apenas um pedido aos Deputados Gabriel e Ionilson para me levarem até o Prefeito. Iria pedir duas caçambas de rejeito para tampar os buracos de São João da Baliza, e a questão se transformou em matéria.

Quero entrar em um assunto lamentável. Neste momento está aqui na liderança da oposição um cidadão detido pela Polícia da Assembleia legislativa, que foi até o meu gabinete fazer extorsão. Um cidadão de nome Maurício foi ao meu gabinete e deixou um bilhete com a minha secretária que dizia: “diga ao **Deputado Mecias de Jesus** que se ele ainda quiser ter mandato, que me procure ainda hoje.” Eu já estou acostumando com esse tipo de extorsão, é por isso que muita gente fala mal de mim, porque tentam me extorquir e eu não cedo, eu não pago para bandido, quem quiser falar mal de mim, que fale. Quando a secretária me ligou, eu pedi que a Polícia localizasse o sujeito e ele está detido agora. Eu gostaria que Vossa Excelência pedisse a Polícia que o conduzisse a Polícia Civil para que ele mostre a fita que diz que tem a Polícia Federal, ao Ministério Público, pois quem não deve não teme, e eu não sou frouxo. Ele pode mostrar! Quem quiser falar mal pensando que eu vou oferecer propina, está enganado, eu não vou oferecer propina para nenhum bandido deixar de falar mal de mim, quem tiver fitas que as apresentes, quem quiser falar, que fale.

Portanto, eu gostaria que Vossa Excelência pedisse a Casa Militar que conduzisse esse cidadão, esse mal caráter que pensa que vai me intimidar. Há trinta e seis anos que moro no Estado de Roraima, eu tenho um nome, tenho família, tenho filhos, esposa amigos, e não vou deixar um à toa qualquer manchar o meu nome não, não vou em hipótese alguma. Sequer quero conversar com esse cidadão. Ele disse ao Tenente Souza, quando o Tenente se apresentou a ele, que era meu assessor e que eu estava no Plenário e não poderia o atender. E o Souza disse: o que você quer do Deputado para acabar com esse problema? E ele disse: “quero seis mil reais”.

Aparte concedido ao Senhor **Deputado Flamarion Portela** – Eu não sei mais o que dizer, honestamente falando, porque a ousadia chega ao posto do cidadão ir ao gabinete do Deputado, na simbologia da representatividade do Poder, para fazer ameaças. Nós sentimos, nas entrelinhas, no dia-a-dia, a possível grampeação do nosso telefone pelos rufidos e sons, recebemos ligações de telefones sem identificação, se atendemos, ficam em silêncio, nunca há uma voz do outro lado para falar. As pessoas nos alertam permanentemente sobre a nossa segurança, as mais próximas se preocupam conosco, mas daí, vir ao Poder e ameaçar, há uma distância muito grande. Se a minha avó fosse viva diria que seriam sinais do fim do mundo.

Então, **Presidente Chico Guerra**, o **Deputado Mecias de Jesus** tem razão, esse cidadão deve ser levado a Delegacia Geral

de Polícia para prestar esclarecimentos substanciais. Não sei o que ele vai falar, isso é arbítrio pessoal, mas que essa pessoa, na presença da autoridade policial, diga o que realmente pretende, e se quiser, denuncie a polícia, pois não dá para ficarmos com essa espada na cabeça, com esse receio, nós somos um Poder instituído e institucionalizado, e a sociedade deve entender o papel desse Poder, respeitá-lo, nem como a seus membros, porque aqui nós estamos por delegação expressa e soberana do povo para agirmos de forma correta, cristalina e republicana.

Portanto, fica aqui a minha solidariedade, mas ao mesmo tempo a minha profunda preocupação, Deputado Mecias de Jesus, com a ousadia. Qual será o fim dessa caminhada que estamos trilhando agora, espero que seja o melhor possível.

Aparte concedido ao Senhor **Deputado Gabriel Picanço** – Eu acredito que a Mesa Diretora, através da sua pessoa, tem que tomar as devidas providências. Senhor Presidente, mande apurar o fato, seja a pessoa quem for, porque senão, daqui há pouco todos nós estaremos recebendo bilhetes. E, Vossa Excelência como representante dos vinte e quatro Deputados, deve atender esse pedido. As denúncias do Deputado Mecias são graves e merecem ser apuradas, porque isso é ruim para todos nós, para o Parlamento, e até para a nossa estabilidade. Muito obrigado.

O Senhor **Deputado Mecias de Jesus** continua – Eu quero pedir ao Policial que está com o cidadão que não o tire daí, porque quero pedir ao **Deputado Erci de Moraes**, Corregedor desta Casa, que, se Vossa Excelência puder, o ouça na corregedoria e peça os documentos que ele tem. Ele está lá no gabinete, não o tirem de lá, mantenham-no lá até que a corregedoria possa ouvi-lo, e depois levem-no à polícia para que ele preste esclarecimentos, porque estou cansado de ameaças. Recebo no meu telefone, nos telefones de meus familiares, ameaças de morte, ameaçam pegar meus filhos e eu não aguento mais isso. Eu estou como uma bomba, pronto para explodir a qualquer momento, por isso, resolvi logo apertar o botão porque não aguento mais ameaças. Agora, vem um bandido desses no meu gabinete dizer que tem provas. Que ele pegue as provas dele e leve à polícia federal, civil, porque se ele for um homem que tem dignidade que não faça ameaças, chantagem pedindo dinheiro, como muitos fazem.

Aparte concedido ao Senhor **Deputado Jalser Renier** – Deputado, manifesto a minha solidariedade a Vossa Excelência. Também quero relatar outro fato aqui. O Estado do Amazonas tem 24 Deputados e uma população em torno de 4 a 5 milhões de habitantes. Lá a Assembleia Legislativa também é dinâmica e se Vossa Excelência prestar atenção, o acesso do povo aos Parlamentares daquela Assembleia é como você achar uma agulha no palheiro. Não é qualquer pessoa que tem acesso ao Parlamentar. Para você falar com um Deputado Estadual naquele Estado, você passa por cerca de três secretárias, dependendo da liderança, para chegar onde o Deputado está. Aqui no Estado de Roraima nós saímos do Plenário, vamos direto aos nossos gabinetes, chegamos lá, há centenas de pessoas nos procurando e falamos com pessoas que nunca vimos na vida, mesmo assim as atendemos. Vossa Excelência faz isso todos os dias em seu gabinete, conversa com pessoas que nunca viu, com problemas e, para aqueles problemas, muitas vezes Vossa Excelência apresenta soluções e aí, a pessoa vai e fica lá na porta do gabinete. Ainda há pouco, mostrava uma mensagem para Vossa Excelência recebida em meu celular, semelhante a que Vossa Excelência expôs agora, só que pelo telefone. Eu quero me solidarizar a Vossa Excelência, que incomoda a muitos por ter um trabalho político neste Estado e há pessoas que no ato da malícia, no ato da perseguição, da covardia, tentam o intimidar. Agora, quem tem que mudar isso somos nós, porque as pessoas chegam, nos pedem, levam e depois apontam o dedo para nós, criticando ou fazendo alguma ameaça. Então, quero me solidarizar a Vossa Excelência neste sentido. Acho que o caminho é a corregedoria. Antes de ir para a Polícia Civil, ele tem que ser ouvido pela Corregedoria para que saibamos quem ele é, de onde veio, o que está fazendo, o que ele tem e, a parti daí, o levamos para a Polícia Civil.

Aparte concedido ao Senhor **Deputado Coronel Chagas** – Senhor **Deputado Mecias de Jesus**, quero me solidarizar com o nobre Parlamentar. Quero apenas contribuir, a título de sugestão, que quando se trata de queixa ou de ameaça, qualquer ação da polícia judiciária, fica condicionada a representação do ofendido. Então, no início Vossa Excelência falou sobre ameaça. Se fosse só isso, teria que haver uma representação no papel. Vossa Excelência também falou que houve uma tentativa de extorsão e eu faço essa observação porque muitos Deputados lhe apartaram e falaram que estão sofrendo ameaças

e que a Casa tem que tomar providências. Se for só ameaça, precisa da representação para que depois não invertam os papéis e a vítima passe a ser o acusado e haja aí, na verdade, outras ações reparatórias. É só essa a sugestão, mas é preocupante realmente. Acontecem esses fatos e temos que pegar as informações, as testemunhas e mover a representação, pois isso é caso de polícia. Era isso Senhor Presidente.

Aparte concedido a Senhora **Deputada Aurelina Medeiros** – Senhor Deputado, primeiro a nossa solidariedade com o colega, pois sabemos que esse comportamento ultrapassa os limites. Agora foi com **Deputado Mecias de Jesus**, daqui a pouco o alvo somos todos nós. O **Deputado Jalser Renier** tem razão quando enfatizou a questão da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, mas isso não é só lá, no Brasil inteiro os Deputados se resguardam do que sofremos aqui todos os dias. As pessoas quase nos ameaçam em nossos gabinetes, a gente não tem, a não ser que os Deputados sejam o que algumas pessoas pensam que são corruptos. Como atender a demanda da nossa população? Ainda ontem adentrou em meu gabinete uma pessoa que vinha há vários dias discutindo com o pessoal que trabalha comigo porque ele tem um problema de vista e nós o encaminhamos para o governo. Fizemos isso para que ele fosse atendido pelo médico, mas ele quer um óculos Rayban que custa 1.200 reais. Eu atendi, mas disse para ele que nunca tinha comprado um para mim, então, também não iria comprar para ele. E o cidadão vinha ameaçando o pessoal do meu gabinete até que o atendi. Outro dia eu comecei a dizer que não tinha condições de atender e uma senhora olhou para mim, e disse: Vocês não recebem uma verba federal para atender o povo? Eu não falei isso para ninguém, descí do carro e meu irmão ficou com o meu telefone, e recebeu um telefonema dizendo: cuidado, estão mexendo com meu pessoal e diga a **Deputada Aurelina Medeiros** que tenha cuidado. Vocês acreditam nisso? A que nível chega à interferência. As pessoas não conhecem limites quando dizemos que aqui é a Casa do povo. Aqui é a casa do povo para o bem, não é para o mal. Então, Deputado, a gente, realmente, tem que tomar providências em relação à uma série de coisas. Quero dizer que Vossa Excelência pode contar com a nossa solidariedade.

O Senhor **Deputado Joaquim Ruiz** – Deputado, quero aqui me solidarizar com Vossa Excelência e dizer que já passei por isso, Deputado, sei o quanto dói. Já fui acusado, meus direitos políticos foram suspensos e, depois de quatro anos de uma acusação desse tipo, leviana, eu consegui provar que era inocente. Eu sei o quanto dói e sei que a gente precisa dar uma outra dimensão as coisas que vêm acontecendo aqui. Eu não quero aqui culpar o Presidente, longe disso, e nem acusá-lo, acho que isso tem que partir aqui da nossa Casa, porque há aquela história da época do Nazismo, da Segunda Guerra Mundial. Vou terminar meu aparte com essa historinha: o evangélico disse para o católico, nem vou fugir e nem vou sair daqui porque isso não vai acontecer comigo, só acontece com quem é judeu. Isso porque os nazistas tinham ido lá no prédio e levaram os judeus e o evangélico disse que não iria se envolver e, no outro dia, levaram o evangélico e o católico disse: bom, já levaram eles, estou fora então. E, depois, voltaram e levaram o católico. Resumindo, não ficou ninguém para contar a história, só os nazistas. Estou falando filosoficamente aqui, para podermos encontrar uma fórmula, porque eu conversei com o Presidente, as coisas estão acontecendo, atrapalhando e prejudicando a imagem do Parlamento roraimense. Muito obrigado.

Aparte concedido ao Senhor **Deputado Chicão da Silveira** – Senhor Deputado, permita-me associar a solicitação de Vossa Excelência. Eu conhecendo a conduta de Vossa Excelência, conhecendo seus feitos, a sua procedência que vem de família humilde, que vem do interior, que tem um senso político de estender as mãos àquelas pessoas que nos procuram, há quantos anos eu vejo isso e o Deputado como foi dito, não atende só as pessoas do interior de São João da Baliza não, mas de todos os Municípios do Estado com respeito, com humildade, procurando ajudar. Quantas vezes eu vi Vossa Excelência perder seu tempo peregrinando nas Secretarias para ver se conseguia abrir um espaço a mais para podermos dar uma oportunidade a uma mãe, a um pai de família. Quando se depara com uma situação dessas, sinceramente, **Deputado Mecias de Jesus**, é muito revoltante o que Vossa Excelência está passando. É uma indignação muito grande, só quem não conhece a conduta de Vossa Excelência é que poderia fazer uma avaliação diferenciada. Realmente, temos que tomar providências porque isso pode vir a acontecer com outros colegas Parlamentares. Então, queria me associar a Vossa Excelência e conte comigo para que nós possamos dar um basta nisso aí.

Aparte concedido ao Senhor **Deputado Rodrigo Jucá** – **Deputado Mecias de Jesus**, colegas Deputados, como fizeram todos os demais que me antecederam, Deputado, gostaria também de me solidarizar com Vossa Excelência, mas esse já foi um tema tratado antes aqui. Na verdade, cada um de nós é representante deste Poder e quando qualquer um de nós é ameaçado, chantageado, extorquido, é o Poder que está sendo fragilizado. Então, concordo, precisamos combater esse tipo de atitude. Lembro aqui a Casa que eu e minha família fomos vítima de um chantagista também, no primeiro semestre deste ano o que, inclusive, repercutiu na mídia nacional, mas era só um chantagista. Nós precisamos acabar e reprimir esse tipo de conduta. Então, me coloco aqui solidário não só Vossa Excelência, mas a todos aqueles que passarem por esse constrangimento. Espero que todas as providências jurídicas, policiais, realmente, sejam tomadas. Muito obrigado.

Aparte concedido ao Senhor **Deputado Célio Wanderley** – Senhor Deputado, assim como todos os outros Deputados falaram, eu estou solidário a Vossa Excelência, pois o conheço desde que entrou nesta Casa, pelo tempo que está aqui, pela amizade e companheirismo que sempre tivemos. Eu só gostaria de pedir a Casa que tomasse providências enérgicas, como o próprio Rodrigo disse, isso não é a primeira vez que acontece. Nós continuamos dispostos aqui na Assembleia Legislativa, sujeitos a esse tipo de cidadão criminoso que, vez por outra, aparece aqui para perturbar. Nós sabemos que isso é combatido através da justiça, mas que seja de forma enérgica, no sentido de que não encorajem outros que estão com as mesmas intenções.

Eu acredito que pelo seu passado, por tudo que fez pelo Estado, que o mínimo que nós Deputados, que convivemos há tantos anos é nos solidarizarmos com Vossa Excelência é dizermos que não coadunamos com esse tipo de atitude.

O Senhor **Deputado Mecias de Jesus** continua – Há alguns dias atrás eu fui a Manaus para a formatura da minha filha no curso de Medicina. Estávamos lá, e na hora do jantar eu recebi um telefonema de uma Senhora que disse: “estou lhe ligando para lhe avisar que vi uma armação sendo arquitetada para atacar o Senhor ou a um membro de sua família. Eu sei que o Senhor, neste momento, está na formatura de sua filha, então, tome cuidado com ela também.” Em seguida eu liguei para o policial Ricardo, e ele verificou que se tratava de um orelhão, o endereço em que situa esse está com ele. Isso tem sido corriqueiro. Há poucos dias atrás nós descobrimos que havia um cidadão em Boa Vista pedindo o documento das pessoas para conseguir emprego, isso em nome do **Deputado Jhonathan de Jesus**, e cobrava uma cota de cento e cinquenta reais para empregar as pessoas e, ainda, há pessoas sérias que caem nessa história. Mas, há bandidos de todas as formas, e há sempre uma pessoa de coração bom para acreditar nesse tipo de bandidagem.

Senhor Presidente, caros colegas, quem me conhece sabe que eu não cedo a extorsão, e que eu trabalho cada dia para honrar a minha gente, a minha família, o meu nome e o meu Estado. Portanto, aqueles que pensam que vão me assombrar, certamente estão enganados. Muito obrigado pela solidariedade.

O Senhor **Presidente Deputado (Chico Guerra)** – Eu quero me solidarizar com Vossa Excelência e dizer que tomou a decisão mais correta que um Parlamentar poderia tomar, que é não ceder a qualquer tipo de extorsão. Portanto, Vossa Excelência tem a minha admiração por conta dos posicionamentos que toma com relação a esse assunto.

Com relação às providências tomadas neste exato momento, o **Deputado Erci de Moraes** já está ouvindo o cidadão, que depois será encaminhado a Polícia Civil. Lamentamos o fato, e que o exemplo dado por Vossa Excelência seja seguido por todos os Parlamentares porque é uma forma de inibir esse tipo de ação dentro da Assembleia Legislativa.

Passaremos para Ordem do Dia.

As onze horas e trinta minutos, na Comissão de Finanças, receberemos o Secretário da Fazenda. Portanto, deixaremos a Ordem do Dia de hoje para amanhã. Votaremos apenas a Moção de Pesar.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura da Moção de Pesar aos familiares daquele que em vida se chamou Abdala Fraxe, pelo seu falecimento.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) – Lida a Moção de Pesar.

O Senhor **Presidente (Chico Guerra)** Coloco em discussão a Moção de Pesar. Não havendo quem queira discuti-la, coloco em votação. A votação será simbólica, os Deputados que concordarem

permaneçam como estão.

Dou por aprovado.

Não havendo mais nenhum Deputado que queira fazer uso de Explicações Pessoais e, não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente Sessão e convoco outra para o dia 09, à hora regimental.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Ângela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Jalsler Renier, Jânio Xingu, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 11/08/2011

ATA DA 2039ª SESSÃO, EM 18 DE AGOSTO.
41º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.
 = ORDINÁRIA =
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS.
 (Em Exercício)

Às nove horas do dia dezoito de agosto de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima trigésima nona Sessão Ordinária do quadragésimo primeiro período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Remídio Monai**) – (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalsler Renier**) – Procedo à leitura do Expediente.

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

. Requerimento nº 001/11, da Comissão Especial Externa, criada através da Resolução nº 024/11, requerendo prorrogação de prazo por igual período desta Comissão Especial, composta por alguns Deputados que analisa a Proposta de indicação, conforme a mensagem Governamental nº 013.

Requerimento nº 001/2011, do Deputado **Gabriel Picanço**, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 025/11, de sua autoria.

Indicação s/nº, de autoria do Deputado **Gabriel Picanço**, ao Governador do Estado de Roraima, “Criando o Programa de Mecanização Agrícola para Pequenos Produtores Rurais”.

Projeto de Moção de Pesar s/nº, do Senhor Deputado Brito Bezerra, pelo falecimento do casal Manoel Belchior de Albuquerque e Izete Evangelista de Albuquerque, ocorrido no dia 16/08/11.

EXTERNOS:

Ofício Circular Externo nº 46/11, de 18/07/11, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, comunicando a transferência de recursos destinados à manutenção dos Serviços de Ação Continuada.

Ofício nº 218/11, de 01/08/11, da Comissão do Concurso PMJ, da Procuradoria Geral de Justiça, informando que foi publicado o Edital nº 001/11, versando sobre a realização do concurso público para provimento de 52 cargos de Promotor de Justiça de Instância Inicial.

Ofício nº 14/11, de 05/08/11, do Desembargador Federal **Jirair Aram Meguerian**, informando que não poderá participar da audiência na data designada.

Ofício nº 098/11, de 16/08/11, da Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário do Estado de Roraima, solicitando a disponibilização de vídeo apresentado na Audiência Pública que aconteceu no dia 15/08/11.

Ofício nº 14/11, da Distribuidora Parima, informando inadimplência de Crédito do ICMS e Fechamento da Parima Guyana Distributor.

Era o que constava do expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) - Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) - Procedida à chamada.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, imprensa, Senhores aqui presentes, bom-dia a todos, cumprimento também os ouvintes da Rádio Anauá que acompanham a Sessão.

Tivemos conhecimento, através da mídia, o lançamento do crédito social. Acho que já estava mais do que na hora contemplar com esse crédito ser contemplado as famílias carentes. Acredito que o governo vai estudar uma maneira de parcelar o valor que durante nove meses deixou de ser pago às pessoas carentes. É porque o recurso estava previsto no orçamento, não tem porque não pagar. Mas, a gente vai estar cobrando o pagamento do vale-solidário não pago durante nove meses às famílias mais carentes.

Quero comunicar que, ontem, às 23 horas, recebi ligações dos companheiros do Piauí, que foi suspensa a greve dos Policiais e Bombeiros que há 8 dias em greve. O Estado estava à mercê da violência, e a segurança à mercê da própria sorte por falta de condições de trabalho. Houve um bom acordo entre o Governo e os policiais que foram anistiado pelo Governo do Estado, mediante uma lei de remuneração por subsídio, foi discutido calendário de reajuste, as condições de trabalho, armamentos, coletes. Ele se comprometeu nesse acordo com a categoria. Então, a gente fica feliz, mesmo sendo no Estado do Piauí, não deixam de ser nossos companheiros trabalhadores. Motivo de satisfação também, o conhecimento que chega nesta Casa sobre Projeto de Lei de iniciativa do Executivo, no qual reduz, de 13 anos de efetivo serviço, tempo necessário que precisa ter um praça, de primeiro sargento para subtenente. Havia injustiça muito grande para com alguns praças da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, que o Governo baixou esse interstício para 10 anos de efetivo serviço, ou seja, o policial militar ou praça, com anos de efetivo serviço, se ele for primeiro sargento, e se ele cumpriu as condições, ele já está habilitado a sair subtenente. Numa conversa, agora, pela manhã, com o Deputado **Coronel Chagas**, vamos apresentar algumas Emendas em conjunto, no sentido de estender esse benefício, também, ao soldado para sair cabo, e para o cabo sair sargento. Como está, hoje, o policial militar passa 12 anos na graduação de soldado, para sair cabo, para ter uma promoção, isso representa 150 reais a mais no salário dele, mas é importante que essa motivação seja reconhecido. Então, nossa Emenda com certeza vai ser unificada, baixando de 12 para 10 anos, o soldado com 10 anos de pleno serviço, tendo vagas e os requisitos necessários, ele sairá cabo, e com 12anos sairá sargento. É uma forma que o Governo do Estado tem em reconhecer esses valerosos profissionais da segurança pública de nosso Estado. Acho possível avançar outras questões, mas acredito que logo, logo, chegará nesta Casa o Estatuto dos Servidores Militares, que já tem 12 na policia militar e quadro do Estado, porque até então, não tínhamos estatuto próprio. Contudo sabemos que existe uma Comissão dentro do Corpo de Bombeiros, com participação de policiais e bombeiros, praças e oficiais, elaborando esse estatuto. Assim que o projeto chegar nesta Casa, no qual poderemos corrigir outras injustiças para com os policiais e bombeiros. Quero, Deputado **Chagas**, me somar nessa luta com Vossa Excelência, e Deputado **Gabriel**, que ontem recebeu uma comitiva de associações pedindo apoio. Peço apoio dos companheiros parlamentares presentes, para que possamos votar a garantia com 10 anos de efetivo serviço, tendo vaga e obtendo critérios para sair subtenente, garantindo que os soldados com 10 anos de efetivo serviço e atendidos os critérios, será cabo e assim por diante, estamos fazendo justiça para com os policiais. Parabêniso o Deputado **Chagas**, pela habilidade e poder dede articulação ontem, junto ao Governo do Estado, aprovando nesta Casa, não há um tipo de veto. O Deputado Chagas nos garantiu que houve essa conversa do Governador, e certamente, acontecerá a aprovação do projeto hoje, vai para sanção. E, como resultado, o Deputado **Chagas** – andará com mais prestígio ainda na corporação, justificando os votos obtidos, assim como o Deputado

Soldado Sampaio vai andar de cabeça erguida dentro das corporações das policiais militar e corpo de bombeiros, justificando o voto de seus companheiros. Enfim, peço esse voto de confiança para os policiais e bombeiros.

Deputado **Erci**, ouço bastante os seus conselhos e procuro me policial o máximo possível no sentido de não trazer para esta Casa denúncias infundadas, calúnias, ter o máximo de cautela com as pessoas a ponto de fechar os olhos. Trago a esta Casa hoje, denúncias graves sobre o mau uso do dinheiro público. Antes, porém, pela experiência de policial e vontade de trabalhar, enquanto Parlamentar, tive o devido cuidado, cautela de buscar informações, registrar, documentar, para amanhã ou depois não dizerem que estava na fase de denúncias sem cabimento. Há comprovação nas denúncias com documentos, onde foi dado ciência às devidas autoridades que a construção das casas do Bairro Brigadeiro, antes, porém registro a presença do Presidente da Associação do Bairro Brigadeiro, senhor Elcio, estivemos juntos no Bairro, constatamos muitas irregularidades, houve mau uso do dinheiro público para com aquelas famílias. Houve inclusive, por parte do governo, campanha publicitária mentirosa, enganando a sociedade. O Governo do Estado, em parceria com a Caixa Econômica, com dinheiro do PAC, recebeu quase 40 milhões para construir o Bairro Brigadeiro. E, para montar a infraestrutura, foi uma luta daqueles moradores que se organizaram, através da associação, foram ao ITERAIMA, foram junto ao Governador Ottomar na época, fizeram uma grande mobilização, todo mundo tem conhecimento desse fato, conseguiram regularizar a situação do Bairro Brigadeiro, obtiveram recurso necessário para construir quase 1.200 casas. Agora, pasmem Senhores! a empresa que ganhou licitação fez um serviço de péssima qualidade, desmerecedora da credibilidade do povo e do recebimento daquele recurso. A empresa recebeu quase 40 milhões, e o pior, o governo do Estado, ao invés de acompanhar, fiscalizar, simplesmente ajuda com as campanhas publicitárias a enganar a sociedade. Recentemente, as campanhas publicitárias da TV foram pagas com o dinheiro público. O Governo do Estado veicula imagens falsas e mentirosas de casas que não existem, as casas do Brigadeiro cobertas com telha de barro, madeira de péssima qualidade, quase 50% das casas já estão corroídas, a rede de esgoto não funciona. Estive lá, tenho gravação, filmagem, testemunho de pessoas que, a cada chuva, a água invade o interior das casas.

Aparte concedido ao Deputado **Ionilson Sampaio** – Deputado, quanto tempo faz que essas casas foram entregues à população?

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Começou em 2009, e entregues em 2010. Deputado, existem casas que, às vezes, a água retorna pelo vaso, alagando a casa. Tenho depoimento de senhoras, mostrando que até as unhas caíram, é que depois que passa a chuva, ao limpar a casa pegaram uma micose muito séria. As casas não receberam reboco, apenas chaupiscadas com aquela massa grossa, piso sem cerâmica, enquanto o governo do Estado, com campanha informativa diz o contrário, isto é, casas rebocadas, na cerâmica e pintada. É mais uma mentira, o governo engana a sociedade. Eu desafio a qualquer um que defende o governo, que me mostre uma casa pintada, rebocada, na cerâmica. Como exemplo, usaram certa senhora, e passaram duas semanas convencendo-a, o fato é que ela com recurso próprio conseguiu rebocar, colocar cerâmica e pintar sua casa, e pegaram exatamente a casa dela, a dar um depoimento na TV do governo, dizendo que tinha recebido aquela casa. As casas no Bairro Brigadeiro que estão na cerâmica, pintada, foi com recurso próprio do cidadão, que tirou do seu bolso e fez a reforma e ampliação, etc.

Tenho aqui várias, fotos e filmagens, que juntei aos documentos suficientes. Mostra aqui a madeira corroída, já caindo. Então, é preciso ter um grande cobertor, algo para se proteger da madeira da casa que fica caindo. Está aqui a tubulação, buraco no meio do asfalto. Há menos de dois anos que essas casas foram entregues, inclusive, o Presidente da Associação, Senhor Elcio, encaminhou documento à Caixa Econômica e ao Ministério Público, pedindo que a Secretária de Infraestrutura proceda a fiscalização e não a Caixa Econômica. O governo é o responsável, é ele que autoriza o pagamento.

Comprova aqui, o asfalto é de péssima qualidade, um asfalto sonrizal, todo bairro é com esse asfalto, que não atende às necessidades da comunidade. Está aqui o valor da obra, quase 40 milhões.

Recentemente a Prefeitura, palavras do próprio Ministro das Cidades, fez o bairro Cruviana com um valor bem abaixo disso, entregou casas de boa qualidade, com cerâmica na cozinha, pintada, casa bem maior com valor bem menor, com administração da Prefeitura, e foi o próprio Ministro das Cidades que as avaliou e as

reconheceu, inclusive, já assinou novo convênio para que, em breve, a Prefeitura construa mais 1.500 casas.

Então, é uma demonstração, é uma prova do mau uso do dinheiro público, da falta de compromisso. Os 40 milhões de reais, são suficientes para construir casas e asfalto de boa qualidade. Tenho acompanhado o trabalho do Élcio, que levou ao Ministério Público Federal, por duas vezes, juntamente comigo, levou à Caixa Econômica, tem feito uma peregrinação cobrando providências, ou a empresa devolva esse dinheiro ou faça um serviço de qualidade ou conserte. Mas, tem casa lá que não tem conserto, está caindo, sem falar que as caixas d'água das casas do bairro Brigadeiro, se tornam impossível a qualquer cidadão limpá-las, porque colocaram numa posição inviável, muito próximo do telhado. E quanto a rede de esgoto, eu desafio e convido qualquer Deputado se fazer presente comigo, no local. Para comprovar a situação, tenho as imagens e gravações, tenho testemunhas, pessoas que relatam o seu problema. Durante a chuva retiraram a rede de tubulação de esgoto, porque têm medo da água que retorna do esgoto com as fezes, com dejetos humanos pelo ralo, pela fossa, estoura os bueiros.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Deputado Sampaio, parabéns, Vossa Excelência sempre em frente na defesa dos que mais necessitados. Nesse sentido, conte com o meu total apoio, para juntos tomar providências cabíveis na resolução dessa problemática.

Mas, Deputado Sampaio solicitei o aparte a Vossa Excelência para comunicar aos caros colegas, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores, em especial, à Comissão de Saúde desta Casa, que recebi hoje pela manhã uma comissão, acompanhada de vários profissionais da área de saúde, em torno de 60, 70 profissionais dessa área que se sentem prejudicados quando do processo seletivo, realizado, recentemente, feito pelo Governo do Estado. Segundo explicações e informações que recebi, o edital não está sendo respeitado, foram seletivas, e hoje atuam ou vão atuar nos hospitais, ou nas áreas de saúde do Estado, pessoas que não estão preparadas para desenvolver função tão importante na área de saúde, ou seja, são pessoas que não tem 05 anos, necessários, como consta no edital. Pessoas que só têm af um ano de experiência, inclusive, o diploma. Veja Vossa Excelência, pessoas com 10 anos de trabalho, e têm curso de formação na área cujos pontos não foram computados, conforme prevê o edital. Estou aqui prestando solidariedade a essa causa e mais ainda, vou ter, como convidados, Vossa Excelência, a Comissão de Saúde para tomarmos providências, já estou em contato com o Ministério Público Estadual, a Promotoria de Saúde para saber sobre as providências tomadas a respeito do processo seletivo e da obediência total do edital de convocação. As pessoas já com 25 anos, que cada ano conta 05 pontos, teriam que ter, no máximo, 25 pontos, mas computados apenas 05, 06. Tem pessoas que teriam 200 pontos mas não foram computados. Então, se não houver a obediência total, nós vamos pleitear junto ao Ministério Público, ao Poder Judiciário, aos órgãos competentes cancelar esse edital, que o processo seja cancelado e que haja um novo processo seletivo. As providências serão tomadas, quero tornar público, através desta Casa do Povo, a ressonância das demandas do povo, para novamente, reunir o Deputado Ionilson, que é da Comissão de Saúde e os demais Deputados desta Comissão para juntos averiguar toda essa problemática. Após tomarmos as providências, visando evitar que sejam mais uma vez injustiçadas por esse processo que ocorre diariamente por parte do governo do Estado, injustiça profissional, seja na área de saúde e educação, da área de segurança, pais de famílias e profissionais atingidos. Portanto, é de nossa responsabilidade, como eleitos, legitimados pelo povo, tomar as providências. Garanto a essa classe o meu comprometimento, meu compromisso em pleitear as demandas em favor de todos.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jalser Renier** – Muito obrigado, Deputado Sampaio, reportando ao comentário do Deputado Brito, gostaria de sugerir ao Senhor Deputado, quem melhor possa dar esclarecimentos, são as pessoas que trabalharam em cima desse projeto. Então, eu sugeriria a Vossa Excelência encaminhar um ofício, agora, convocando o Secretário de Saúde eu mesmo vou votar favorável ao seu ofício, para que nos preste essas informações e também esclarecimentos. O conhecimento que eu tenho por conta do seletivo, é que membros do Ministério público acompanharam a elaboração e constatação da análise das provas. Então, queria ter a confirmação que isso é verdade, que só poderá ser dada pelo Secretário, aqui. Em resumos, que ele nos explique sobre a questão da seleção, entre o que está certo ou do que está errado diante do quadro. Era o

que eu tinha a dizer. Muito obrigado, Deputado Sampaio, por me conceder a oportunidade.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** continua. Obrigado, Deputado Jalser, quero me somar nessa luta, Vossa Excelência acompanhou a nossa efetiva participação na discussão desse projeto, reunimos com os trabalhadores da saúde nesta casa discutimos. Acredito que o melhor caminho de imediato, chamarmos o Secretário a dar explicações no tocante ao critério e à seleção. Sempre fui contra essa questão de seletivo, defendemos aqui o concurso público, inclusive a nossa emenda foi feita no sentido de que no prazo de um ano o governo realizasse um novo concurso público, que já é costume do Estado esses famosos seletivos, os apadrinhamentos, as indicações, não valorizam os profissionais de verdade. Então, temos que ter cautela e tenho certeza pela seriedade do Secretário de Saúde, Doutor Leocádio, sem problema virá nos dar essas explicações.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – pede Questão de Ordem – Concordo plenamente com o Deputado Jalser, será feito um ofício mas na oportunidade futura será encaminhado ao Secretário, nós não temos tempo hábil para pleitear toda essa demanda burocrática que a Casa tem como normal, 05, 08, 10 dias, e nós temos até amanhã para entrarmos com essas providências. Então, será tomada pelo Ministério Público.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** – Se Vossa Excelência fizer um ofício convocando o Secretário de Saúde, que estabelece o dia e a hora, é o ofício de Vossa Excelência, a Assembleia votará o seu ofício pelo Regimento Interno, pela Constituição Estadual, o Secretário é obrigado estar no tempo que Vossa Excelência determinar.

Então, já que existe pressa em relação a isso, Vossa Excelência faz o ofício, a Comissão de Saúde elabora a documentação necessária, e hoje à tarde se pede a presença do seu Secretário aqui na Assembleia.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** continua. – Acredito que não vai haver nenhum impedimento por parte da base governista para a vinda do Secretário nos dar essas informações, vamos preparar esse documento junto com Deputado **Brito**, na terça feira, a gente já chama, e se tiver alguma coisa irregular, ou até mesmo hoje, se possível.

Vou encaminhar um documento a esta Casa, convocando o Secretário de Infraestrutura para dar explicações sobre quais as medidas que estão sendo tomadas no tocante ao mau uso do dinheiro público destinado ao Bairro Brigadeiro.

Peço apoio de Vossa Excelência, ao mesmo tempo, proponho convidar o Procurador da justiça Federal para saber qual o encaminhamento que está sendo dado pela parte da Justiça Federal. Parabênico o companheiro Élcio do bairro Brigadeiro, que está sempre fiscalizando, e sabemos que a comunidade constantemente bate à sua porta pedindo ajuda, socorro, porque suas casas estão caindo, se desgastando com menos de dois anos de uso das casas. Então, continue assim, conte com a gente, e também reforçamos o pedido de apoio ao projeto dos policiais e bombeiros que deverá ser votado nesta Casa, hoje, com toda certeza.

Senhor Presidente, meu muito obrigado.

O Senhor Deputado **Erci de Moraes** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, imprensa, funcionários e esta seleta platéia que nos prestigia.

Na primeira parte do meu pronunciamento, trago ao conhecimento dos meus pares desta Casa e dos amigos que nos ouvem, que na última terça-feira cumpriu-se um ciclo de questionamentos judiciais sob o mandato seletivo que envolvia o meu nome. De um lado era contestado se eu tinha direito ao mandato ou não, ou por um concorrente, do outro lado. Sobre essa situação, o Ministério Público Federal levantava questionamento e tentou uma ação contra a nossa diplomação e aprovação das contas. Nessa terça-feira houve uma Sessão no TRE, e que, em nível de primeira instância regional, a questão me parece encerrada. O TRE reconheceu que o nosso pleito e a defesa do mandato eram legítimos enquanto as ações do nosso concorrente foram rechaçadas. Nessa última terça-feira chegamos ao dia do julgamento da questão das minhas contas e, mais uma vez, obtivemos ganho de causa, demonstrando com isso que a justiça eleitoral da nossa terra continua funcionando com muito acerto, determinação e prudência, julgando aquilo que deva ser julgado, fazendo justiça. Portanto, esses dias eu disse aqui, e repito, que, uma das boas coisas que está ocorrendo no nosso Estado, embora aqueles que queiram muitas vezes pressionar a justiça para que decisões, muitas vezes, passionais levadas por interesses pessoais. Nesse aspecto, acaba sempre predominando o bom senso, sempre a justiça, sempre a verdade. É sinal que estamos caminhando para frente na construção do Estado

pleno de justiça, de modo que digo isso, em tom de desabafo, a todos amigos, companheiros, as pessoas que nos ouvem. Na verdade, há quase nove meses depois que assumimos o mandato, sinto-me realmente cidadão detentor, de fato e de direito, do mandato de Deputado Estadual, assim quero continuar honrando nesta Casa como sempre fiz, trabalhando pelo povo desta terra, trabalhando por este Estado que escolhi, a terra na qual quero viver até o fim dos meus dias.

Segundo assunto, ontem, juntos, com quase toda bancada que apóia o governo de uma cerimônia de lançamento de um programa que reputo, sem dúvida nenhuma, como o resgate histórico de cidadania, justiça social. É preciso que se diga que muitos têm procurado, não só nesta Casa, mas nos bastidores, aparecem sempre aqueles que se arvoram dizendo ser o pai do programa social. Então o que precisa dizer é que, desde a implantação desse governo em 1991 fizemos parte daquele primeiro governo, e vimos acompanhando a atuação de todos os governadores que passaram por este Estado, sempre tiveram os seus programas sociais voltado ao atendimento das famílias carentes, com a distribuição de cestas básicas. E receberam, ao longo das suas trajetórias, outras denominações, porém sempre houve, foi assim com o saudoso **Ottomar**, também com **Neudo Campos**, **Flamarion**, que apenas deram uma característica diferente, uma roupa nova, mas o programa no fundo continua o mesmo. Assim está sendo, agora, no governo **Anchieta Junior**, com uma diferença, quando se implantou o governo estávamos no século passado, apesar, ter decorrido só 22 anos, nem telefone celular tínhamos no início, ou seja, tudo era diferente, não havia, ainda, noção do alcance da evolução que o mundo experimentaria nesses 22 anos. É claro, eram programas que tinham suas falhas, mas a essência era atender as famílias carentes, com certeza, em todos os governos isso foi provido. Agora, é obrigação de todo governante aperfeiçoar todos os programas existentes, e principalmente aqueles voltados para área social. Então, pudemos verificar, ontem, que o Governador e sua equipe assentaram uma estratégia social, que vai, sem dúvida, concorrer para que faça assistência social com dignidade, sem paternalismo, sem curral eleitoral, voltado realmente para as famílias necessitadas. Convenhamos, meus amigos e amigas, este Estado tem 450 mil habitantes, o IBGE nos informou há pouco tempo. Mas, este Estado vinha mantendo 80 mil famílias com cinco pessoas por família, média da Região Norte, ou seja, 400 mil pessoas recebendo o vale alimentação. Não tenham dúvida e não sejamos ingênuos nem queremos tapar o sol com a peneira, eram, milhares de pessoas que recebiam esse vale indevidamente, em prejuízo aos que mais necessitavam, porque poderiam aumentar o valor do vale se o número fosse menor. Também recorro ao IBGE, que há pouco publicou uma estatística quanto ao número de pessoas carentes e abaixo da linha de pobreza que não chega a 80 mil, são 76 mil e poucas pessoas, se fizermos a média com 20 mil famílias rigorosamente cadastradas estaríamos atendendo a demanda mínima de uma família para que sobreviva com dignidade. Mas, na verdade, o governo reformulou o programa, colocou normas, freios, colocou meio, obrigação e dever, e mantém ainda 60 mil famílias inclusas nesse vale, com uma diferença, demorou, demorou! Mas, eu duvido que alguém conseguiria fazer um trabalho criterioso, se não tivesse que passar por essa fase de transição, para que as equipes técnicas pudessem fazer levantamento família por família, a partir dali estabelecer uma nova diretriz, uma nova política que, sem dúvida, virá resgatar a dignidade do cidadão. Porque, convenhamos, uma dona de casa, tendo que enfrentar uma fila imensa, demorando horas, com filho no colo, muitas vezes gestantes, ter que participar, sendo exposta publicamente que ali estava recebendo um vale para comprar suas necessidades. É um tipo de assistência social que contraria os preceitos bíblicos, onde está escrito que a mão esquerda não deve saber o que a direita faz em termos de assistência, de caridade, de ajuda social.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** – Em primeiro lugar, referente à nova reformulação... Assisti ontem a entrevista da Primeira Dama na rádio, percebi algo interessante na questão do vale, isto é, porque elimina a figura do atravessador que comprava com deságio aqueles títulos anteriormente emitidos, a questão da fila também é eliminada com a nova reformulação, as pessoas vão receber seus créditos através de um cartão bancário. Senhor, gostaria que o Senhor pedisse silêncio porque parece que está havendo reunião paralela, prejudicando a sessão. Outra questão.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) Peço às pessoas que nos honram com suas presenças em nossas galerias, façam um pouco de silêncio para que possamos continuar a Sessão, por gentileza.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** continua.- Estava pensando ontem, Deputado **Erci de Moraes**, que, após a entrega de todos esses cartões, o governo do Estado promovesse uma campanha midiática, enfim, que os comerciantes do Estado todo não vendam às pessoas que forem com esse vale comprar cigarros, bebidas alcoólicas, coisas que não fossem necessárias, supérfluas, visando, dessa forma, disciplinar o uso desse benefício social, não sei de que maneira fazer a fiscalização. Agora, se nós fizermos uma campanha de conscientização dos comerciantes, acredito que muitos conscientemente, de forma responsável dos próprios comerciantes, tratariam essa questão assim: não vendo bebidas alcoólicas, cigarros, itens que não fossem para o sustento das famílias. Eu acho que poderíamos sugerir ao governo que, após a fase de entrega, determinar esse procedimento, isso seja feito, melhorando ainda mais a questão do benefício social, apesar de atrasado, mas, enfim, chegou.

O Senhor Deputado **Erci de Moraes** continua. – Deputado **Ionilson** gostaria de esclarecer a Vossa Excelência, primeiro agradeço o seu aparte, é sempre bem-vindo, que não haverá mais esse problema, não haverá mais vale, conforme firmado, trata-se de um contrato com um cidadão com crédito social, através do cartão magnético, com o qual ele sacará o dinheiro, como eu, como você, como qualquer um de nós, então fará o uso desse dinheiro com o que julgar mais apropriado, não tem mais essa...

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** – Ele vai receber em espécie, não seria compra com o cartão?

O Senhor Deputado **Erci de Moraes** continua. – Não, ele pode até fazer se o estabelecimento tiver, mas ele tem a opção de ir na organização Banco do Brasil.

Então, eu quis evidenciar tais procedimentos porque talvez seja um dos poucos parlamentares que teve uma participação direta, indireta em quase todos os governos que se sucederam neste Estado, e quis dar esse testemunho para que as pessoas mais jovens, principalmente, saibam como os fatos ocorrem, se sucedem, ao longo dos tempos, pois isso faz parte de um processo evolutivo. Vou conceder o aparte ao Deputado **Xingu**, após, vou tratar de outro assunto.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Xingu** – Deputado **Erci** abordou um aspecto interessante, relativo à questão do crédito social, mas não é só isso. Ontem, em ato público com o Governador do estado e a Primeira Dama, para inaugurar a Central do Crédito Social, presente uma equipe de profissionais, que vão receber a Dona Maria, o Seu José, o Seu João e vão oferecer a essa gente, orientação quanto à profissionalização ao micro crédito, benefício proporcionado pelo Governo do Estado, ao cidadão para que deixe de receber o vale e entre para o mundo dos negócios, se assim for o seu desejo. Portanto, aquele que tiver talento para o mundo profissional receberá do governo do Estado, orientação a uma profissão, através de uma equipe de profissionais. Endereço: ao lado onde era o Banco Real, tem uma equipe de profissionais que vão fazer um trabalho paralelo ao crédito que esse cidadão recebe, ou seja, além dele receber o crédito ele vai ter o direito de ganhar a sua cidadania, porque o Estado vai proporcionar a ele oportunidade para aprender uma profissão, torná-lo apto a se inserir no mercado de trabalho. Ele mesmo concluirá que não vai mais querer esse vale, optará pelo trabalho, vai conquistar a sua cidadania. É a oportunidade que o governo está proporcionando, além do crédito social que será regular. Hoje mesmo, Deputado **Erci**, os cartões começam a ser entregues nas escolas, conforme o cronograma nas escolas do Estado, pelo Governador juntamente com a Primeira Dama. São 60 mil cartões. Portanto, é interessante lembrar que são 7 milhões de reais na economia do Estado todos os meses. Obrigado.

O Senhor Deputado **Erci de Moraes** continua. – Obrigado, Deputado **Xingu**, Vossa Excelência está mais ou menos pormenorizando o que disse no início da minha exposição. Neste particular que o programa é, sobretudo, um resgate de cidadania social do cidadão. Bem, conforme vimos, até poucos minutos atrás, nossa galeria lotada, pessoal reivindicando, aplaudindo a manifestação do Deputado Sampaio e de outros Deputados. Então como Deputado, apoio o atual governo, endosso a ideia do Deputado Jalser, para que a oposição saiba como agir, ou seja, há prazos, meios, dispositivos legais, para os que se sentirem prejudicados possam defender aquilo que entenderem como seus direitos. Agora, meus colegas desta Casa que fazem oposição, aqui cada grupo faz a sua parte, a oposição faz a sua, ao seu modo, apresenta suas críticas

e suas colocações, já a situação faz a defesa daquilo que entende como justo. Cabe a cada um fazer a sua parte, eu me permitiria até a ousadia de dizer à oposição que na minha avaliação estou achando a oposição muito de tribuna, microfones. Já participei do bloco de oposição, como Deputado, mas uma oposição, quando satisfeita, frente a qualquer ato ou determinação do nosso grupo de 06 Deputados não eram 09 nem 08, nós fomos lá assistir licitações, fomos pessoalmente ver como estava ocorrendo a seleção, não fomos para plenário fazer reuniões paralelas. Então, é preciso que se atente este particular. Se torna oposição inconsequente se ficar só aqui, se não for à fonte, ver de perto. Na questão do São Bento, tem que haver fiscalização? Tem, sim, inclusive, por nós Deputados, mormente aqueles da oposição que não estão satisfeitos. Então, é esse o fato temos que ir a fundo para conhecer os fatos para depois não trazer para cá assuntos sensacionalistas, como já chegaram, a respeito, por exemplo, do dinheiro que havia sido liberado para a BR. Deputado Remídio ontem teve a oportunidade de jogar por terras todas uma falácia que não se justificava, ao expressar a verdade. Quem é que perde com isso? Quem é que fica indiscreto? É a oposição, pela atitude de um dos seus membros, foi inconsequente nas afirmações que fez.

Então, minha gente, o Deputado tem que continuar, mas é preciso que se compenetre, cada um de nós com o seu papel que se propôs exercer nesta Casa. Era o que eu gostaria colocar. Muito obrigado.

A Senhora Deputada **Ângela A. Portella** - Senhor Presidente, Deputado **Coronel Chagas**, nobres colegas, imprensa, servidores desta Casa, Senhoras e Senhores.

Quero, hoje, enaltecer a ação do Governador, parabenizar a Primeira Dama e Secretária de Promoção Humana, pelo programa crédito social que apresenta uma nova forma de distribuição de renda capaz de atender e promover dignidade a uma grande parcela da população que hoje vive em situação social crítica e de vulnerabilidade.

O programa crédito social oferece mais dignidade a inúmeras famílias que serão beneficiárias, terão a comodidade em usar um cartão de banco, procedimento que vai acabar com as filas cansativas, humilhantes às mães com crianças no colo, além disso o cronograma de pagamento veio cuidadosamente pensado para que as famílias possam se organizar e se planejar financeiramente, terão conhecimento prévio da data do recebimento do seu benefício. Há outra vantagem, outro diferencial que, na minha visão, é o melhor, são as qualificações profissionais que vieram como condicionalidade desse programa, serão oferecidos cursos de capacitação, é a prática do velho ditado: "É melhor ensinar a pescar do que dar o peixe". Penso que vamos entrar numa nova era social, pessoas sendo ajudadas financeiramente para sustentarem as suas famílias, ganhando uma oportunidade para crescer e construir um futuro melhor.

Só a capacitação profissional é capaz de mudar a vida de tantas pessoas desempregadas que esperam uma chance para melhorar sua situação. Fico feliz, que o nosso governo vem cada vez melhor, tratando a nossa população, com mais respeito, carinho, principalmente, com mais dignidade, o nosso Governador e a Primeira Dama, sensíveis diante da responsabilidade social, buscam diminuir a desigualdade, proporcionando melhoria às pessoas menos favorecidas.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Chicão da Silveira** - Deputada, cumprimento Vossa Excelência e o Deputado **Erci de Moraes** pelos pronunciamentos. Criado no interior, e ao acompanhar vários governos que por aí passaram, pude observar o pagamento através do chamado de vale-solidário, hoje, é o crédito social. Pensei que, diante das dificuldades, da necessidade das pessoas, às vezes para, quem recebe um alto salário aquilo não faz grande diferença, mas para quem não tem nada aquilo ajuda muito na sua Mesa. Lamentavelmente, observei tamanhas injustiças, tamanhas humilhações, haverá vezes, em que marcavam o pagamento para às 10:00h, mas, devido a discursos políticos, só iam pagar às 14:00h, deixando mães e pais de família na fila a esperar.

Por outro lado, tenho exemplos de funcionários públicos federais cadastrados no Vale-Solidário. Várias vezes, solicitei ao SETRABES para substituir aquelas pessoas por pessoas humildes, mas alegavam que não poderiam tirar porque iriam mexer com a família de alguém e, assim, perderia voto. Hoje, da forma que foi feito isso aí, acompanhei de perto esse recadastramento, vejo a reparação daquelas injustiças. O Governo Anchieta teve coragem de postular dignidade a essas pessoas que dependem desse programa. Mediante esse cartão magnético, a pessoa terá a posse do seu dinheiro para comprar o que

realmente precisa para a sua família, isso proporciona dignidade às pessoas. Anteriormente, para pegar o dinheiro, vendiam com deságio de 30% a 40% para o comerciante. A partir desse cartão magnético, a situação é outro. Então, cumprimento Vossa Excelência pelo seu pronunciamento, parabenizo o Governo por essa atitude corajosa de levar dignidade para essas famílias de baixa renda do nosso Estado.

A Senhora Deputada **Ângela Águida Portella** continua - Obrigada pela intervenção, Deputado, e justamente a suspensão desse pagamento veio dar essa nova roupagem de justiça, isto é, de atender a quem realmente precisa. Esse recadastramento veio corrigir toda essa situação que o Senhor destacou, com relação às pessoas que não precisam, mas estavam inseridas no programa. Então, eu também parabenizo o Governo do Estado pela serenidade e responsabilidade ao tratar esse assunto. E mais uma vez, vamos falar de dignidade e cidadania quando as pessoas, com o cartão em mãos, pode fazer uso na medida de sua necessidade, inclusive, pagar conta de água, conta de luz, utilizar na farmácia, enfim usar o dinheiro para a sua necessidade maior.

Eu quero enaltecer e parabenizar o Governador e a Primeira-Dama. Concedo um aparte ao nobre colega Soldado Sampaio.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Soldado Sampaio** - Deputada Ângela, fico feliz pela sua sensibilidade de mãe de família, de professora, diante da situação dessas famílias. Acredito que, mesmo fazendo parte da base governista, foi uma das parlamentares que esteve aqui presente, sempre cobrando o pagamento do Vale-Solidário, hoje, Crédito Social. Entendemos que o Governo tem que deixar sua marca positiva, isso faz parte do marketing político. Mas, também, fica uma preocupação, sabemos da necessidade do recadastramento até porque a história política de Roraima já deixou claro que, às vezes, os programas sociais são usados como moeda de troca de votos. Então, é necessário que se faça esse recadastramento, até porque a intenção desse programa é a inclusão social. E tenho cobrado nesta Casa junto à base governista que se atrele o Crédito Social a alguma forma de inclusão social com relação à questão da educação, da cultura para não ficar só no assistencialismo. O Governo Federal faz um grande sucesso com o Bolsa-Família, mas busca atrelar isso ao desenvolvimento. Há pouco o Deputado **Xingu**, em seu aparte, apresentou uma sugestão no sentido de se criar dentro do SETRABES programas e outras secretarias de aperfeiçoamento, de qualificação a essas pessoas para, daqui a um ano, quando ocorrer um novo cadastro do Crédito Social, haja diminuído o número de pessoas que deixam de receber esse benefício, por estarem numa faixa de renda acima do desejado pelo Crédito Social. Então, a nossa preocupação é que se possa realmente ensinar as pessoas a pescar e não dar o peixe. Ontem, o Deputado Brito, bem lembrado, quando colocou que o sertanejo é muito forte, em relação às famílias carentes que passaram 9 meses sem receber esse benefício, foram muito fortes. Mas, creio piamente que o Governo irá pagar esse retroativo.

A Senhora Deputada **Ângela Águida Portella** - Obrigada pela intervenção Deputado, mas quero complementar. Esse programa veio com a característica de inclusão social, ele não é só um programa de distribuição de renda, é também, de capacitação para dar oportunidade e vem convocando essas famílias para participarem de palestras, de cursos para que possam, com o tempo, se tornar autônomas. E a Primeira-Dama fez uma colocação que me sensibilizou bastante quando ela falou dessas pessoas se tornarem protagonistas sociais. Então, veio realmente com a característica de inclusão social e de transformação social.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Brito Bezerra** - Deputada, parabenizo Vossa Excelência pela atuação frente à Escolégis. Parabenizo Vossa Excelência pela postura, como Deputada, e ao mesmo tempo, também pela ação demonstrada, ontem, por parte do Governo do Estado com relação ao novo formato do Programa Social, antes Vale-Solidário, hoje Crédito Social. Fico muito feliz principalmente, quanto às pessoas que realmente precisam, que dependem do programa, para ter o pão de cada dia, através de programa social, devido à economia tão fragilizada.

Eu acredito, Deputada, que essas ações engrandecem os homens públicos. Quero dizer para Vossa Excelência e para o Deputado Erci de Moraes que a oposição está sendo só de microfone e de entrevistas. Nesta Casa fazemos um belo trabalho, quando propomos projetos. Eu particularmente conversei com Primeira-Dama do Estado para que atuássemos juntos e que fosse feito por decreto a desoneração do ICMS da cesta básica que iria atender principalmente a que classe menos favorecida financeiramente.

Projeto, de minha autoria, está tramitando nas comissões, chamada “Regionalização da Merenda Escolar”, direcionada a alunos que fazem parte da educação estadual, que teriam acesso à alimentação saudável, alimentação regionalizada, culturalmente iriam consumir alimentos que sempre consumiram em suas residências, em suas casas, em seu meio e ao mesmo tempo fortalecer a nossa economia, garantindo o alimento na mesa dos menos favorecidos, e elevaria o prestígio do homem público. E, aqui nunca critiquei a pessoa do Senhor José de Anchieta, até nem o conheço pessoalmente, com quem nunca sequer troquei uma palavra. Crítico, às vezes, a ação do Governo que até posso criticar como cidadão, imaginem como Parlamentar, mas, quanto ao programa, tem os meus parabéns e meu apoio. E para que os outros programas sociais a exemplo desse sejam concretizado, vamos lutar por isso. A partir do momento em que forem supridos terá a minha manifestação favorável. Portanto, ao mesmo tempo se colocará em prática o ditado: “dá o peixe, no momento em que se ensina a pescar”. Vossa Excelência está protagonizando essa experiência, pois a Escolegis tem a ferramenta de aprendizado para as pessoas beneficiadas pelo vale. Enfim, consigam um suporte literário, obtenham uma capacitação para o mercado de trabalho.

A Senhora Deputada **Ângela Águia Portella** continua – Eu agradeço o seu aparte, Deputado, e com respeito à questão da regionalização da merenda escolar, também, sou favorável, sempre lutamos por isso, até porque num Estado como o nosso, que dependente economicamente, pouco produtivo em desenvolvimento, precisa aquecer a economia comprando tudo o que nós dispomos no mercado local.

Com relação à questão do aquecimento da economia, que o programa Crédito Social foi pensado nesse sentido, foi um programa muito bem planejado. A nossa economia do contra-cheque com o qual o mercado é aquecido no final do mês. O programa Crédito Social, planejado para o meio do mês, justamente para compensar o desaquecimento da economia local.

Mais uma vez enalteço e parabeno a sensibilidade do Governador e da Primeira-Dama que vem promovendo a igualdade ao proporcionar melhoria às pessoas menos favorecidas. Concedo um aparte à Senhora Deputada **Aurelina**.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Deputada, a Bolsa Família, um programa do Governo Federal, que é dado às famílias, a partir de uma série de critérios definidos. E, hoje, o Crédito Social fez um cadastro, também definiu critérios. Lembro-me que durante minha campanha, ficava muito entristecido ao dizer que 65 mil famílias recebiam o Vale-Solidário era como dizer que quase 350 mil pessoas de uma população, com mais ou menos 400 mil, eram dependentes do Vale-Solidário. Causa-me uma tristeza imensa, pois, era como dizer que vivíamos num Estado de pessoas miseráveis, e não é isso. O Crédito Social, como outros programas, tem que ter critérios como o do filho na escola, critério do pré-natal para a mãezinha e etc. São critérios que o Crédito Social tomou como base, o treinamento dessas famílias. Outro programa, que deve ser lançado é micro-crédito para também beneficiar essas famílias para não se tornarem dependentes do crédito social a vida inteira, mas possam crescer e ser incluídos no mercado de trabalho.

Então, o programa veio com uma nova visão, com uma conotação nova. Em matéria de jornais onde já há a cobrança de 150 reais. Participei de campanha e não existiu isso. Então, o que há é o compromisso aprovado no orçamento nesta Casa de que o vale teria um aumento e iria para 120 reais, e está consignado no orçamento cerca de 60 milhões, o programa custa ainda este ano 70 milhões. Quer dizer, o dinheiro não sumiu, o dinheiro realmente irá para as mãos das famílias de uma forma mais humanizada. A gente mesmo recebia críticas, aqui, de pessoas que, embora não precisassem desse programa, mas recebiam. Eu presenciei, porque era a coisa que eu menos gostava de ir era para a entrega de vale, muitas vezes professores e até mesmo mulheres de diretores de escola, comerciantes. Então, não era um programa social, agora sim, começa a se aperfeiçoar e, com certeza, continuará a aperfeiçoar mais ainda, tendo como destino pessoas que realmente precisam.

Com relação à merenda, hoje nós já temos escolas que recebem recurso de até 40 mil reais para adquirir alimentos na própria

comunidade. Isso cria uma cadeia de benefícios a quem produz para que seja empregado na merenda escolar. Então, é uma prática que já está acontecendo no Estado e que nos deixam satisfeitos.

Eu disse esses dias que tomei um susto no posto de gasolina lá do Ceará, fui abastecer o carro, e me deram um jornal, cuja manchete dava destaque o Estado de Roraima, como o que melhor paga salários. Eu fico pensando. O meu Estado só produz 20% do que ele precisa para viver! Vimos uma matéria no Jornal Nacional sobre mamografia, a dificuldade de realização no Brasil, e a facilidade em Roraima. Nós temos falhas e defeitos, mas temos um Estado muito bom para viver, nas mãos de quem realmente faz jus ao seu serviço. Muito obrigada.

A Senhora **Ângela Águia Portella** continua- Agradeço, Deputada. Na verdade, a responsabilidade do administrador do Estado, Governador José de Anchieta, em não fazer programas a toque de caixa. Isso, se comprova, neste momento, com o lançamento do Crédito Social, e, acredito, virão outros programas de desenvolvimento do Estado que estão sendo cuidadosamente planejados pelo Governo do Estado. Muito obrigado a todos.

O Senhor **Jalser Renier** - Senhor Presidente, eu gostaria, apenas, ocupar o espaço para agradecer a benevolência de Vossa Excelência, e me reportar a um fato, vinculado ontem na imprensa, sobre um site, através de uma informação dada da própria Assembleia Legislativa, isto é, matéria publicada no jornal, Fonte Brasil, dava conta, que eu teria, no momento passado, sido extorquido pelo jornalista Edersen Lima.

Eu quero dizer que, no momento, talvez eu não tivesse prestado atenção ou estivesse ausente da Sessão, quando foi ventilado o meu nome como objeto dessa denúncia. Solicito que fique registrado nos anais desta Casa, que eu nunca fui extorquido pelo jornalista Edersen Lima, em nenhum momento da minha carreira política. Com ele mantenho uma amizade de alguns anos, como jornalista, já trabalhou comigo, quando eu tinha um programa de televisão chamado você faz o show, ele era o produtor do programa. Tenho uma boa relação com o jornalista Edersen Lima. Penso que esse fato não pode ser atribuído a minha pessoa. Então, eu quero aqui dizer, que imputo o conteúdo dessa matéria, como inverdade, o que foi colocado dentro desta Casa.

O jornalista tem o meu carinho, têm o meu respeito, em quem deposito a minha credibilidade, é um profissional, que desempenha seu papel, como qualquer outro jornalista, errado ou certo, depende dos fatos, é a informação. A imprensa não pode ser criticada pelas informações que ela dá, você não pode atribuir a nenhum profissional que trabalha no meio um fato negativo ou positivo da imagem dele. O que está de errado, ou certo, ele vai pagar, seja um jornalista ou qualquer pessoa que seja. Espero ter deixado claro, que a Fonte Brasil é um jornal que cumpre o seu papel cotidiano, tal como a Folha de Boa Vista, como outros blogs, como informações que nós temos na imprensa escrita, falada e televisada no Estado de Roraima.

Eu só quero que fique registrado nos anais desta Casa, a minha observação em relação ao ato, que eu o considero não verídico.

O Senhor Deputado **Jânio Xingu** – Observo que todo Deputado, é membro deste Poder, quando vai à tribuna declarar, expor determinada situação, tem apresentado prova das acusações que faz.

Ontem fui surpreendido no Plenário desta Casa, quando dois Deputados desta Casa, atacados por esse jornalista, ambos, Deputados Jalser e Jean Frank, negaram, dizendo que isso não ocorreu. Portanto, é uma acusação leviana, que não procede, e nós não devemos mais aceitar esse tipo de pressão, denúncia, que não tenha fundamento algum. A intenção é unicamente denegrir a imagem do Deputado.

Este Poder não pode permitir, acusações nesse nível. Saiu no blog chamado fato real, e o nome de Vossa Excelência e do Deputado Jean saiu, dizendo que realmente houve o ataque do jornalista e que vocês não cederão. Eu entendo e tenho certeza que isso não houve, porque às pessoas quando vêm a esta Tribuna, fazer qualquer tipo de denúncia que seja, apresentam as provas, para não deixar uma interrogação uma dúvida, dessa forma, evitam que venham a denegrir a imagem do Deputado. Muito Obrigado.

O Senhor Deputado **Jalser Renier**- Senhor Deputado, coloco um fim nas minhas colocações, neste momento. Muito Obrigado.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**)- Não havendo mais nenhum orador inscrito, passamos para a Ordem do Dia.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário procedeu à leitura de Requerimento de autoria do Deputado Brito Bezerra.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**)- (Lido o Requerimento).

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**)- Em discussão o Requerimento.

O Senhor Deputado **Jalser Renier**- Senhor Presidente, observando o Requerimento do Deputado Brito, conforme atesta o Regimento Interno da Assembleia Legislativa, ele convoca o Secretário para o dia de hoje, às 15 horas, eu gostaria de ser mais objetivo.

Geraldo Vandrê dizia que quem sabe faz a hora e não espera acontecer, então sugiro ao eminente Parlamentar que, se Vossa Excelência me autorizar também o Presidente desta Casa, eu entraria em contato agora com o Secretário de Saúde para ele vir agora prestar esclarecimentos no tocante a essa questão. Não deixar para amanhã o que nós podemos fazer imediatamente.

Então, solicito o meu adendo a isso. E, se Vossa Excelência autorizar, eu mesmo faço a ligação.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**)- Concordamos com a proposição do Deputado Jalser Renier, vamos fazer contato com o Secretário Leocádio, para que ele venha ainda, hoje, na Sessão Plenária, apresentar informações, esclarecer as dúvidas, caso existirem quanto à lisura do processo seletivo, da Secretaria Estadual de Saúde.

Daqui a pouco vamos suspender a Sessão, para que haja reunião conjunta das comissões, tão logo encerrados os trabalhos da comissão será o tempo para o Secretário de Saúde comparecer. E, na reabertura dos trabalhos, ele poderá prestar esses esclarecimentos.

O Senhor Deputado **Chicão da Silveira** - Às quinze horas de hoje, estaremos realizando, aqui, na Assembleia Legislativa uma Audiência Pública, a representação do Estado de Roraima com o Estado do Amapá, para tratar do enquadramento do pessoal do antigo território de Roraima.

Baseado na minha preocupação, faço uma observação. É que, quando foi realizado o concurso público do Estado de Roraima, foi cometido uma deslealdade muito grande com pessoas que já com dez, doze anos de profissão, sua longa contribuição para serviço público de Roraima. Muitos destes ficaram fora do concurso público. É essa situação do seletivo, às vezes pessoas competentes, com experiência e conhecimento que já prestavam serviço ao Estado, talvez fiquem de fora enquanto pessoas recém saídas de uma universidade, sem a devida experiência, só porque têm os diplomas, passam. Parabéns, Deputado, pelo seu Requerimento e esperamos esclarecimentos.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**)- Informamos aos Senhores e Senhoras que acompanham a Sessão Plenária, que as manifestações sejam apenas por aplausos, qualquer outro tipo de manifestação, não é permitido nesta Casa.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** – Eu gostaria enfatizar, menciono até o jargão usado pelo Deputado **Mecias**, “quem não deve não treme”.

Eu devo dizer, que nós estamos aqui respeitando Deputado Brito, em relação à sua colocação diante de um Requerimento que Vossa Excelência fez. A base do governo está dando exemplo de democracia, o Secretário de Saúde já está aqui na Assembleia, ele prontamente atendeu ao nosso pedido.

A única coisa que eu gostaria de ter por parte do público é o respeito. Primeiro, em razão do secretário nos ter atendido, ter prestado os esclarecimentos necessários; segundo, o respeito das pessoas em relação ao Requerimento do Parlamentar e esse respeito Deputado deve vir de Vossa Excelência para que amanhã ou depois não tenhamos situações constrangedoras, de eu mesmo votar contra a vinda de Secretário aqui, para prestar esclarecimento e, de repente, ser alvo da platéia. Não é essa a nossa intenção. A nossa intenção é que o Secretário informe e esclareça o que Vossa Excelência e os Deputados perguntarem em relação ao seletivo. É essa a intenção de Vossa Excelência.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** - Eu gostaria de esclarecer ao nobre Deputado Jalser Renier e aos demais Parlamentares que, da minha parte, não estou em nenhum momento faltando com respeito.

Em relação às pessoas, eu peço tranquilidade, calma, nós vamos ouvir a expressão do Secretário Leocádio, se houver dúvidas, serão esclarecidas, e após, eu converso com a comissão que foi nomeada, no momento encontra-se no meu gabinete, para chegar a um consenso quanto a essa problemática. Mas o respeito existe, tanto da minha parte como pelos profissionais da saúde, eles é que estão exigindo respeito das autoridades públicas, porque, é eles que estão sendo desrespeitados.

O Senhor **Chicão da Silveira** Presidente, eu requeiro a Vossa Excelência, após ouvir o competente Plenário, para que, após a

Comissão Geral, a ordem do dia fosse transferida para a Sessão vindoura, para entrarmos no debate imediatamente.

O Senhor Deputado **Rodrigo Jucá** - Eu cheguei agora, mas acompanhava a discussão ali da sala vip, e quero reforçar as palavras do Deputado **Jalser Renier** .

Na verdade, nosso e bloco não se opõe à convocação de Secretário e de autoridades para prestar esclarecimentos, quando entendemos que é importante e necessário. Agora, a partir do momento em que essa atitude tornar recorrente, lançando sombra sem prova, o que é ainda pior.

É muito simples pegar o microfone, subir à Tribuna para dizer que está acontecendo isso e aquilo, se isso virar uma prática para servir de constrangimento à base, constrangimento ao bloco da maioria, da Mesa, do Secretário, aí o bloco vai realmente se opor a esse tipo de convocação, por que a vinda de uma autoridade a esta Casa tem que ser respeitada, e a situação tem que ser tratada com seriedade. Então, quero, em nome da maioria, agradecer a presença do Secretário aqui.

Na verdade, nunca vi, que, no mesmo dia em que o Secretário foi chamado, ele compareceu para esclarecer as dúvidas existentes no ato de boa vontade, porque não tinha nenhuma obrigação de estar aqui.

Então, atendeu o chamado porque quer deixar tudo às claras, não tem nada a esconder, veio porque está fazendo o trabalho que lhe compete na Secretaria, com o acompanhamento de órgãos de controle, do Ministério Público. Realmente, porque entende a importância do diálogo com a população. Essa é nossa postura.

A partir de agora, espera-se que as atitudes sejam realmente condizentes com a seriedade e frente aos atos, que esta Casa tem que cumprir. Muito Obrigado

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** - Assim como o líder do bloco da maioria, também quero falar pela liderança da oposição, a respeito de todos os nossos Requerimentos convocando autoridades para prestar informações são de maneira responsável.

A autoria do Requerimento foi de um Deputado de oposição e bloco da maioria, por entender, que é de suma importância se colocar à disposição e no tempo recorde, o Secretário de Saúde aqui para dar as informações. Então, todos os Requerimentos, por parte da oposição convocando as autoridades, com maior grau de compromisso com este Estado e para com a sociedade.

Quero, enquanto líder da oposição, neste momento, agradecer ao Secretário de Saúde em atender de imediato a solicitação do Deputado Jalser para prestar informações. Já temos uma comissão de servidores dispostos a trazer essas informações, as reclamações. E nós, em nenhum momento, fizemos qualquer acusação, nós estamos solicitando esclarecimentos.

Fico satisfeito com a presença aqui, eu acredito no Secretário de Saúde. Quanto às emendas colocadas no Projeto de Lei que ampliou os cargos da saúde, foram, em grande parte, de autoria do bloco de oposição, com o qual, inclusive, o secretário aqui se comprometeu, que o seletivo seria durante um ano. Apoc um ano, haveria um novo concurso público para preencher as vagas em aberto. Então, obrigado secretário, pela presença. Este é o posicionamento da oposição.

O Senhor Deputado **Jânio Xingu**- Para o questionamento sobre o processo seletivo, coordenado pela Secretaria do Estado da saúde, eu nunca vi uma convocação tão rápida assim.

O Secretário da Saúde, homem sério, de conduta ilibada, que já teve vários cargos no Estado. Ele mesmo tomou a atitude de vir aqui, para esclarecer os fatos.

Palavra do próprio secretário é que revela que está pronto para esclarecer tudo o que ocorreu com o processo seletivo, não houve nenhuma irregularidade, tudo foi feito de forma legal, legítima, respeitando todas as determinações do processo legal como manda a legislação.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** - Senhor Presidente e aos demais presentes, quero agradecer ao Doutor Leocádio pela sua imediata presença nesta Assembleia. Mas, Presidente e todos amigos, há vários anos conheço o Doutor Leocádio, manteve sempre o princípio da sua cidadania, da lealdade, a maior seriedade na condução de diferentes pastas neste Estado, também em outros Estados do Brasil.

A classificação dos possíveis funcionários a serem chamados, com certeza, ele não tem interferência, quero dizer que a sua forma de atuação é de justiça, prevalecendo o bem a todos que merecem. Não tenho nem dúvida que doutor Leocádio usou da maior

transparência de ter um cidadão, um secretário como ele, para fazer essa classificação dos que foram agraciados nessa chamada para brevemente assumir cargos.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) - Não havendo mas nenhum Deputado que queira discutir a matéria, passamos a votação que será simbólica. Os Deputados que concordam com o Requerimento permaneçam como estão. Aprovado.

A sessão será transformada em Comissão Geral, para então ouvirmos o Secretário da Saúde, Doutor Leocádio Vasconcelos, damos como destaque, o pronto atendimento do Secretário, para vir prestar esclarecimentos, demonstrando de forma inequívoca, mais uma vez, o seu compromisso, com a seriedade, com a legalidade, com a eficiência, enfim, com todos princípios da administração pública que deve ter um gestor.

O Senhor Deputado **Rodrigo Jucá** pede uma Questão de Ordem – Peço aos Deputados que permaneçam em Plenário para que possamos votar um projeto que consta da pauta das Comissões Conjuntas, após irá para a Ordem do Dia. É um projeto importante para a Polícia Militar, com prazo para ser aprovado. Realmente, é necessário que todos permaneçam para que haja quorum para aprovar a matéria.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Fica registrada a solicitação do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final para a permanência dos Deputados em Plenário após ouvirmos o Secretário de Estado da Saúde.

Passo a palavra ao Senhor Secretário de Estado da Saúde.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** pede uma questão de ordem - Senhor Presidente, requeiro de Vossa Excelência, visto que há existe uma grande quantidade de servidores presentes, e a previsão é que, na comissão, no mínimo três, tenham direito à voz. Senhor Presidente, fui surpreendido quando essa comissão chegou pela manhã com várias reivindicações em pautas e eles têm muito mais propriedade para falar.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Solicitei nomear uma comissão de seis servidores mas só tem dois servidores que buscam informações e fazer indagações ao Secretário. São eles: o Senhor Halisson Mendonça do Nascimento e a Senhora Ena Maria.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) - Convido, para compor a Mesa, a Senhora Ena Maria e o Senhor Halisson Mendonça do Nascimento.

Passamos a Palavra ao Secretário de Estado da Saúde, Doutor Leocádio Vasconcelos.

O Senhor Secretário de Estado da Saúde (**Leocádio Vasconcelos**) – Senhores Deputados, Deputada Aurelina e Deputada Ângela. Bom-dia à plateia.

Presidente, eu recebi uma informação de que haveria presença de servidores, aqui, a procura de informações. Eu me antecipei em trazê-las para tirar as dúvidas que existam.

Eu acho que esse é um momento oportuno, eu gostaria que o Senhor me permitisse fazer uma pequena retrospectiva acerca desse seletivo.

É sabido por todos que o contrato da cooperativa terminaria no dia 28 de julho passado, com impossibilidade de prorrogação pela lei 866, que não permite que qualquer contrato da administração pública tenha duração superior a seis anos, só em caráter extraordinário. A regra são cinco anos. Agora, em julho, o contrato da cooperativa já completava os doze meses, da excepcionalidade, quer dizer, completava seis anos o que impossibilitava a sua prorrogação.

Sabíamos também, Senhor Presidente, da existência de centenas de pessoas aprovadas no concurso realizado em 2007, que estaria com o vencimento, com a validade próxima ao final deste ano. Então as pessoas que fizeram o concurso e não fossem chamadas agora, esse concurso perderia a validade.

Diante do prazo, que decidimos fazer, foi encaminhar um Projeto de Lei para esta Casa, aumentando o número de vagas pela lei 392, para que daria direito chamar os servidores aprovados no concurso de 2007.

Decidi tomar dois cuidados especiais: Primeiro, com a quantidade do quadro de saúde, atuando nas unidades de saúde atualmente para que nenhuma unidade sofra com a falta de descontinuidade nas suas ações pela perda de continuidade de servidores em todas especialidades. Segundo, não onerar a folha pela sua magnitude. Aprovada a lei nesta Casa, como bem lembrou o Deputado Sampaio, foram colocadas emendas estabelecendo um prazo de até um ano para efetuarmos novo concurso público para as pessoas que serão admitidas agora, através de processo seletivo, em regime temporário. O contrato

dessas pessoas terá validade de um ano, porque prazo de um ano, nós teremos que fazer novo concurso. Então, no primeiro momento, chamamos 352 aprovados no concurso. Desses chamados faltaram aproximadamente 100, só compareceram cerca de 252. Aquelas especialidades para as quais não houve aprovados no concurso, nós elaboramos o edital do seletivo num total de 290 vagas, a maioria de nível superior. Obedecemos primeiro a lei 323, de 2003, que autoriza e regulamenta a realização de processo seletivo para a contratação em regime temporário. Obedecemos, também, a lei recém-aprovada nesta Casa, publicamos o edital do seletivo na imprensa, Diário Oficial, edital bastante longo com todas as regras, critérios de pontuação. Para admissão, não haverá prova, o critério é penas curricular. Antes das inscrições, eu nomeei e publiquei a comissão examinadora dessas inscrições, constituídas por 12 servidores, até que me prove o contrário, são pessoas íntegras, sérias, com anos de casa. As inscrições aconteceram quarta, quinta e sexta da semana passada. Os candidatos que se inscreveram na quarta-feira, quinta-feira, já estavam sendo avaliados pela comissão. Nós temos pressa para que no dia 28 já estejamos com esse pessoal admitido para evitar que as unidades de saúde sofram por falta de servidores. Ontem, ao cumprir o cronograma publicado, divulgamos o resultado preliminar. Posso garantir as Vossas Excelências e toda plateia que em nenhum minuto, em nenhum caso, determinei a nenhum membro da comissão nada diferente do que está no edital, em nenhum momento conversei com alguém da comissão. Fiz apenas uma pergunta se iríamos cumprir o prazo, para concluir a avaliação para que possamos publicar na quarta-feira. Houve centenas de pedidos. Recebi nesses dias currículos que por metro, pedidos foram muitos, pessoas insatisfeitas comigo ficarão inúmeras, mas em nenhum momento nos preocupamos com isso, nos preocupamos para que o seletivo acontecesse na mais absoluta transparência, sem privilegiar a uma pessoa sequer. Ontem, foi colocado no site da Secretaria de Saúde, e eu pedi ao Walter, cidadão da imprensa oficial, para deter um pouquinho o diário oficial para dar tempo à comissão conferir, corrigir para depois mandarmos para a imprensa. Os critérios de pontuação para os servidores de nível superior e para nível médio, que é técnico de enfermagem. Para nível superior, habilitação profissional, conclusão do curso e doutorado na área específica, 35 pontos por curso, não admitimos uma segunda pontuação de um segundo curso. Conclusão de curso de mestrado na área específica, 25 pontos. Conclusão do curso de pós-graduação na área de formação, 10 pontos, até o máximo de 20. E admitimos 2 cursos. Certificado de participação em curso de capacitação na área profissional de, no mínimo, 40 horas, um ponto por curso até, o máximo de, 5. Tempo de serviço, exercício da profissão, 3 ponto por ano até o máximo de 15 pontos. 5 anos, o que permite que o candidato possa obter até 100 pontos, se ele obtiver todos os certificados dos cursos. O tempo de serviço para o nível superior não poderá representar mais de 15% do total dos pontos, se o máximo são 100 pontos, o tempo de serviço 15 pontos, diferentemente do pessoal do nível médio, técnico de enfermagem, conclusão de curso pós-técnico, 15 pontos por curso, certificado de participação e curso de capacitação na área profissional no mínimo 40 horas, dois pontos por curso até o máximo de 10 pontos, 5 cursos. Exercício na profissão na rede pública ou privada, 5 pontos por ano de serviço com máximo de 25 pontos. Diferentemente do nível superior, o nível médio onde o tempo de serviço pode representar até 50% do total de pontos, porque o número máximo de pontos para o nível médio é de 50 pontos, dos quais 25 pontos poderão ser resultantes de tempo de serviço. Publicado esse edital, as pessoas que se julgarem prejudicadas terão os dias de hoje e amanhã para interposição de recursos. Na segunda e terça a comissão analisa os recursos interpostos, somente depois é que haverá a publicação definitiva do resultado. O resultado publicado hoje é o resultado preliminar, ainda, passivo de recursos, por hipótese alguma haverá mudança decorrente de qualquer atitude nossa, sua Excelência o governador, em nenhum momento sequer trocou ideias comigo sobre o assunto, até porque não poderia fazer, também sabíamos que isso não ia acontecer. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a minha disponibilidade em vir urgentemente a esta Casa foi tentar esclarecer. Digo a Vossas Excelências que não há nada diferente entre o que eu estou dizendo e o que está no edital. Não posso aqui dizer que por ventura a comissão não tenha cometido algum erro, quem se sentir prejudicado que recorra então a comissão vai analisar. Todas as pessoas envolvidas são sérias e idôneas, portanto estou muito à vontade para acreditar no trabalho dessa comissão. A princípio são esses os esclarecimentos. Estou à disposição de todos.

O Senhor Representante dos Técnicos em Enfermagem (**Halisson Mendonça do Nascimento**) - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Secretário, o Senhor iniciou falando que o edital foi publicado em todos os meios de informação do dia 10 até às 12 horas, porém a publicação do edital não foi encontrado em nenhum site oficial do governo enquanto isso, na SEGAD, às 8 horas da manhã, já estavam recebendo as documentações. Repito, até às 12 horas, o edital, ainda não tinha sido encontrado em nenhum site oficial do governo. Com isso no edital, o Senhor pode corrigir nas folhas que preenche um requisito que foi colocado em todas as cidades do interior, sendo que para técnico de enfermagem só existia vaga para Boa Vista. Alguns colegas, por não terem acesso ao edital, preencheram vaga para alguns locais do interior com isso anularam suas inscrições. Quanto ao modo de avaliação, vou citar o meu exemplo: só de seletivo eu tinha 3 anos e mais 2 de cooperativa, são 5 anos. Teoricamente, eu teria que fazer 25 pontos, eu apareci na posição 225 com apenas 24 pontos. Eu tenho curso de biosegurança hospitalar, curso de resgate, urgência e emergência de 180 horas, curso de assistência básica aos indígenas, mas nada disso foi computado. Creio que todos os colegas aqui presentes têm esses mesmos cursos que outros cursos e também não foram computados. Há colegas com mais de 20 anos de profissão e que apareceram com apenas 2 pontos. Os anos de experiências foram confundidos, tempo de formação com experiência. Na comissão não tinha nenhum enfermeiro da categoria na mesa para avaliar. Não sei por quem foi avaliado e o que levou essas pessoas a avaliarem esses pontos, prejudicando a grande maioria que presta serviço hoje no governo. Eu acredito que das 110 pessoas aprovadas, uma ou duas prestam serviço no governo, nesse meio temos PM que estão entre as 10 pessoas concursadas pela CODESAIMA, sargentos do Exército Brasileiro. Estão todos lá entre os 10. O primeiro colocado, até onde nós sabemos, sequer tem 3 anos de formação e ele atingiu 50 pontos. Como? Nós entramos com recurso para efeito legal, pedimos no recurso que avalie essas pessoas porque não é justo deixar pais e mães de famílias de fora de um processo seletivo onde eles tinham sua colocação garantida, perdendo colocação para vários formandos que só têm 2, 3 anos de formados. Eu não sei como essas pessoas conseguiram tantos pontos. Foram 1238 candidatos inscritos só para técnico de enfermagem, como é que dentro de 2 dias conseguiram avaliar todos? As inscrições encerraram na sexta-feira às 17 horas, na segunda-feira já apresentaram o resultado. Acredito que eram muitas informações para poucas pessoas avaliarem. O número é insuficiente, hoje, prestando serviço pela Cooperativa. Somos 300, o governo ofereceu nesse seletivo 110, chamou 150 para o interior. Eu estive em uma reunião onde foi comentada a lei 392, que foi alterada para a capital. Se os Senhores pegarem o edital do concurso está lá: cadastro de reservas. Candidatos aprovados e não classificados numa proporção de 3 para 1 ficaria num cadastro de reserva. Existe um cadastro hoje com 406 candidatos com pré-requisitos para assumir qualquer concurso, e estamos aguardando até hoje, inclusive, estamos na justiça, será julgada a legalidade, o edital foi corrigido no meio do trâmite, no dia 30 de agosto de 2007 foi publicado o edital, as inscrições começaram no dia 31 de agosto de 2007, encerram no dia 19 de setembro de 2007, no dia 08 de setembro de 2007 foi feita a correção do edital, publicada no dia 09, e voltado com prazo de inscrição a partir do dia 06 ao dia 26. Ou seja, a regra do jogo mudou no meio da inscrição. Isso está no Ministério Público, na Defensoria Pública, a OAB já entrou com representação em uma comissão. Existe esse cadastro de reserva, por que o governo não chama? Os Senhores, aqui, aprovaram a alteração da 392, o Deputado Soldado Sampaio é ciente disso. Alteraram a 392 para chamar mais concursados, e o governo chamou para o interior. No edital existe um item onde fala que os candidatos aprovados para o interior só poderão vir para a capital mediante permuta, porém não foi isso que aconteceu e nem acontece. O Senhor Leocádio está ciente porque ele pediu um levantamento da SESAU e iria devolver todos esses candidatos que vieram para Boa Vista sem permuta, sabem quantos foram devolvidos? Nenhum. Obrigado.

O Senhor Secretário de Estado da Saúde (**Leocádio Vasconcelos**) - Com relação à publicação do edital, foi publicado um dia antes do início das inscrições, está no diário oficial do Estado, noticiado na Folha de Boa Vista, divulgamos horário, local, eu não estou mentindo porque não preciso disso. As inscrições aconteceram durante 3 dias, quem por ventura não pode se inscrever na quarta-feira teve até a sexta-feira às 17 horas para se inscrever. Com relação ao

tempo que a comissão teve, nós determinamos que a comissão começou a trabalhar na quinta-feira pela manhã, os inscritos de quarta-feira já foram avaliados na quinta, os inscritos na quinta foram avaliados na sexta. A comissão teve segunda, terça e quarta para avaliar os de sexta e fazer a pontuação final de todo mundo. Tempo, houve porque nós nos preocupamos e colocamos 12 pessoas, deu aproximadamente 1970. O fato de não haver fisioterapeuta, fonoaudiólogo, técnico de enfermagem na comissão, me parece desnecessário porque a comissão analisou os documentos, a comissão não estava avaliando o profissional no exercício das suas atividades, anos de experiência, o que foi colocado no edital foi anos de experiência, tempo de serviço, e aqui no edital específica o que comprova: assinatura de carteira profissional ou declaração do tempo de serviço do ente empregador. Na questão do cadastro de reserva, nós obedecemos rigorosamente o cadastro do edital do concurso de 2007, no seletivo agora nós convocamos também estrita obediência ao concurso 2007. As especialidades que foram feitas no concurso 2007 para o interior nós respeitamos a convocação também para os respectivos municípios. Tem especialidade que não foi feito por município, foi geral em 2007. O cadastro de reserva, nós sentamos com o departamento jurídico da SEGAD, com a secretária, com a Procuradoria Geral do Estado para ver a legalidade de se convocar todo o cadastro de reserva. Então se chegou a conclusão de que só poderíamos chamar os aprovados, não os classificados. A questão que você colocou sobre os militares, esse resultado é preliminar, hoje a comissão pegou todos os aprovados no seletivo, está cruzando o CPF com os cadastros dos servidores do Estado, do município e da União. Estamos cruzando hoje 290 CPF porque efetivamente o artigo 6º da lei 323 diz que é proibido contratar em caráter temporário, servidores que tenham vínculo com a União, Estado ou município. Essas pessoas que estão publicadas como aprovadas, se for constatado que já estão em empregos públicos não assumirão em hipótese alguma. Eu questionei, por que iremos publicar esses nomes? Eles responderam que eles podem optar, abrir mão do cargo anterior. Eu disse: gente, quem me faz acreditar que alguém vai abrir mão de um cargo efetivo para assumir um cargo temporário. Me disseram: tem, doutor, tem gente que tem o cargo efetivo de técnico, já tem curso superior, está entrando no temporário para curso superior e vai pedir demissão do técnico para assumir o temporário. Se não pedirem demissão, essas pessoas não assumirão. Nós sabemos que na área de saúde e magistério a possibilidade de acumulação ocorre mais em regime de efetivo, temporário não assumirá nenhum. Os Senhores podem ter certeza disso. Se tiver um militar classificado não tomará parte, nós chamaremos o seguinte da lista. Está aberta a documentação de todos no auditório da SESAU separados por categoria para qualquer dúvida que tiveram. Já coloquei tudo à disposição do Ministério Público, dos órgãos de controle, eu não tenho preferência por A, B, C, eu não conheço praticamente ninguém da área de saúde. Quem quiser recorrer é um direito que os assiste, a comissão vai analisar todos os recursos.

A Senhora Representante dos Técnicos de Enfermagem (**Ena Maria**) - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, creio que, depois dessas explicações, serão avaliados os documentos que foram indeferidos. Não sei por que razões, já trabalham na área há muito tempo e sabemos cada um que está entrando sem e com títulos. A questão do técnico e do auxiliar, é que muitos aqui eram só da categoria auxiliar não existia o técnico, veio a lei para passar todos nós para completarmos e fazermos o técnico, nós fizemos, mas nas instituições não foram mudadas as nossas categorias para técnico de enfermagem. No entanto, recebemos declarações, como auxiliares, entretanto não foi contabilizado o tempo de serviço, como auxiliar, sendo que nós trabalhamos como técnicos de enfermagem, o risco que nós temos é muito grande, e isso não foi contabilizado, ou seja, está perdido o tempo de auxiliar a não ser que seja reavaliado. Obrigado.

O Senhor Secretário de Estado da Saúde (**Leocádio Vasconcelos**) - Nós temos que ter em mente o seguinte, quem trabalha aqui todos se conhecem, mas nós somos sabedores que vieram muitos de outros Estados com experiência e comprovação de serviço, e não podemos ignorar. A questão do auxiliar é questão particular, porque todos sabem que a especialidade auxiliar está em extinção, eu não sei se poderíamos considerar para técnico de enfermagem a experiência como auxiliar de enfermagem. Eu quero crer que foi aceito o tempo de serviço na respectiva especialidade. Confesso, não tenho 100% de certeza, posso ver com a comissão.

O Senhor Deputado **Célio Wanderley** - Mesmo que ela já tenha concluído o curso de técnico? A grande maioria já havia concluído o curso de enfermagem e exercia a função de técnico, a função que

constava inicialmente era como auxiliar. Talvez esteja havendo esta discrepância, porque eles quando foram contratados na cooperativa, como auxiliar, mas como a lei exigiu, eles fizeram o curso.

O Senhor Secretário de Estado da Saúde (**Leocádio Vasconcelos**) – Só pode se habilitar quem já concluiu o curso técnico. Se nós fizermos um seletivo para médico poderemos considerar tempo de serviço de um médico quando ele foi enfermeiro?

O Senhor Deputado **Célio Wanderley** – É lógico que, no caso da enfermagem, eles têm o curso técnico e exercem a função de técnico, e não de auxiliar. Dentro do serviço público a função de auxiliar deixou de existir.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Secretário, eu gostaria primeiramente agradecer a celeridade da Mesa e a disposição de Vossa Excelência em atender a nossa reivindicação. Quero enfatizar que a reivindicação é dos profissionais de saúde que se sentem de uma maneira ou outra prejudicados por não serem atendidas as questões do edital, de tal forma que formamos uma comissão, recebemos essas reivindicações e, como Deputado, é um direito atuar em defesa do cidadão, estamos legitimados para isso. E é um direito do servidor procurar os parlamentares. Foi dito aqui pelo nobre Deputado Célio, a meu entender, só mudou a nomenclatura, mas as atividades do auxiliar de enfermagem e do técnico de enfermagem são as mesmas. Eu gostaria de citar um só caso concreto. Eu tenho aqui uma declaração do Hospital Geral de Roraima: “Declaramos para os devidos fins de direito que a servidora Fabrícia Batista de Oliveira realiza suas atividades profissionais no Hospital Geral de Roraima, conforme tabela abaixo”. Computa-se aqui mais de 10 anos de trabalho como auxiliar de enfermagem e como técnico de enfermagem, convenhamos que se não forem as mesmas atividades é necessário que a gente possa reavaliar, ela tem um certificado de conclusão de curso, certificado que participou de um treinamento em sala vacinal em 2007, com duração de 70 horas, deve contar pontos. Na sua classificação, só foram computados dois pontos. Então, há erro aqui na computação desses pontos, conforme o certificado de conclusão e conforme o certificado de que participou de cursos na área, e conforme a declaração, expedida pela própria secretaria do Estado da Saúde, do hospital geral de tempo de serviço.

Gostaria de pleitear aqui com Vossa Excelência, é que principalmente esses profissionais tenham um tempo hábil para interpor esses recursos, porque saiu a lista, hoje, só pode impetrar recurso com dois dias, eu considero esse espaço de tempo muito pequeno.

Hoje já vieram procurar este Poder Público para que possamos esclarecer algumas dúvidas, que Vossa Excelência, que têm sensibilidade às questões dessa classe trabalhadora e demonstra comprometimento, admiro sua seriedade no seu trabalho, por diversas vezes, tenho lhe procurado e sou muito bem recepcionado, Vossa Excelência tem tirado nossas dúvidas.

Eu gostaria que houvesse uma revisão por parte da comissão para analisar novamente essa documentação, que foi impetrada por profissionais que participaram do seletivo e, ao mesmo tempo, Senhor Secretário, que houvesse a inserção de duas pessoas que representassem essa classe, claro, cumprindo os requisitos que a comissão deve ter, para que possa analisar.

Que essa classe indique duas pessoas para fazer parte da análise, para não suscitar dúvidas, quanto à análise dessa documentação e ao mesmo tempo, de maneira administrativa, o Senhor como Secretário, pode prorrogar o prazo para que possamos impetrar esses recursos, e mais um prazo para que possamos analisar toda essa documentação.

Quando falo “possamos”, falo como comissão, nomeada por Vossa Excelência. Então, as duas pessoas irão ajudar a dar a veracidade, a transparência que necessita, para análise dessa documentação, dos títulos, dos tempos de serviço, visando atender as necessidades dessa classe.

Quero dizer a Vossa Excelência, que intuito de convidá-lo aqui, é simplesmente para não suscitar dúvidas quanto ao processo seletivo. Se houver algo que venha macular esse processo seletivo, eu tenho certeza que será realizado.

Se não houver nada que venha macular esse processo seletivo, serão procedidos trâmites normais, para que essas pessoas venham trabalhar, levando em consideração os princípios da transparência, da publicidade, inerentes ao poder público nos seus atos.

Deixo a minha reivindicação, e pergunto a Vossa Excelência, se há possibilidade em nomear duas pessoas e também prorrogar esses

prazos, tanto o prazo recursal, como prazo para análise dessas documentações.

O Senhor Secretário de Estado da Saúde (**Leocádio Vasconcelos**) – Meu nobre Deputado, me permita esclarecer o primeiro tópico que Vossa Excelência colocou sobre as pessoas que estariam se sentindo prejudicadas, porque algumas condições do edital não foram observadas. Então, quero pedir a Vossa Excelência para não acolher essa observação, porque todas as condições do edital estão sendo observadas rigorosamente.

Quando Vossa Excelência fala de dois membros da classe, eu não sei qual seria a classe. Temos várias especialidades no seletivo, se seriam dois de cada especialidade.

Na questão do prazo do recurso, me preocupa é o prazo que é improrrogável do dia 28 para que nós tenhamos esse pessoal já em atividade, para que nenhuma unidade, quer da capital, quer do interior, sofra solução de continuidade nas suas ações por falta de servidor. No dia 29, os cooperados que não foram aprovados no seletivo, estarão afastados das suas ações. Então, posso garantir a Vossa Excelência que, agora, pela manhã, a Comissão já está recebendo recursos, a formalização de recursos é bem elementar, não requer tempo, a análise é que vai tomar tempo. Acho que uns dois dias para interposição de recursos são suficientes, a análise desses recursos demandará mais tempo. Se o número desses recursos for elevado que não nos possibilite cumprir todos os prazos restantes do cronograma que já estão no edital, se a avaliação dos recursos não for realizada dentro do prazo estabelecido, o bom senso nos manda, em nome da transparência, prolongar esse prazo de avaliação de recursos. Acho que uns dois dias para recurso, me parece suficientes. Com relação à indicação de participação, se esta Casa entender e indicar alguém para acompanhar a avaliação de recursos, não temos nada contra. Eu só não sei como seria feito, pois se colocarem dois representantes de cada classe tumultuaria um pouco.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) - Senhor Deputado Brito, vamos colocar dois membros da Comissão de Saúde?

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** - Senhor Presidente, concordo perfeitamente com dois membros da Comissão de Saúde, mas que fosse incluso um representante da Classe de Saúde, que se sente prejudicado quanto à análise dessa documentação, como, por exemplo, os dois eleitos para representarem a classe.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** – Primeiramente, quero agradecer a participação do Senhor Secretário nesta Casa. Quando tomei conhecimento do ofício do deputado Brito, imediatamente, fiz contato com Vossa Senhoria, e solicitei a sua presença neste Poder Legislativo para prestar os esclarecimentos necessários com relação à posição do Deputado Brito. Quero agradecer sua presença aqui no Plenário desta Casa. Na verdade, a dúvida é a seguinte, a dúvida que vai estar aqui na mídia tanto na imprensa escrita, falada e televisada, é a respeito do tempo de serviço, se foi realmente respeitado por conta do critério de análise dos profissionais. Segundo, se houve apadrinhamento quanto aos nomes na formação da Comissão; terceiro, se o resultado desse seletivo, por parte dessa Comissão, se houve alguma indicação no tocante às questões políticas ou outras. Eu queria que o Senhor respondesse esses questionamentos, porque vai suscitar algumas dúvidas com relação à imprensa. Mas, a sua vinda antecipada na Assembleia Legislativa, e tornado público esse esclarecimento, é importante para a sociedade ter esse conhecimento. Então, queria que o Senhor me respondesse as três indagações.

O Senhor Secretário de Estado da Saúde (**Leocádio Vasconcelos**) – Deputado Jalser, a observância com relação ao tempo de serviço, eu repito - consta no edital, e não há nenhuma orientação no sentido contrário. Se a comissão, por ventura, tenha cometido algum equívoco nessa questão, daí porque há necessidade dos recursos para isso. Insatisfações, nós vamos ter sempre, pois há 290 vagas para 1900 pessoas, é inevitável. Nós entendemos a angústia de quem não passou, entendemos a angústia de quem está na cooperativa e deverá sair das atividades. Mas nós estamos disponibilizando tudo para que o Ministério Público possa avaliar se tem algum equívoco, alguma coisa contrária ao edital, sem problema nenhum. Com relação a apadrinhamento e indicação, Vossa Excelência pode ter certeza absoluta que houve pedidos, aproximadamente 300, mas atendimento não houve nenhum. Eu tenho pilhas de currículos, pedido e bilhetes, joguei tudo em uma gaveta. Então, apadrinhamento e indicação, absolutamente, nenhuma. Quanto a esse aspecto, estou muito tranquilo, e qualquer matéria que seja veiculada na imprensa, amanhã, estarei à vontade para esclarecer.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Deputado, eu retiro as minhas explicações.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** - Senhor Presidente, Senhor Secretário, Deputados, demais presentes. Vejo que o Doutor Leocádio, diante das manifestações durante a Sessão de hoje sobre a questão do processo seletivo, se mostrou aberto. Normalmente, um Requerimento dessa natureza é aprovado em um dia, e marcada uma data para dias posteriores. O doutor Leocádio, ao tomar conhecimento de que estava havendo esse pleito nesta Casa, se colocou, imediatamente, à disposição, largando seus afazeres para vir aqui. Prestou esclarecimentos quanto às regras do processo seletivo. Houve um pleito aqui de para nomear dois representantes dos que estão concorrendo à vaga, para acompanhar essa revisão na pontuação. Além disso, haverá também representante da Comissão de Saúde para avaliar isso aí, além do acompanhamento do Ministério Público. Vejo que vocês indicaram duas pessoas para estarem aqui trazendo as suas angústias e os seus questionamentos e eu pergunto ao Secretário Leocádio se essas mesmas duas pessoas poderiam representar a todos os que estão concorrendo para acompanhar a avaliação dos pontos? É a observação que eu faço quanto ao Alísson que está aqui e a outra Senhora.

O Senhor Secretário **Leocádio Vasconcelos** – Deputado, por mim não tem problema nenhum, só faço dois questionamentos: primeiro, eles dois representarão as demais especialidades que participam do seletivo? Não estaríamos impondo tratamento desigual aos demais? Para nós estabelecermos dois técnicos de enfermagem na Comissão, precisaríamos estabelecer dois das demais especialidades, não que eu tenha algo contra, mas não sei se isso não seria um tratamento desigual aos demais. Segundo, eu não sei se é recomendável, desculpe a franqueza, você estar lá em causa própria, eu acho que é mais prático o recurso dele e ele ter acesso a nada do recurso dele, sem problema nenhum. Eu me disponho que todos os que entraram com recursos tenham a oportunidade de acompanhar a avaliação do seu recurso. Agora, para ele analisar dos outros também, eu quero ser bem transparente e justo, eu não quero impor tratamento desigual a ninguém.

O Senhor representante dos Técnicos em Enfermagem (**Halisson Mendonça do Nascimento**) - Senhor Deputado, somos a classe mais prejudicada, até onde eu sei, até o presente momento. Se nós não pudermos participar, nós queremos indicar duas enfermeiras de nível superior que são do quadro efetivo do Estado, acredito que os demais irão concordar com a indicação da Enfermeira Ana Nery e a Enfermeira Mônica Trindade.

A Senhora representante dos Técnicos em Enfermagem (**Ena Maria**) – Gente, na comissão que foi sugerida para avaliar os nossos documentos, não tem enfermeiros, só tem fisioterapeutas. Temos um Conselho, o COREN, que diz que tudo e qualquer coisa que for incluso e relacionado ao técnico de enfermagem e enfermagem, o enfermeiro é quem nos avalia. O psicólogo pode avaliar o nosso psicológico, enquanto o terapeuta, o nosso estado físico. Mas o nosso desenvolvimento na enfermagem, no trabalho, é só o enfermeiro que nos acompanha. É só ele. Tenho uma ressalva ao que foi falado anteriormente sobre o técnico e o auxiliar, por que isso aconteceu? Porque dentro das unidades de saúde nós não temos fiscalização de ninguém sobre o trabalho da gente, a gente trabalha até no lugar do enfermeiro quando ele não está. Então, como é que vão excluir o nosso trabalho de auxiliar se a gente faz todos os trabalhos sem nenhuma fiscalização dentro das unidades de saúde? Pois não temos isso por conta do Governo do estado. Outra coisa, o povo que está sendo prejudicado hoje é quem faz o nome do estado, é quem está aí limpando o nome do Estado, pois servem ao Estado há muitos anos para hoje nem terem seus documentos que comprovam seu trabalho examinado. Era essa a ressalva que eu queria fazer, muito obrigada.

O Senhor Secretário **Leocádio Vasconcelos** – Ena, me preocupa quando você coloca que não existe fiscalização, porque dá a entender que você trabalha, também sai se quiser, pois não tem fiscalização. Não é isso? Então você trabalha o dia que quer, fazendo o que quer. É isso?

Permitam-me seguinte indagação: você gostaria de participar para examinar a sua situação ou de todos os outros? Quero saber se ela tivesse sido aprovada, se ela estaria disposta a representar todos vocês?

A Senhora representante dos Técnicos em Enfermagem (**Ena Maria**) – Claro que sim, no entanto, queremos que um enfermeiro faça essa representação, pois não há condições de haver uma comissão sem um enfermeiro incluso.

O Senhor Secretário **Leocádio Vasconcelos** – Eu lhe confesso que são 12 os membros da Comissão, e se eu lhe disser que tem ou não enfermeiro, estarei sendo leviano, pois não sei. Mas, se você quiser ver o seu caso, independente de ter entrado com recursos, eu lhe faculto o acesso ao seu envelope e à sua documentação.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Olhem o compromisso que o Secretário está assumindo com vocês, de analisar caso a caso, cada um de vocês, aí sim, se tiver errado conserta, mas se não tiver, paciência.

O Senhor Deputado **Erci de Moraes** - Senhor Presidente, eu queria dizer para esses jovens, mães e pais de famílias, que estão com problema, que eles se deem conta de que estamos em um Estado jovem, Estado de Roraima, onde ainda somos tão poucos que, há uma proximidade entre autoridade e a pessoa comum. Graças a Deus, que vocês estão aqui podendo conversar e dialogar com os representantes de vocês, em busca de uma solução. Imaginem se vocês estivessem se submetido a essa seleção em Manaus, no Rio, em São Paulo, vocês não chegariam nem próximo das autoidades. Isso significa que é preciso que vocês valorizem essa oportunidade, e não queiram, de forma passional, de forma exaltada, perturbar o entendimento que está ocorrendo. Acho que o Doutor Leocádio deu um exemplo que mereceu ser valorizado por todos quantos estão envolvidos. Vocês não encontrariam facilmente em uma autoridade esse desprendimento, essa consideração em vir aqui discutir a questão. Então, está se buscando o melhor encaminhamento possível. Não vamos contentar 100%, pois sempre alguém vai ficar descontente, inclusive, essa questão que é clara, mas sabemos que tem muitos casos em que as pessoas estão reivindicando aqui com justa razão. Todo mundo tem que ter dois ou três empregos, isso é quase moda aqui, mas alguns vão ficar prejudicados porque já tem outro vínculo empregatício, seja com o Estado, com a União ou Município. Vão ficar fora, mas o que fazer? Vamos fazer de modo que se cometa a menor injustiça possível. Acho que dois representantes estariam muito mais isentos, muito mais à vontade, representariam muito mais a categoria se fossem duas enfermeiras, como foi sugerido aqui, que tenha a necessária isenção, que não sejam levadas pela emoção, participando dessa seleção. Se elas pudessem acompanhar a revisão, o problema se resolveria. Durante oito anos da minha vida, fui auxiliar de enfermagem no hospital público, para sustentar minha família, enfim tenho muita consideração pela área de saúde.

O Senhor Deputado **Chicão da Silveira** - Senhor Presidente, Secretário Leocádio e Senhores Deputados. Secretário, ninguém mais para conhecer Vossa Excelência do que eu, quanto à sua capacidade, competência e seriedade no trato da coisa pública. Mas, honestamente, sou da base aliada do Governo por confiar no Governo que aqui está. Eu fui o Relator da Lei nº 809 que altera dispositivos da Lei nº 392, e aqui aprofundamos as discussões e debates. Deputado Sampaio me ajudou muito nisso, que o seletivo seria para respeitar, principalmente, quem estava no exercício da profissão, quem estava trabalhando. Segundo colocação do Halisson, há pouquíssimos os que estão no exercício da função foram contemplados. Fiquei muito triste e preocupado ao mesmo tempo. Tantas mães e tantos pais de famílias que dependem do emprego para prover o sustento de suas famílias. Secretário, é tão incômodo e difícil estar desempregada. Confesso a Vossa Excelência que se eu soubesse que o edital seria dessa magnitude, eu teria pedido para não ser o relator da matéria em respeito a quem está no exercício do cargo, trabalhando pelo Estado de Roraima.

O Senhor Secretário **Leocádio Vasconcelos** – Infelizmente, a Lei nº 323, o gestor público trabalha no dia a dia em uma situação que é, de certa forma, incômoda, incompreendida por muita gente, mas trabalhamos nas amarras da lei. Eu não posso agir de maneira diferente. Nós não poderíamos fazer um seletivo apenas com tempo de serviço, isso não seria, obviamente, seletivo. A legislação que trata de seletivo não considera apenas o tempo de serviço. Segundo, a informação que passaram há, apenas dois ou três não procede por hipótese alguma, pois dos que estão na cooperativa, hoje, muito passaram no seletivo. Além do que, muitos, também, tomaram posse como concursados que eram. Eu sei que é constrangedor um pai ou mãe de família perder seu emprego, mas na mesma quantidade dos que estão perdendo emprego, hoje, outros estarão ganhando empregos. Então, a minha preocupação com a quantidade foi nesse sentido. Eu não tenho como, legalmente, assegurar que todos os que estavam na cooperativa permaneçam, se alguém tiver uma forma legal para isso, apresente, pois eu não tenho. Nós estamos caminhando no sentido de que esse quadro vá se agravar daqui a alguns anos. Temos uma quantidade

enorme de jovens cursando faculdade na área de saúde, enfim, não temos saúde privada no Estado. A rede pública jamais vai comportar todos os profissionais de saúde que saem formados no dia a dia. Então, esse é um quadro que me preocupa em termos de futuro. É um problema que enfrentamos hoje. Também é preciso se preocupar com o amanhã, a tendência é que vai se agravar. Entendemos que é complicado, infelizmente, o gestor público trabalha sob as amarras da lei e não tem outro caminho.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, senhores trabalhadores da saúde, agradeço à Mesa Diretora em acatar o requerimento de imediato, e ao Secretário que atendeu o convite, como observou o Deputado Erci de Moraes, se eu não me engano, é a primeira vez que acontece, em tempo recorde, uma autoridade vir aqui e se dispôr a dar informações. Também, parabênzo a Mesa por acatar o nosso Requerimento para ouvir dois representantes da saúde. É o exercício da democracia, então, é o mínimo que podemos fazer é ouvir os anseios dos trabalhadores. Já no decorrer da fala foram constatadas algumas irregularidades e, aí, o Secretário se ampara na norma do edital que estabelece dois dias para revisar as irregularidades constatadas. Assim, também, de acordo com uma lei provada nesta Casa, não é permitido contratar servidor que já exerça outra função. Algumas pessoas citaram que há servidores da Segurança Pública, policiais e bombeiros que, com toda a certeza, no cruzamento, estaremos garantido que essas pessoas não tomarão posse. Foi sugerido incluir aí representante dos trabalhadores participando dessa fiscalização. E, aí, Secretário, quero contar com sua colaboração. Eu, enquanto líder sindical, como trabalhador, é uma prática comum do empregado estar sempre desconfiando do empregador, tanto na iniciativa privada como na iniciativa pública. Então, esses trabalhadores, pela história do seletivo no nosso Estado, pelo apadrinhamento político que já ocorreu, que não é o caso destes trabalhadores que têm todo o direito de levantar essa incôgnita de levantar essa questão. Então, a ideia sugeria ainda agora, que houvesse aí uma representante de cada área da saúde, acompanhado esses recursos, seria de suma importância. Dessa forma, mais uma vez, você estaria demonstrando uma grandeza enorme de justiça e respeito em trazer esse representante com direito à vez e voz, fiscalizar. É claro que pode ser alguém que tenha interesse na parte, porque aí já fica uma coisa imparcial. Mas, também, senhores representantes da saúde, tenho percebido a falta de organização sindical com os trabalhadores da saúde. Estaremos em breve aprovado a Lei orçamentária, o PPA, o Plano de Carreira dos trabalhadores da Saúde enquanto nós nem sequer temos uma referência sindical dos trabalhadores da saúde. Trabalhadores de saúde que hoje ganham até menos que um salário mínimo quanto efetivo, que precisam ter uma parcela complementar para inteirar o salário mínimo. Então, é preciso que os trabalhadores assumam a sua meia-culpa, que se organizem sindicalmente, pois neste momento era para o sindicato estar à frente com proposta, comissão, defendendo os interesses da categoria. Gostaria, também, de ter a garantia do Secretário de que nessa comissão de avaliação dos recursos, nós possamos ter os representantes escolhidos pela categoria. No mais, acredito em Vossa Excelência, que esse processo vai ocorrer de maneira transparente, justa em relação aos trabalhadores de saúde do nosso Estado.

O Senhor Secretário de Estado da Saúde (**Leocádio Vasconcelos**) – Senhor Deputado, quero crer que ninguém teria mais legitimidade para representar todas as categorias, do que os dois parlamentares desta Casa, representantes da Comissão de Saúde. Com relação a essa pessoa, mais uma vez, eu reitero: não me oponho, só quero ter a certeza de que esse representante possa representar os interesses de todos aqueles que estão participando do processo seletivo, para que nós não deixemos transparecer que estejamos tratando, diferentemente, algumas categorias.

O Senhor Deputado **Célio Wanderley** – Senhor Secretário, destaco a lisura no tratar a coisa pública, por isso gostaria de agradecer-lo, e sempre que solicitamos, o Senhor tem solicitado você tem sido parceiro desta Casa no sentido de esclarecer as dúvidas que pairam com relação a essas questões. Com relação à questão do concurso, hoje o grande problema que se observa é no seletivo na questão do técnico de enfermagem. Folheando alguns currículos, que me passaram, é exatamente na mesma tecla que a gente batia: a pessoa exerceu e exerce a função de auxiliar de enfermagem e tem o curso de técnico de enfermagem. Vejo que ele pegou as declarações de auxiliar de enfermagem que provavelmente não foram levadas em

consideração pela Comissão, e que a gente deveria ver e analisar cada um, porque tenho visto declarações que foram dadas tanto pelo hospital geral, quanto pela própria cooperativa, mesmo o cidadão tendo o diploma de auxiliar de enfermagem e exercendo a função de técnico de enfermagem ele está recebendo a declaração de auxiliar. Esta é uma questão que a gente deveria, você como Secretário discutir junto com a Comissão que fez essa avaliação até que ponto se poderia aproveitar, eu fiz até uma colocação infeliz, o médico tem uma função distinta da enfermeira, apesar de todos dois trabalharem na mesma área, o que eu quis dizer naquele momento era quando você exerce uma função de enfermeiro e você terminar uma faculdade de medicina, você não pode exercer a função de medicina, a não ser que faça concurso público. No caso do auxiliar de enfermagem, não, ele estava como auxiliar de enfermagem, exercendo atividade de um técnico, que a gente não dispõe desse profissional em quantidade suficiente no Estado, e no momento que ele se qualificou, e assim, foi solicitado para que fosse feita a qualificação, ele continuou exercendo o mesmo trabalho, só que não mudaram na cooperativa a função dele, se ele houver parte do hospital onde ele trabalhava, na maternidade ou no hospital geral, aí sim, mas se ele tiver a qualificação, porque o grande problema da avaliação é que as pessoas estão se sentindo prejudicada, é exatamente por isso. estive observando alguns currículos e está lá: a pessoa tem o diploma de técnico 2008 e tem todas as declarações como auxiliar de enfermagem, mas provavelmente não foi levado em consideração pela Comissão. Era sobre essa parte que gostaria de dar uma atenção especial, no sentido que, se pode ou não de acordo com o edital auxiliar de enfermagem, não é técnico de enfermagem, mas que fosse visto com carinho para amenizar, fazendo justiça àquelas pessoas que executam atividade de técnico de enfermagem no lugar do auxiliar que nem existe mais em nosso quadro.

O Senhor Secretário de Saúde **Leocádio Vasconcelos** – Deputado, eu sei que o maior problema é com o técnico de enfermagem pela quantidade. Mas, sem querer entrar no mérito da questão, faço o seguinte questionamento: vou dar dois exemplos para Vossa Excelência, imaginemos que tem um cidadão concorrendo a técnico de enfermagem, e ele tem quatro anos de experiências, como técnico de enfermagem, aí ele vai perder para outro que tem cinco anos de experiências para um auxiliar de enfermagem, porque conta por ano, são três pontos por ano. Então, o cidadão tem quatro anos, como técnico de enfermagem, e o outro tem cinco anos, como auxiliar de enfermagem. Aquele que tem quatro como técnico vai perder para aquele que nunca foi técnico, foi só auxiliar; outra situação, hoje é o enfermeiro mas teve quatro anos como técnico de enfermagem, hoje ele é enfermeiro formado, está participando no seletivo como enfermeiro.

O Senhor Deputado **Célio Wanderley** – Nunca em nenhum momento o enfermeiro técnico usa a função de enfermeiro.

O Senhor Deputado **Rodrigo Jucá** – Senhor Presidente, caros colegas, trabalhadores que estão aqui compõem a Mesa e no Plenário.

Esta reunião é síntese do que acontece em Roraima hoje. Na verdade a nossa preocupação não é só com a categoria da saúde, com edital do processo seletivo, não é só com a questão do concurso. Hoje, nós estamos aqui, preocupados e carregados de emoções, porque Roraima hoje tem uma incapacidade inequívoca de gerar empregos. Essa é a maior dificuldade do Estado de Roraima hoje. Não só por esses trabalhadores, diariamente, todos os Deputados são abordado, também outras pessoas que procuram emprego porque não tem com o proveer o sustento de suas famílias, apesar de todos os esforços que são feitos pelo Governo do Estado, pela Prefeitura, não há geração suficiente de porte de trabalho em Roraima. É nisso que devemos nos debruçar, não tanto na área da saúde, mas em outras formações profissões, outras áreas da economia. Assembleia e Governo do Estado precisam concentrar esforço sobremaneira com dedicação especial na geração de emprego e renda em nosso Estado. Algumas iniciativas já foram tomadas nesta Casa, precisamos levar isso adiante visando garantir o sustento a cada família roraimense. Com relação à atual realidade, neste Estado, considera-se um tanto angustiante, nós nos vimos sem saída para solução. Quero aqui junto com outros colegas reforçar o pedido à classe dos enfermeiros para estar representada na apreciação desses recursos para que isso possa acontecer. Também, reforço a Vossa Excelência, que o concurso se realize com a maior rapidez possível, que seja feito no menor prazo viável pelo Secretário de Saúde, que esse concurso ofereça um número de vagas superior ao do processo seletivo, do modo que possa contemplar pessoas e suprir a expansão necessária que virá. Vossa Excelência sabe que não é tão

simples realizar um concurso. Depois desse concurso sabe-se quando virá outro para que o governo possa fazer contratação pensando nos próximos 5, 7, anos para atender a saúde. Uma observação com relação à mãe de família que emocionou a todos nós. A questão das faltas na Secretária de Saúde, muita gente sabe a razão disso, parte da culpa, às vezes, é do gestor, parte é culpa de uma máfia, como se sabe, representada por parte pequena de alguns trabalhadores que criaram a máfia do atestado médico. Você conhece essa realidade. Deixam de trabalhar no dia normal para poder ganhar diária extra depois. Sei que Vossa Excelência já está combatendo essa prática peço-lhe seu enérgico e intolérável à máfia do atestado médico, pessoas que deixam de trabalhar para depois fazer plantão e ganhar mais. Isso onera muito ao sistema público de saúde, significa menos dinheiro para dar reajuste salarial, significa menos dinheiro para comprar remédio; que seja combatido o desvio de função, dificuldade que tem acontecido, hoje, dos auxiliares contratados que exercem a função de técnico, hoje são injustiçadas por conta do desvio de função. Repito aqui na Assembleia, já tratei disso antes, desvio de função custa caro para o Governo que paga um ou dois servidores a mais. E é extremamente injusto com o servidor. Este o meu apelo em relação ao desvio de função e em relação, combate enérgico, na questão intolérante da máfia do atestado médico, e, assim tomar esse custo e direcioná-lo para onde realmente deveria ser o destino que é reajustar o salário do profissional, compra de remédio. Obrigado, e parabéns pela sua atitude corajosa e rápida em atender o convite, esclarecendo e informando com tranquilidade, serenidade, a todos os questionamentos colocados.

O Senhor Secretário de Saúde **Leocádio Vasconcelos** – Esta questão de incapacidade e geração de emprego é uma situação que preocupa muito, tenho comentado, diariamente, a questão dos profissionais da saúde, problema que, afeta diversos outros segmentos do Estado, no entanto o da saúde é mais complicado ainda. A saúde é quase 100% pública, não temos saúde privada. Outras iniciativas, tem empresas que dão emprego para contador, técnico, comerciário, advogado, mas o profissional de saúde não temos. A questão do atestado médico, Deputado, Vossa Excelência tem razão, a prática tem-se constatado, estamos coibindo. Na maternidade, já se adotou um procedimento que penaliza o profissional se assim proceder. Acabamos de trocar a direção geral do hospital geral, antes de vir para cá estava em reunião com o Doutor **Douglas** e a Direção do Hospital Geral, onde vamos baixar as mesmas diretrizes. O servidor que tirar atestado médico, para, no outro dia está tirando plantão, vai ficar fora da escala de plantão por dois ou três meses, para que assim não mais proceda. Na maternidade não tem mais. Então estamos adotando nas outras, porque é comum, o cidadão está na hora do trabalho de manhã, apresenta atestado médico, e no mesmo dia, à noite trabalhando e tirando plantão de outro. Então essa prática estamos coibindo com veemência.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** - Senhor Presidente, Senhor Secretário, obrigado pelo seu esclarecimento. Observando a fala do Deputado **Célio**, mesmo ele sendo médico, acredito que ele quis saber o seguinte: juridicamente, poderiam ser computadas as provas de títulos tanto de auxiliar de enfermagem com as de técnico enfermagem com o mesmo objetivo.

O Senhor Secretário de Saúde **Leocádio Vasconcelos** – Eu não tenho segurança quanto a isso, precisaria conversar com o corpo jurídico, fazendo juízo de valores, repito aquela situação que coloquei há pouco. Imagine um técnico de enfermagem que tem quatro anos de enfermagem e está concorrendo com uma vaga de técnico de enfermagem, e tem outro com cinco anos de auxiliar de enfermagem, nunca exerceu um dia de técnico de enfermagem, ai ele vai perder para aquele que tem cinco anos de técnico auxiliar para aquele que tem quatro anos de técnico de enfermagem. Temos que avaliar, juridicamente, tenho que ver com jurista, se é possível, parece injusto, mais entre o justo e o legal, vou optar pelo legal, sem dúvida nenhuma.

O Senhor **Halisson** (Representante dos Técnicos de Enfermagem) – É só uma observação para os Deputados, quanto à diferença de um técnico para um auxiliar. O COREN, Conselho que nos rege, apresentou uma resolução onde extingue definitivamente o curso de auxiliar. A diferença estar no auxiliar que precisa ter o nível fundamental enquanto o técnico tem que ter o nível médio completo. As funções são as mesmas, porque, acredito, todo mundo tem o segundo grau completo, todo mundo cursou a

complementação de auxiliar para técnico, todo mundo aqui é técnico, apenas no cadastro das instituições permanece como auxiliar. Por exemplo, no documento da minha esposa consta como solteira. Há cinco anos que somos casados, mas na instituição permanece o nome de solteira, porque eles aproveitam o mesmo cadastro, a mesma numeração, dependendo do teu vínculo, vai viver a vida toda com aquele cadastro. Foi assim que aconteceu com a maioria dos colegas, eram “auxiliar” e passaram para técnico, e quando imprimiram o documento, como auxiliar, de 1900 e lá...

Secretário, vamos acabar logo com isso, aprove os dois nomes para pôr fim a essa coisa toda.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** pede Questão Ordem. Temos que evoluir nos esclarecimentos das dúvidas para chegarmos a conclusão e, então, declarar o encerramento desta Comissão. Gostaria de sugerir, Secretário, para que fique claro para as pessoas que estamos dando ênfase para um segmento. Vossa Excelência nominou vários segmentos.

Nós temos um segmento, aqui, representado. A sugestão que foi muito bem colocada pelo Deputado Sampaio, eu gostaria de colocá-la à apreciação do secretário. Se ele concordar, nós abdicaríamos de apresentar membros da comissão de saúde para acompanhar, mas, é aconselhável que todos os segmentos se reunissem hoje à tarde, quando escolheriam dois nomes, os quais seriam apresentados, se houver consenso, que esses membros representem às categoria. E não houver fica como está.

Seria a proposta que tínhamos para apresentar, cabe a vocês a decisão em reunir com todos os segmentos, cada um assina o seu respectivo compromisso, indicando dois nomes. Eu gostaria de saber se secretário concorda, porque nós colocaríamos um ponto final nesse assunto.

O governo certamente estaria sendo representado por parte das pessoas, no tocante a esse laudo de avaliação pela comissão composta e analisada pelos nomes.

O Senhor Deputado (**Chico da Silveira**)- Secretário, eu pergunto a Vossa Excelência, se concorda com a sugestão do Deputado Jalser Renier. Vossa Excelência, com a palavra para as considerações finais.

O Senhor Secretário de Saúde **Leocádio Vasconcelos** – Deputado, me permite um rápido esclarecimento com relação à última colocação do Halisson.

A apreciação do tempo de serviço não foi em função do cadastro do servidor no Estado, mas foi à luz da documentação apresentada pelo servidor no momento da sua inscrição. Cada servidor teve que apresentar para comprovar tempo de serviço, carteira profissional assinada ou declaração do empregador, não a cópia de cadastro. E com relação à sugestão do Deputado Jalser, eu não tenho absolutamente nenhuma objeção a fazer.

Para garantir mais uma vez a plena isenção, eu proponho que esses dois representantes não tenham participado do seletivo, para garantir a isenção, para evitar que vá para trabalhar em causa própria.

Se eles dois não tiverem participando do seletivo, não tem nenhum problema.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**)- Avisamos aos segmentos representativos, que o Plenarinho da Assembleia Legislativa estará à disposição de vocês se for necessário.

A Mesa Diretora agradece a paciência, o respeito e interesse e a colaboração de Vossa Excelência, Secretário, muito obrigado pelo pronto atendimento ao nosso convite para fazer essa explanação, para esse segmento.

Passamos para a Ordem do dia: Discussão e votação do Projeto, em primeiro turno. Projeto de Lei Complementar nº 009/2011, que “Altera dispositivo da Lei complementar nº 002, de 02 de setembro de 1993 e dá outras providências, de autoria do Tribunal de Justiça”.

Projeto de Lei Complementar nº 021 de 12 de agosto de 2011, que “Altera e acrescenta dispositivo na Lei Complementar nº 051, de 28 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a Carreira, a Remuneração e o Quadro de Organização e Distribuição do Efetivo da Polícia Militar do Estado de Roraima e dá outras providências”, de autoria governamental.

Projeto de Lei Complementar nº 019 de 2011, que “Altera a Lei Complementar nº 129 de 14 de dezembro de 2007, que dispõe sobre a Instituição da Fundação do Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão. Fundalegis, vinculado a Assembleia Legislativa e dá outras providências”. de autoria da Mesa Diretora.

Está suspensa a Sessão para que as comissões em conjunto possam analisar e emitir parecer aos Projetos de Lei.

O Senhor Deputado **Rodrigo Jucá** pede Questão de Ordem - Senhor Presidente, sugiro a Vossa Excelência, proceder a votação simbólica, para ganharmos tempo. O regimento prevê que, somente em casos excepcionais, haja votação em painel.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**)-

Convido os Senhores Deputados, ainda nos gabinetes, para a votação, votação de quorum qualificado. Senhores Deputados, por favor, dirijam-se ao Plenário.

Aviso aos Senhores Deputados ausentes que vou colocar falta e determinar desconto no salário. Suspendo a Sessão.

Reaberta a sessão.

Transfiro a votação para amanhã, sexta-feira.

Peço às taquígrafas que registrem em ata a frequência dos Deputados presentes na Ordem do Dia.

E, não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a Sessão, convoco outra para o dia 23 à hora regimental.

Estiveram presentes à Sessão os Senhores Deputados: **Ângela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Erci de Moraes, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Jalsler Renier, Jânio Xingu, Jean Frank, Naldo da Loteria, Remídio Monai Rodrigo Jucá e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 23/08/2011

ATA DA 2043ª SESSÃO, EM 30 DE AGOSTO.

41º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.

= ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DA SENHORA DEPUTADA AURELINA MEDEIROS.

Às nove horas do dia trinta de agosto de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quadragésima terceira Sessão Ordinária do quadragésimo primeiro período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Remídio Monai**) - Lida a Ata.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

A Senhora Deputada **Ângela A. Portella** – Senhora Presidente, o convite foi para uma ação cidadã no município de Alto Alegre em parceria com a prefeitura municipal, a câmara municipal de Alto Alegre, a Secretaria de Saúde Municipal e Estadual, a Secretaria de Segurança Pública e a Defensoria Pública.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Solicito ao setor competente que proceda às correções. Não havendo mais quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior com retificação.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalsler Renier**) – Procedo à leitura do Expediente.

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

Memo nº 085/11, de 25/08/11, justificando sua ausência na Sessão Ordinária do dia 24/08/11. Projeto Indicativo de Lei s/nº, do Deputado Soldado Sampaio, dispoendo sobre o assédio moral no âmbito da administração pública estadual direta, indireta, fundacional e autárquica, e dá outras providências.

EXTERNOS:

Comunicado nº AL076076/11, de 23/08/11, do Ministério da Educação. Ofício nº 112/11, de 25/08/11, da OAB, encaminhando entendimento jurídico deliberado e aprovado pelo Plenário do Conselho Seccional de Roraima, relativo ao exercício de advocacia.

Era o que consta do Expediente Senhor Presidente.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalsler Renier**) – Procedo a chamada.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, semana passada o Deputado **Brito Bezerra** trouxe para esse Poder uma carta escrita por uma estudante de 16 anos, da escola Ayrton Senna. Eu pedi ao Deputado uma cópia da carta e vou começar o meu pronunciamento dizendo o que ela escreveu em um dos parágrafos: “Os políticos de Roraima são cada vez mais gananciosos por milhões, enquanto isso a vida da população não muda”. Estou pegando esse mote para, mais uma vez, falar aqui da BR-174. Agora, vou entrar em outras BRs encontramos coisas que realmente nos preocupam, para não dizer nos assustam. A CMM por exemplo, tem um contrato para restaurar, refazer a BR-210 no valor total de 77.349.178,55, a vigência do contrato foi do dia 25/10/03 a 14/03/12, entretanto, nós estamos há seis meses para encerrar o contrato e não vemos o serviço de reconstrução da BR-210. Pasmem os Senhores, como eu já demonstrei aqui, um grupo de dez empresas hoje tem um volume de contrato nesse Estado de um bilhão e cem milhões de reais. Há um grupo de empresas que tem contratos na BR-174, na 410, na 401. Há empresa que tem três contratos e outra que faz a melhoria, a construção e a ampliação do esgotamento sanitário que tem contrato aqui, na BR, que em dois contratos supera o valor de quatrocentos milhões de reais. São quase meio bilhão de reais. Pois bem, a CMM tem um contrato para a manutenção da 410 de seis milhões, quinhentos e setenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e vinte e um centavos. Essa é a estrada do Bonfim até Normandia. O contrato dela vence em 22/12/11, mais o que me chamou atenção é que na situação emergencial pela qual a BR-401 ao ser interrompida, não foi a CMM que trabalhou lá, foi a empresa Araújo, mesmo o contrato estando em vigência, outra empresa foi colocada na 401 para realizar os serviços emergenciais. A construtora Araújo também tem um contrato com a 433 que é aquela que dá acesso ao Iramutã, que é uma estrada carrossal. Ela tem um contrato para a manutenção da 433 de seis milhões, quinhentos e setenta e três mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e vinte e sete centavos, mas pasmem, uma empresa me procurou e disse que fez o serviço que lá agora é terceirizado pela construtora Araújo, por quinhentos mil reais. Quer dizer, chega a ser algo que nos assusta, nos preocupa, porque ninguém aguenta mais ver falar em tantos milhões e as coisas não acontecerem da forma devida. Falando em Construtora Araújo, ela tem um contrato de manutenção, Deputada Aurelina Medeiros, que vai da Vila Central a Félix Pinto, acontece que existe um contrato com a empresa TESCON, aí já não é mais com o Governo, é com o DENIT, para, também, dar manutenção ao mesmo trecho. Deputado **Remídio Monai**, não sei se aqui está, para no mesmo trecho da Vila Central a Félix Pinto, ela restaurar, e reconstruir a 432 no total de 65 milhões de reais. A ordem de serviço já foi emitida pelo DENIT. Então, é mais uma vez um contrato sobreposto a outro só que um é com o Governo do Estado, pois o Governo do Estado recebeu a delegação e fez esse contrato com a Construtora Araújo, o outro é feito diretamente com o DENIT, mas o trecho é coincidente, o que está sendo pago para manutenção pela Construtora Araújo, também está sendo pago para a construtora TESCON restaurar a 432.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Deputado **Flamarion Portela**, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Deputado **Flamarion Portela**, como sempre Vossa Excelência enriquece os debates aqui da Casa ao nos trazer com clareza as denúncias que Vossa Excelência tem acesso. No tocante a carta que o Senhor leu um parágrafo, acredito que foi feita por uma menina chamada Karollyne, de 16 anos, da escola Ayrton Senna. Ela me pediu para que lesse essa carta em plenário como foi feito, em toda a sua plenitude, conforme solicitação dessa aluna. Eu quero dizer para os Senhores Deputados que essa é a imagem que a sociedade, no geral, tem da classe política, a imagem de que o político não trabalha, de que o político vive de surrupiar os milhões que vêm para os cofres públicos, dinheiro destinado para atender as necessidades do nosso povo. Conforme Vossa Excelência diz, não são milhões, são bilhões que passam pelos cofres públicos do nosso Estado. Conforme a própria Secretaria de Estado da Fazenda nos repassou, R\$ 3.099.000.000,00 só no ano de 2010. No tocante ao episódio que aconteceu semana passada, fiz um pronunciamento aqui e falei de corrupção no Governo do Estado e os colegas rechaçaram essa minha colocação e disseram que era uma afirmação abrupta, e que o nome corrupção não seria

adequado para que nós nos dirigíssemos a políticos que, realmente, se apoderam de recursos públicos. Eu pergunto se corrupção não é o nome adequado, pois as pessoas chamam de roubo mesmo, estão roubando dinheiro público. O Ministério Público Federal expede mandado de prisão a Secretaria de Estado da Saúde e coloca 16 pessoas na cadeia e não podemos chamar de corrupção? O povo chama de roubo e o que a gente pode dizer se os gestores públicos confundem o dinheiro do povo com o seu e o colocam no bolso? Essa é uma afirmação que devemos tratar com eufemismo, diminuir essa prática de crime que tanto faz o nosso povo sofrer? Eu conheço por corrupção e até concordo com o povo do nosso Estado quando chama de roubo, pois é, realmente, um roubo. De incompetente não podemos chamar porque também é uma afirmação que fere a área ou o ego do servidor de primeiro escalão do Estado. Eu vou chamar de que? O Secretário não tem tato para administrar? Nós vamos ter sempre que estar buscando palavras com eufemismo para não ferir o ego desses profissionais. Temos que falar a verdade, falar a realidade e, diante da afirmação de Vossa Excelência, hoje nós não podemos sequer fiscalizar, pois devido a uma fiscalização, fomos recebidos com quatro pedras nas mãos. Quero dizer aqui Senhores Deputados, que eu esqueci, quando estava na Tribuna, de contar uma parte desse episódio que aconteceu. O Secretário de Saúde me perguntou aos gritos: Cadê o Ionilson que não está aqui, porque ele não vai filmar os buracos do município? Eu disse; não sei Secretário onde está o Ionilson. Não vou fazer isso porque não sou Vereador, pois eles têm as suas atribuições e devem ir fiscalizar e denunciar. Ele ainda disse: Por que você não vai fiscalizar a Assembleia Legislativa, pois aqui não é a casa da “Mãe Joana”. Essa afirmação foi feita pelo Secretário. Se nós que somos Parlamentares ficarmos ouvindo esse tipo de acusação de que nós estamos abusando de nosso poder não iremos fiscalizar, e a maioria dos colegas ficam contra as nossas prerrogativas. Deputado **Famarion Portela**, vão surgir aí 82 mil alunos da rede estadual, e estamos sujeitos a receber 82 mil cartas, senão mais, com essa imagem que as pessoas têm da gente, crianças de 16 anos já com opinião formada sobre a classe política. Eu acho que nós devemos tomar essas atitudes nobres, não só de fiscalizar, mas denunciar e fazer o verdadeiro papel de homem público, do Parlamentar que é eleito e legitimado pelo povo. Precisamos fazer o nosso trabalho, não podemos nos intimidar e peço ao Corregedor que apure essas denúncias o quanto antes. Se eu estiver errado, que eu seja punido, mas se eu estiver certo, que tenha uma desculpa formal, porque eu não vou deixar passar em branco esse episódio. Deputado Famarion, parabéns e obrigado pelo aparte.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** continua – Só queria fazer um esclarecimento a Vossa Excelência e as pessoas, pois a expressão roubo é utilizada quando a pessoa furta alguém com uma arma na mão. Então, talvez essa não seja a expressão apropriada porque as pessoas não usam nenhum revólver para subtrair aquilo que é de outrem neste caso.

Eu vou ler um documento aqui, e vocês podem observar que esse documento é do DNIT com data de 27/04/11. Eu e os Deputados Remídio Monai, Marcelo Natanael e Naldo da Loteria fomos de carro até Manaus para verificarmos os quatro contratos, pois são quatro trechos daqui para Manaus. Fomos verificar os acampamentos e o dinamismo dos trabalhos, ou seja, fazer uma radiografia geral da situação da BR não só do lado de Roraima, mas também do Amazonas. Aqui, chegando, fizemos um expediente da situação para o DNIT que nos respondeu no dia 27/04/11, onde diz, no último parágrafo, o seguinte: “Com relação às observações da Comissão com relação ao andamento dos serviços de restauração da BR/174, está correta a observação de que há atraso no andamento dos serviços com relação ao cronograma inicial. Mas, não só relativo ao lote de Caracará ao Igarapé SEABRA, mas todos os lotes deveriam estar com aproximadamente 50% dos serviços executados, haja visto que, o prazo de execução é de dois anos”. Antes do inverno o DNIT já ratifica o atraso do cronograma físico dessas obras. Concedo um

aparte ao Deputado Ionilson Sampaio.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** – Em relação ao que o Deputado Brito falou, que foi questionado pelo Secretário: “cadê o Ionilson que não está fiscalizando os buracos”? Em primeiro lugar, eu reputo o Secretário Leocádio, pois como um homem inteligente, ele sabe que não é esse o nosso fiscalizar qualquer coisa relativa às prefeituras. Nós somos pagos e fomos eleitos pela população deste Estado para defendermos e fiscalizarmos os fatos relativos ao Governo do Estado. Considero isso fora de questão.

Outra coisa, Deputado Famarion, foi que assumiu recentemente o DNIT um General roraimense e esperamos que ele dê uma nova roupagem ao órgão e apure essas questões. O Governador do Ceará, ao meu ver, antevendo uma série de escândalos que teriam no Ministério do Transporte, acusou textualmente o Ministro dos Transportes Alfredo Nascimento de corrupto e o DNIT de ser um antro de corrupção, e de lá estava montada uma quadrilha. Entraram com uma ação contra o Governador do Ceará porque ele não provava nada em relação ao DNIT, ele estava cometendo verbosidade. E o que foi que aconteceu? Caiu o Ministro do Transporte. Se os órgãos de controle apurarem afundo a questão dos recursos que vem para o DNIT e são desviados, salve-se quem puder, porque é um escândalo aquilo que nós temos visto no nosso Estado.

Já que o Secretário Leocádio queria saber onde eu estava, eu e o Deputado Erci estávamos na reunião da UNALE, discutindo o pacto federativo. Recebemos lá um panfleto a respeito da reconstrução e implantação da BR-364 ligando Rio Branco a Cruzeiro do Sul. Em um trecho que foi implantação gastaram até agora 700 milhões de reais e a estrada está quase pronta, e são 815 quilômetros, ou seja, com menos de um bilhão de reais implantaram a estrada, recuperado o trecho existente, inclusive, com três pontes de concreto armado. Então, não há dúvida de que no DNIT e nas estradas que estão sendo recuperadas em Roraima há desvios de recurso sim. Nós vamos apurar, investigar e esperamos que os órgãos de controle e fiscalização também cumpram o seu papel. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Famarion Portela** – Eu só quero, para encerrar, dizer que nós vemos aqui, empresas que têm cinco contratos e o 6º BEC trabalhando em Rondônia, no Pará e no Amazonas. Infelizmente, o Batalhão é sediado aqui no nosso Estado e não há espaço para ele. Por que o 6º BEC que tem infraestrutura e mão de obra qualificada, não tem nenhuma oportunidade de pelo menos ter um pequeno contrato para não pensar em ir embora de Roraima, já que o BEC fez tanto pelo nosso Estado? Era o que tinha para hoje, Senhor Presidente. Muito obrigado.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) - Não havendo mais nenhum Orador inscrito, passamos para Ordem do Dia: Discussão e votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 004/11, que dá nova redação ao artigo 20-D, acrescenta e altera parágrafos do artigo 101-A da Constituição Estadual, e dá outras providências, de autoria Governamental.

Suspendo a Sessão pelo tempo necessário para que as bancadas possam chegar a um entendimento com relação à Proposição constante da pauta.

Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Senhores Deputados, por não haver entendimento com relação à matéria, que tranca a pauta da Ordem do Dia, fica a mesma transferida para a próxima Sessão.

Passamos para Explicações Pessoais. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queiram usar de Explicações Pessoais e, não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a Sessão e convoco outra para o dia 31, à hora regimental.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Ângela Á. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Famarion Portela, Ionilson Sampaio, Jalsen Renier, Jânio Xingu, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai e Sargento Damosiel.**
 Aprovada Ata Sucinta em: 31/08/2011



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE RORAIMA
A Força do Povo

A Força do Povo
DO ESTADO DE RORAIMA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

PRAÇA DO CENTRO CÍVICO, Nº 202, CENTRO

